



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGOCIOS

CAMILA BARREIROS BARBIERI

**A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO:
FATORES DETERMINANTES**

Brasília
2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGOCIOS

CAMILA BARREIROS BARBIERI

**A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO:
FATORES DETERMINANTES**

Dissertação apresentada do Programa de Pós-graduação Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi

Brasília
2018

BARBIERI, C.B. **A permanência do jovem no campo: fatores determinantes.**
2018. 141f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e
Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília. 2018.

Documento formal, autorizando a reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pela autora à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB236p Barbieri, Camila Barreiros Barbieri
A permanência do jovem no campo: fatores determinantes /
Camila Barreiros Barbieri Barbieri; orientador Mauro
Eduardo Del Grossi Del Grossi. -- Brasília, 2018.
141 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Agronegócios) --
Universidade de Brasília, 2018.

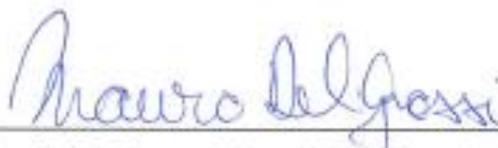
1. Agricultura familiar. 2. Juventude rural. 3.
Regressão Logística Binomial. I. Del Grossi, Mauro Eduardo
Del Grossi, orient. II. Título.

CAMILA BARREIROS BARBIERI

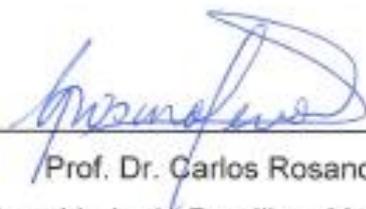
**A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO:
FATORES DETERMINANTES**

Dissertação apresentada do Programa de Pós-graduação Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios

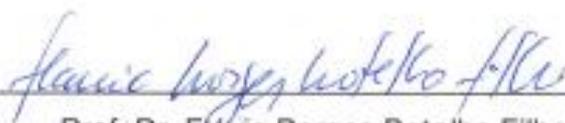
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi
Universidade de Brasília – Presidente



Prof. Dr. Carlos Rosano Peña
Universidade de Brasília – Membro Interno



Prof. Dr. Flávio Borges Botelho Filho
Universidade de Brasília – Membro Suplente

Brasília, 2018

*Às minhas filhas, Yasmim e Isadora.
Muitas vezes, eu deveria estar mais
presente, ser mais paciente e atenta.
Ainda assim, são doces e encantadoras.
Desejo-lhes uma juventude responsável e
de muitas conquistas.
Que este trabalho sirva de estímulo para
suas vidas, e que sigam sempre lutando
por seus nobres objetivos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Yasmim e à Isadora, minhas filhas, já com 16 e 14 anos, e ao Rinaldo, um companheiro com quem muito tenho podido contar. Obrigada por eu ter percebido que esta etapa seria possível acontecer, principalmente pelo fato de fazerem muito bem a parte que compete a cada um de vocês, na maioria das vezes, e, cabendo a mim, o desafio da imersão nos estudos. Obrigada pelos momentos inspiradores que, enquanto me dedicava à leitura e organização do trabalho, ao fundo, ouvia ensaios de música, ora na flauta transversal, ora no teclado ou trompete que me alegravam o coração. Obrigada pelos outros momentos, talvez não tão doce como essa lembrança, mas que me fizeram mais forte. Obrigada por todo apoio e paciência.

Agradeço aos meus familiares, que mesmo residindo em locais diferentes: Brasília, Rio de Janeiro, Maceió, Melbourne (Austrália), conseguimos fazer uma grande e boa confusão! À minha mãe Vera, guerreira, a qual vem dando o melhor de si e multiplicando a matemática da vida; ao meu pai, Júlio (*in memoriam*) – responsável por deixar meu coração estufado e meus olhos cheios de lágrimas ao lembrar-me de sua maneira amável; aos meus queridos irmãos: Bianca, Paola, Ciro e Caio, pessoas íntegras, quem muito admiro e sempre posso contar; à cunhada Jane; aos sobrinhos: Enrico, Alan, Oscar e Isabella: já começam a mostrar suas primeiras conquistas e me dão tanta alegria. À minha avó Ivonne, uma fortaleza, presente em todos os momentos, mesmo aos 90 anos de idade; à tia Lu e cia, sempre tão amorosos. À família, que por motivos maiores, hoje mora no coração e, aos amigos que, de tão amigos, são como extensão da família. Obrigada pelo apoio, pela torcida e por sempre me motivarem para que tudo ocorresse bem.

Agradeço aos professores, que muito contribuíram para meu processo de formação no campo do agronegócio, com a transmissão do conhecimento nas disciplinas que compõem a grade curricular do curso: Marlon Brisola, Maria Júlia Pantoja, Magali Costa Guimarães, Carlos Rosano Peña, Antônio Maria Gomes de Castro, Suzana Maria Valle Lima, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho e, em especial, ao meu orientador, professor Mauro Eduardo Del Grossi, que além do aprendizado recebido nas aulas do curso do Propaga, sabiamente me orientou, equilibrando a cobrança, o estar junto e o deixar fazer. Agradeço também aos professores os quais participaram da minha banca de qualificação, processo muito importante na etapa do

mestrado: Marlon Brisola, Mireya Eugenia Perafán e Mauro Del Grossi. Esses dois anos dedicados ao mestrado foram desafiadores e de grande crescimento pessoal. Oportuno agradecer à Danielle, pelo bom funcionamento e atendimento na secretaria do curso. Em nome de Leonardo Taveira, agradeço ao trabalho realizado na Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), da Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – Sead, voltado à juventude rural.

Agradeço ainda às pessoas tão importantes durante este período: os amigos Luiz Medeiros e Marlon Barbosa, ambos foram grandes incentivadores na etapa de seleção para o mestrado. Aos amigos da turma de mestrado, especialmente, à Simone Brito e ao Eduardo Schulter, por serem mais do que colegas de turma. Todos aprendemos, crescemos profissionalmente, passamos por momentos de grandes desafios e momentos de celebrações. Agradeço também aos grandes profissionais e amigos os quais contribuíram na parte técnica do trabalho: professora Martha Veras, a amiga Francisca Lucena, ao Eriberto Buchmam, aos casais de amigos: Gimber e Lesly, Rodrigo e Lucille Gatto e Thadeu Valadares e Magali. A vocês, agradeço as valiosas contribuições.

Agradeço a Deus pela oportunidade de estar vivendo este momento de minha vida, de grande crescimento pessoal. Por isso, agradeço os momentos já vividos e os que estão por vir.

*Se partires um dia rumo a Ítaca
Faz votos de que o caminho seja longo
repleto de aventuras, repleto de saber.
Nem lestrigões, nem ciclopes,
nem o colérico Posidon te intimidem!
Eles no teu caminho jamais encontrarás
Se altivo for teu pensamento
Se sutil emoção o teu corpo e o teu espírito tocar
Nem lestrigões, nem ciclopes
Nem o bravo Posidon hás de ver
Se tu mesmo não os levars dentro da alma
Se tua alma não os puser dentro de ti.
Faz votos de que o caminho seja longo.
Numerosas serão as manhãs de verão
Nas quais com que prazer, com que alegria
Tu hás de entrar pela primeira vez um porto
Para correr as lojas dos fenícios
e belas mercancias adquirir.
Madrepérolas, corais, âmbar, ébanos
E perfumes sensuais de toda espécie
Quanto houver de aromas deleitosos.
A muitas cidades do Egito peregrinas
Para aprender, para aprender dos doutos.
Tem todo o tempo Ítaca na mente.
Estás predestinado a ali chegar.
Mas, não apresses a viagem nunca.
Melhor muitos anos levars de jornada
E fundeares na ilha velho enfim.
Rico de quanto ganhaste no caminho
Sem esperar riquezas que Ítaca te desse.
Uma bela viagem deu-te Ítaca.
Sem ela não te ponhas a caminho.
Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.
Ítaca não te iludiu
Se a achas pobre.
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência.
E, agora, sabes o que significam Ítacas.*

Constantino Kavafis

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar os fatores que influenciam a permanência no campo ou no mesmo município dos jovens que vivem no meio rural, a partir de análise de dados secundários da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD 2015. Foram caracterizadas as principais informações sobre a juventude rural. Por meio da análise de componentes principais, quando se compara os jovens rurais com os urbanos, observa-se que a componente que mais explica a variação dos dados dos jovens que residem no meio rural se refere aos ocupados, com atividades agrícolas e que começaram a trabalhar mais cedo, até os 14 anos de idade. Entre os jovens urbanos, as variáveis relevantes são: estar ocupado, ser titular de carteira de trabalho assinada, ter maior jornada de trabalho e contribuir para a Previdência. Outra importante diferença apontada foi que a infraestrutura local não discrimina os jovens urbanos, diferentemente do que ocorre entre os jovens rurais. Isso indica existir maior desigualdade em termos da existência de serviços de infraestrutura no meio rural. Fez-se o uso de modelo de regressão logística binomial para analisar a permanência no campo ou no município dos jovens que vivem no meio rural. As variáveis região, cor, casa própria, estar solteiro, ter renda baixa e não dispor das melhores condições de infraestrutura e de acesso a bens de consumo, aumentam a chance de o jovem que vive no campo permanecer no próprio campo ou no mesmo município.

Palavras-chave: Juventude rural. Agricultura familiar. Regressão logística binomial.

ABSTRACT

This study aimed to identify the factors that influence the permanence in the municipality of the rural youth, based on the analysis of secondary data from the National Household Sample Survey – PNAD 2015. The main information about rural environment and rural youth were characterized. Through an analysis of main components, comparing rural and urban youths, it was observed that the component that most explains the variation of the data for young people residing in rural areas refers to those employed with agricultural activities and who began to work earlier, until 14 years old. Among the urban youth, the relevant variables are: being employed, with a signed work permit, with a longer working day and contributing to a Social Security. Another important difference pointed out was that local infrastructure does not discriminate urban youth, unlike what occurs among rural youths, which indicates that there is greater inequality in relation to the existence of infrastructure in rural areas. The binomial logistic regression model was used to analyze the permanence in rural areas or municipality of the young people living in the countryside, with the variables such as region, color, home, being single, low income and not having the best infrastructure and consumer goods increase the chance that the young person who lives in the countryside will remain in the same municipality.

Keywords: Rural youth. Familiar farming. Binomial logistic regression.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Código, descrição e categoria das variáveis.....	54
Quadro 2	Diferença entre Modelo de Regressão Simples e Modelo de Regressão Logística Simples	58
Quadro 3	Testes utilizados para a interpretação, validação e conclusão do modelo logístico utilizado.....	61
Quadro 4	Propriedades para análise das “odds ratio”	62
Quadro 5	Variáveis utilizadas na construção da variável resposta.....	63
Quadro 6	Filtros utilizados par a construção da variável resposta.....	64
Quadro 7	Filtros aplicados na base de dados PNAD 2015.....	65
Quadro 8	Variáveis recategorizadas utilizadas no modelo de regressão....	66
Quadro 9	Variância total explicada pelos componentes e Contribuição das variáveis para cada componente — 2015 – Base Jovem Rural.....	84
Quadro 10	Variância total explicada pelos componentes e contribuição das variáveis para cada componente — 2015 – Base Jovem Urbano.....	85
Quadro 11	Variáveis analisadas na etapa bivariada para a construção do modelo logit.....	88
Quadro 12	Estimativa das razões de chance (OR) para a permanência segundo as variáveis selecionadas.....	92

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1	Distribuição do número e da área dos estabelecimentos agropecuários por faixas de módulos fiscais do Incra – Brasil 2006 (%).....	39
Gráfico 2	População do Brasil, população rural, população jovem e população jovem rural em 2015.....	108
Gráfico 3	População jovem e população jovem rural por região em 2015...	68
Gráfico 4	Percentual da população jovem rural com atividade agrícola como principal.....	76
Gráfico 5	Percentual da população jovem rural que trabalha 40 ou mais horas semanais por tipo de trabalho (agrícola ou não agrícola), por região.....	77
Gráfico 6	Percentual dos domicílios rurais particulares permanentes por região.....	78
Figura 1	Pirâmide etária absoluta – Brasil – Censo 1960 e 2010.....	21
Figura 2	Etapas para a construção do modelo de regressão logística.....	63
Figura 3	Pirâmide etária da população urbana e rural do Brasil, em 2015.....	71
Mapa 1	Participação percentual dos jovens que vivem no meio rural por município.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número médio de filhos por mulher no Brasil.....	32
Tabela 2	Total da população residente e total da população entre 15 e 29 anos por ano, e por situação de domicílio.....	36
Tabela 3	Percentual de jovens entre 15 e 29 anos analfabetos, por sexo e por situação de domicílio.....	40
Tabela 4	Total de estabelecimentos por região e pelo agrupamento de duas categorias de resposta do nível de instrução (Não sabe ler e escrever ou não possui formação, mas sabe ler e escrever) para o grupo de idade menor que 25 anos.....	41
Tabela 5	Total e percentual da população jovem e da população jovem rural por faixa etária, e por região, em 2015.....	69
Tabela 6	Percentual das populações total masculina e jovem rural masculina, e razão de sexo da população jovem rural por região, em 2015.....	70
Tabela 7	Percentuais da população total, da população jovem e da população jovem rural por cor, segundo a região, em 2015.....	72
Tabela 8	Total e percentual da população jovem rural que nasceu no município de residência e, dentre os que não nasceram, total e percentual que nasceram na UF de residência.....	73
Tabela 9	Total e Percentual da população jovem rural que não nasceu no município de residência por UF.....	74
Tabela 10	Total e Percentual da população jovem rural que não sabe ler, por sexo e por região.....	75
Tabela 11	Total e Percentual da população jovem rural por condição de atividade e por condição de ocupação, por região.....	76
Tabela 12	Faixa de horas trabalhadas por semana pela população jovem rural ocupada, e percentual de jovens rurais ocupados que trabalharam 40 horas ou mais por semana, por região.....	77
Tabela 13	Características dos domicílios rurais por região.....	79
Tabela 14	Estatísticas descritivas dos jovens rurais e dos jovens urbanos para as variáveis selecionadas.....	82

LISTA DE SIGLAS

ACP	Análise de Componentes Principais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGAT	Coordenação Geral de Políticas para Mulheres Rurais, Juventude, Povos e Comunidades Tradicionais
CGMA	Coordenação de Monitoramento e Avaliação
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
COP	Coordenação de Operações
CPJR	Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MF	Módulo Fiscal
MT	Ministério do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NPT	Nossa Primeira Terra
OR	Odds Ratio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNDRSS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNJSR	Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural
PNPE	Primeiro Emprego para os Jovens
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SDR	Subsecretaria de Desenvolvimento Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SM	Salário Mínimo
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SOBER	Sociedade Brasileira de Economia, Administração, e Sociologia Rural
SPSS	Statistical Package for the Social Science
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 REVISÃO DA LITERATURA.....	22
1.1 Juventude rural.....	22
1.1.1 Políticas públicas para a juventude rural.....	42
1.1.2 Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.....	47
2 METODOLOGIA.....	49
2.1 Componentes principais.....	52
2.2 Modelo de regressão logística.....	56
2.2.1 Inferência do modelo de regressão logística.....	60
2.2.2 Construção do modelo de regressão logística.....	63
3 ESTATÍSTICAS DA JUVENTUDE RURAL.....	68
3.1 Jovens rurais x jovens urbanos.....	80
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DO MODELO LOGIT	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICES.....	108
ANEXO.....	135

INTRODUÇÃO

A combinação de dois átomos de hidrogênio com um de oxigênio forma a molécula da água. Isto é, dois gases incolores, inodoros e insípidos, quando se juntam, transformam-se em um dos bens mais preciosos: o recurso água. Esse é um dos elementos fundamentais para fazer germinar sementes, juntamente a luz solar, cuidados do solo e tratamento especializado da terra pelo agricultor, que quando bem combinados, sob a ação do tempo, transformar-se-á em flor, fruto, ou em algum alimento.

O setor agropecuário é um dos que mais contribui para a economia do país. A balança comercial de 2016 apresentou superávit de US\$ 47,7 bilhões, e o agronegócio foi responsável por 46,2% do total das vendas realizadas para o exterior. Ademais, de acordo com os dados do CEPEA (2017), apesar de o agronegócio representar apenas 5% da participação no processo de criação de riqueza nacional, o setor foi responsável por 79% do aumento do PIB no ano passado.

Segundo Castro, Lima e Silva (2010), o Brasil dispõe de extensa quantidade de terra agricultável com diferentes condições climáticas, o que permite a exploração de diferentes tipos de cultivos. No entanto, a área dedicada à atividades agrícolas é de aproximadamente 15% do potencial da terra disponível. Por isso é considerado um país bem aquinhoado para o setor agrícola.

No que se refere à produção de alimentos, a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Dentre eles, produz 87% da produção da mandioca, 70% do feijão, 63% da horticultura, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 30% dos bovinos. Além disso, 13,6 milhões de pessoas se ocupam na agricultura familiar, número equivalente a 74% dos postos de trabalho do setor agrícola, de acordo com o Censo Agropecuário (2006).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), primeira política voltada aos agricultores familiares, teve início em 1996 e assumiu grande importância para o processo do fortalecimento desse segmento. Ademais, as políticas públicas instituídas, em especial, as voltadas para atender o agricultor familiar em termos de garantia de direitos, acesso à terra, educação no campo, melhores condições de vida apresentaram significativos avanços a partir de então. Em 2006, adotou-se a moldura legal que rege a agricultura familiar, Lei 11.326 de junho de 2006.

Nesse contexto, a juventude rural desempenha papel fundamental no desenvolvimento da agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que os jovens são considerados os que continuarão as práticas utilizadas pela família, com isso reproduzindo o setor em termos geracionais, os jovens agricultores também são vistos como um grupo que tem anseios e sonhos próprios voltados para satisfação econômica, social e organizativa. Esse conjunto de expectativa é visto como conducente à sua independência e autonomia. Muitas vezes, em busca de renda própria, é preciso muitas vezes deixarem o seio de suas respectivas famílias.

No âmbito do agronegócio, o campo se mostra atualmente mais atrativo ao jovem quando comparado com anos passados, em decorrência da inovação que caracteriza o setor. No entanto, há que se alertar também para a existência dos problemas de gestão e sucessão das propriedades rurais (OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Troilo e Araújo (2016), um dos papéis centrais assumidos pelo contingente da juventude rural consiste na estruturação do trabalho familiar, o que, em geral, eleva o nível da produção da propriedade. No entanto, há um limite para esse processo, alcançado quando os jovens passam a necessitar de renda adicional que contribua para sua autonomia. Por outro lado, Brummer (2014) destaca que essa busca de novas oportunidades gera a migração seletiva que tendencialmente leva a que muitos estabelecimentos agrícolas familiares deixem de pertencer a família após a aposentadoria ou o falecimento dos proprietários. Ocorre, então, o progressivo esvaziamento da população rural, fenômeno do qual resulta o fechamento de escolas rurais, a diminuição das atividades sociais e o enfraquecimento da representatividade dos órgãos voltados para a agricultura familiar.

Valadares (2014) aponta que, apesar de se observar leve redução do incremento da migração rural-urbana na última década (o declínio da população rural foi de 0,65% ao ano, contra 1.3% a.a. observado entre 1991 e 2000), a migração na faixa etária jovem permanece elevada. Segundo dados do IBGE, dentre os que deixaram o campo entre 2000 e 2010, metade pertence ao segmento jovem da faixa etária entre 15 e 29 anos. De acordo com Valadares et al. (2016), parte da emigração observada no meio rural está relacionada com a falta de políticas públicas e, principalmente com a dificuldade do acesso à terra. Segundo esses pesquisadores, apesar de o senso comum ver o meio rural geralmente como atrasado, na realidade

haveria um modo particular de se constituir a vida social no campo, que inclui utilização específica do espaço articulado pelo modo de vida da agricultura familiar.

Para Van der Ploeg (2000 apud Kageyama, 2004), a modernização da agricultura, que era a principal forma de elevação da renda e, por consequência, do desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituída, principalmente na Europa, pelo novo paradigma do desenvolvimento rural, que busca configurar outro modelo para o setor agrícola. Nesse modelo ganha importância a produção de bens públicos associada à conquista de novos mercados e à redução de custos por meio da utilização de novas trajetórias tecnológicas. Essa outra configuração estaria reconstruindo a agricultura em nível regional e também redefinindo em termos da economia rural. O pensamento e as práticas que ora vêm se desenvolvendo decorre da percepção dos problemas criados pela agricultura intensiva e pelas possibilidades de novos ganhos advindos da multifuncionalidade do espaço rural.

A revalorização desse espaço, associada a um modelo de desenvolvimento econômico que favorece maior inclusão da população do campo, traz consigo vários elementos positivos. Por exemplo, no aspecto demográfico e no que se refere à qualidade de vida, melhor distribuição das pessoas no espaço reduziria a densidade demográfica no meio urbano. Sob a perspectiva da geografia humana individual, esse universo é constituído por pessoas que almejam nele exercerem atividades, nele viverem, nele melhorarem suas vidas. Esse segmento demográfico, deseja, conseqüentemente, usufruir de melhores condições de vida.

No caso brasileiro algo de similar está ocorrendo pelas políticas de reterritorialização elaboradas e apoiadas pelo ex-Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), atual Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), com vistas a proporcionar melhores condições de vida aos agricultores familiares e que contribuem para manter no tempo e no espaço o modo de vida agrícola familiar. Em decorrência, a segurança alimentar e o abastecimento interno do Brasil, garantidos pela agricultura familiar, também poderão se estender no tempo.

Problematização

À luz do referencial teórico existente sobre juventude rural, tornou-se viável explorar as demandas da juventude rural anteriormente apontadas pelos

pesquisadores, assim como sinalizar os anseios dessa população, bem como suas necessidades e, seu modo de vida.

De acordo com Barcellos (2014), as análises sobre a juventude rural giram basicamente, entre outros tópicos, da falta de recursos orçamentários e do frágil compromisso de órgãos federais com políticas mais efetivas que efetivamente priorizem a juventude rural. Segundo o autor, é necessário saber quem são e onde estão esses jovens; respeitar sua diversidade; ampliar-lhes o acesso às políticas públicas; e reduzir a burocracia existente. Também essencial, a geração de oportunidades para sua adequada participação nos espaços decisórios.

Para Wanderley (2007), o estudo da juventude rural compreende tanto a dinâmica espacial que relaciona a experiência do jovem com a sua inserção na sociedade (seja na família, na vizinhança ou na cidade), quanto a dinâmica temporal, ou seja, o estudo diacrônico das tradições familiares (passado) e das perspectivas para o futuro (escolhas profissionais, matrimoniais, migração temporária ou definitiva, etc). Esse conjunto de elementos está sempre presente, e sempre tem incidência sobre o comportamento de ruptura ou o que assegura a continuidade do modo de vida rural.

De acordo com Brummer (2007), quando da decisão de migrar, são avaliados fatores de expulsão (associados à modernização, à redução do nível de emprego, ao aumento da pressão populacional em determinada disponibilidade de terra cultivável), mas também os fatores de atração. Por exemplo, trabalho idealmente melhor remunerado na vida urbana). Quando é feito o 'balanço da vida', em termos cronológicos, os fatores de expulsão se mostram anteriores aos de atração, que implicará na decisão de ficar ou partir.

Como se percebe, a temática do êxodo rural ou da permanência do jovem no campo está sempre relacionada, direta ou indiretamente, a um ou mais temas que hoje afligem a juventude rural. Tendo isso em conta, buscou-se, por meio da utilização de modelo estatístico de regressão logística, identificar quais as variáveis que mais influenciam a permanência do jovem no campo. Esse modelo foi elaborado a partir dos diversos fatores citados pelos autores mencionados no referencial teórico e, leva em conta as informações disponíveis no banco de dados do IBGE.

Por isso, o trabalho procura responder à seguinte questão de pesquisa: quais os fatores que influenciam na permanência do jovem no campo?

Para tanto, utilizou-se a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, para o ano de 2015, como fonte de informações atualizadas. Como sabido, a PNAD investiga, com propósitos múltiplos, características gerais da população. Ou seja, aborda aspectos sociodemográficos, de trabalho, inclusive de trabalho infantil, fecundidade, migração, rendimento, entre outros. Tem como propósito a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Ademais, permite acesso às informações sobre os moradores e seus respectivos domicílios.

Objetivos

Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é apontar os fatores que influenciam a permanência do jovem no campo, ou o seu deslocamento. A problemática da permanência foi enfatizada.

Objetivos Específicos

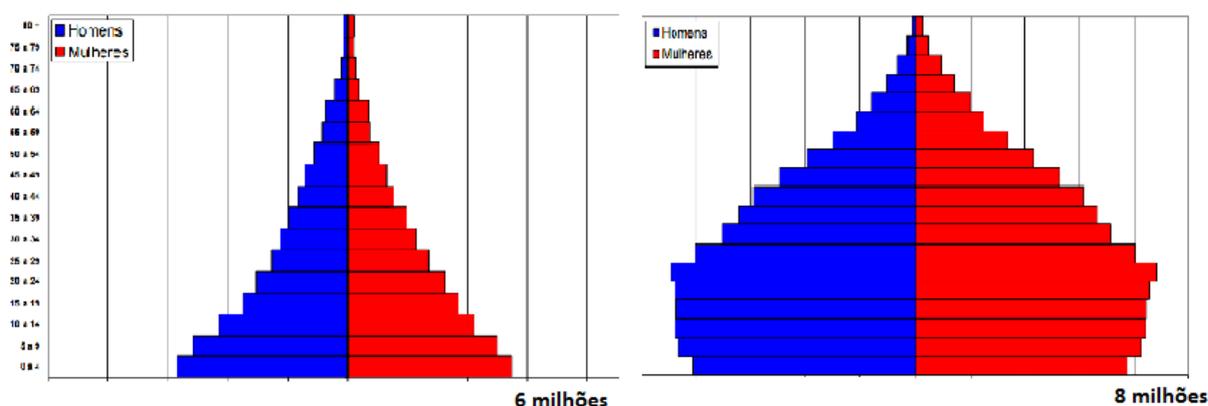
- a) Revisar a literatura sobre juventude rural.
- b) Revisar a literatura sobre as ferramentas estatísticas utilizadas na análise de dados: os componentes principais e o modelo de regressão logística.
- c) Buscar explicitar a problemática da realidade da juventude rural por meio da análise de dados secundários.
- d) Utilizar métodos estatísticos selecionados para identificar os fatores que influenciam a permanência do jovem rural no campo ou no município.

Justificativa

A dinâmica demográfica brasileira mostra que a população vem envelhecendo. Ao comparar a estrutura etária em dois períodos de tempo, levando-se em conta os dados do Censo Demográfico do IBGE, observa-se que a base da pirâmide da população vem diminuindo, enquanto que seu topo vem-se alargando. Isto significa que o percentual de pessoas nas faixas etárias de menor idade diminui. Ou seja, o

número de nascimentos vem-se reduzindo, ao mesmo tempo em que a população mais velha vem aumentando. Em outras palavras, a expectativa de vida ao nascer tem crescido. Essa dinâmica leva a um aumento significativo de pessoas que se encontram na faixa etária entre 15 e 29 anos, como pode ser visto nas pirâmides etárias abaixo.

Figura 1: Pirâmide etária absoluta – Brasil – Censo 1960 e 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (elaborado pela autora)

A razão de jovens em relação ao total da população implica em bônus demográfico na faixa jovem (20 a 29 anos). Vale dizer, ocorre o aumento do número de jovens em relação às demais faixas. Por conseguinte, e se suas reivindicações não forem atendidas, o Brasil provavelmente continuará a ser conhecido como o “país do futuro”. Mas, numa chave pouco otimista porque no atual contexto denota que parte significativa da população jovem vem perdendo sua melhor oportunidade de progredir.

A pesquisa justifica-se na medida em que aborda tema relevante em termos nacionais e também no contexto internacional: a redução massiva do número de pessoas que vivem no meio rural, e como esse movimento demográfico, especificamente identificado na faixa etária de jovens, afeta diretamente a vida da população. Ademais, a pesquisa aprofunda o conhecimento, via análise quantitativa de dados, da categoria social denominada juventude rural, segmento cujos integrantes vêm lutando por seu reconhecimento como sujeitos de direito, e também demandando por mais investimentos e maior acesso às políticas públicas. No essencial, por meio de suas reivindicações, uma categoria relevante vem deixando o espaço da “invisibilidade”.

CAPÍTULO 1

REVISÃO DA LITERATURA

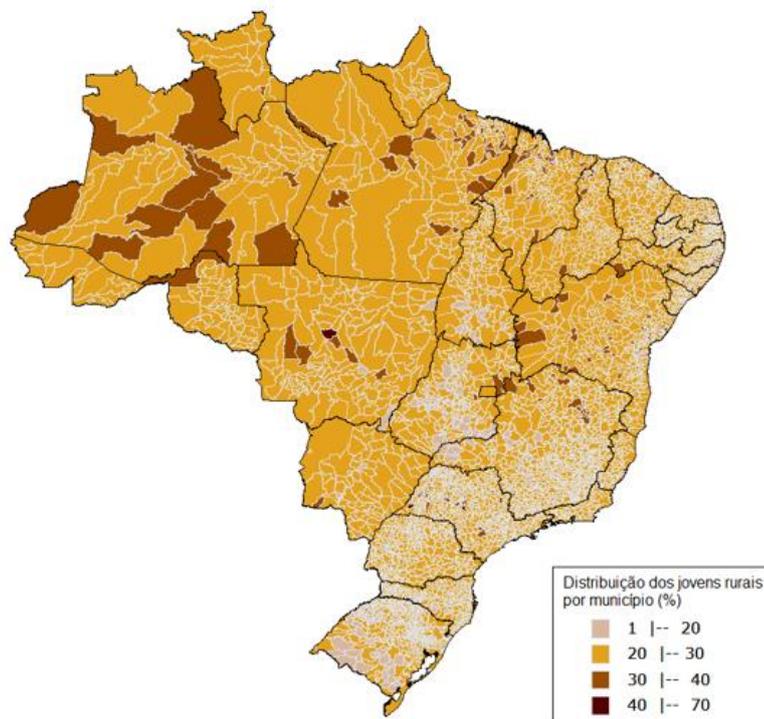
1.1 Juventude rural

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, havia no Brasil mais de 196 milhões de pessoas¹. Dessas, 51 milhões eram jovens, entre 15 e 29 anos de idade. Dentre esses jovens, quase 8 milhões viviam no campo, ou seja; 15% dos jovens viviam na área rural. Ao considerar apenas o universo dos residentes no meio rural, o montante chegava a quase 30 milhões de pessoas, 27% das quais eram jovens entre 15 e 29 anos. Nos anos 70, esse percentual de jovens que vivia no meio rural correspondia a aproximadamente 42%, em relação do total da população jovem. Isso significa que ao longo das últimas quatro décadas uma grande massa de pessoas migrou do campo para as cidades, sendo que significativa parte desse universo que deixou o campo era de jovens. Esses números referidos ao Brasil acompanham o fenômeno global de crescimento da população urbana em relação à rural.

O mapa 1, a seguir, mostra a participação percentual dos jovens rurais por município, de acordo com os dados do Censo Demográfico 2010. Observa-se maior participação relativa de jovens no Norte e Nordeste, quando essas regiões são comparadas às demais.

¹ O IBGE indica que a população do Brasil em 2017 compreende 207,7 milhões de pessoas.

Mapa 1: Participação percentual dos jovens que vivem no meio rural por município



Fonte: Censo Demográfico 2010. Elaborado por COP/SEAD.

Para Durston (2000), juventude pode ser definida como etapa da vida que começa na puberdade e termina na assunção plena das responsabilidades e da autoridade do adulto, ou seja, período que se conclui quando ocorre a independência econômica.

Segundo Martins, Monteiro e Santos (2013), pode-se afirmar não existir apenas um tipo de juventude. A heterogeneidade predomina e permeia todo esse segmento, ou seja, há vários tipos de juventudes. Isto se dá em decorrência das múltiplas formas da existência dos jovens com os espaços, tempos e contextos. No limite, cada um deles está inserido de maneira singular e assim, vivenciam a juventude diferentemente. Essas diferenças estando ancoradas em parâmetros sociais, oportunidades de trabalho, tipos de moradia, formas de acesso à cultura e distintas maneiras de utilização do tempo livre. Também pesam influência do círculo familiar, e mais.

Neste mesmo sentido, Castro (2009) afirma que as diferentes construções da ideia de “ser jovem” variam nos espaços em que os jovens transitam e dependem das posições sociais que ocupem. A autora busca compreender a categoria juventude nos

seus diferentes aspectos. Isso porque, além de funcionar como uma categoria de identidades sociais, a juventude, em termos categoriais, também está marcada por relações de hierarquia social. Dessa maneira, o grupo pode ser desenhado a partir de elementos físicos-psicológicos; tais como faixa etária, características físico-biológicas, traços comportamentais, e como também pode vir a ser associado à imagem de agente transformador social, reformista ou revolucionário, ou ainda como uma categoria cujos integrantes estariam marcados pela inexperiência, inseparável do período de transição para a vida adulta. O jovem seria um sujeito que ainda deve em muito ser formado. Com respeito ao comportamento desviante, o jovem seria visto como delinquente, como alguém que durante o processo de sua formação, pode se corromper.

De acordo com Camarano, Kanso e Mello (2004), “para a população de 15 a 29 anos, em 2000, 33% já tinham deixado a casa dos pais, 22% estavam na escola, 66% no mercado de trabalho, 34% eram casados, e 42% das mulheres já tinham tido filhos”. Se considerada as informações por sexo, idade, cor e situação censitária (urbano ou rural), essa heterogeneidade se mostra ainda maior.

Nesse contexto de heterogeneidade, dentro do “balaio das juventudes” está a juventude rural, sobre a qual, ainda incidem diferentes grupos, de acordo com sua origem: grupo econômico, forma de vida, região e cor, entre outros aspectos que influenciam a juventude como explicam os pesquisadores (STROPASOLAS, 2007; CASTRO, 2009). Puntel, Paiva e Ramos (2011) afirmam que a juventude rural tem sido definida de forma plural. Isso se deveria às identidades distintas e o campo de disputa que geram. Também incidem os diferentes contextos que os jovens estão inseridos, ao enfrentarem seus desafios.

De acordo com os dados do Censo Demográfico (2010), o percentual de homens que vive no campo corresponde a 53%, o que demonstra a maior incidência de homens no campo do que mulheres. A taxa de analfabetismo é mais elevada para os homens (23%) na área rural do que para as mulheres (19%), e as mulheres apresentam uma média de anos de estudo maior do que a dos homens. Em relação a características de domicílio, a média de pessoas por domicílio no meio rural é maior do que no meio urbano, 3,6 contra 3,3 pessoas por domicílio. O percentual de homens responsáveis por domicílios é maior no meio rural: 75% dos domicílios na área rural têm homens como responsáveis, enquanto que na área urbana o percentual de

homens responsáveis pelos domicílios é de 59%. Quando se trata de infraestrutura do domicílio ou saneamento básico, o meio rural apresenta piores condições do que o meio urbano. Esses e outros fatores fazem com que os jovens que vivem no campo não vejam o meio rural como atrativo para se viver. (LIMA et al., 2013; TROIAN et al., 2011). Por sua vez, Barcellos (2015) ainda detecta relação de percentual maior de jovens negras no campo e proporção superior de jovens com filhos no campo em relação ao meio urbano.

Troian et al. (2011) complementam a explicação acima e afirmam que o meio rural se tornou cada vez mais heterogêneo porque a juventude ademais sofreria a interferência direta causada pela diluição das fronteiras entre o urbano e o rural, devido à globalização. No mesmo sentido, Barcellos (2015) afirma que a melhoria das condições de transporte e a diminuição do tempo de passagem entre os espaços rurais e urbanos, devido ao aumento das populações e transformações dos territórios, também influenciam a migração. Barcellos inclusive ressalta o trabalho sazonal de jovens que se ocupam na agricultura e se deslocam para outras regiões com vistas à comercialização do produto. Taffarel et al. (2014) mostram que continua a prevalecer a propriedade privada da terra no campo brasileiro, que sustenta o projeto de desenvolvimento capitalista para o campo, o modelo agroexportador, cujas características seriam a falta e/ou insuficiência de políticas públicas e os conflitos de classe no campo. Esse quadro geraria graves repercussões para os jovens que vivem no espaço rural.

Para Wanderley (2007), o estudo da juventude rural compreende tanto a dinâmica espacial, que relaciona a experiência do jovem e sua inserção na sociedade (seja na família, na vizinhança ou na cidade), quanto a dinâmica temporal, quando as tradições familiares (passado) e as perspectivas para o futuro (escolhas profissionais, matrimoniais, migração temporária ou definitiva, estão sempre presentes, o que leva o jovem a um comportamento de ruptura ou a preservar sua continuidade com o rural.

Para Puntel, Paiva e Ramos (2011), os jovens do meio rural de gerações passadas construíram suas experiências de vida sob forma mais restrita, enquanto que as gerações atuais estão mais ligadas a relações sociais e culturais mais amplas, fatores que os fazem repensar suas identidades, suas relações pessoais e seus projetos de vida. A decisão entre permanecer no meio rural ou seguir rumo a novas

oportunidades nas cidades está sempre presente, o que torna ainda mais importante o debate centrado na sustentabilidade geracional do campo.

Troian (2014) destaca que no meio rural o debate sobre juventude rural passa pelo papel dos jovens em relação à continuidade do seu trabalho na agricultura, pelo fato de que o jovem não tem autonomia e por isso mesmo não participa ativamente do processo de decisões. Nesse aspecto, Neves (2013) aponta para o processo de autonomia que tem início na fronteira da juventude com a idade adulta, que tem algo de autonomia relativa, uma vez que a fase de transição em que se encontram os jovens ainda os deixam submissos à autoridade paterna; mas não integralmente. Os conflitos são frequentes devido às diferenças entre os desejos dos jovens e os dos pais, ou mesmo em função da busca pelo jovem da autonomia.

Wanderley (2007) mostra em sua pesquisa o compromisso dos jovens com a família quando se trata ao sistema de atividade familiar: enquanto os homens jovens não participam das atividades domésticas, devido às que assume na unidade de produção familiar, as mulheres jovens, em sua maioria, se envolvem tanto com as atividades domésticas quanto com o trabalho no sítio. Pizzinato et al. (2017) reforçam que as questões de gênero perpassam as representações sociais acerca do jovem no meio rural, e alertam que o acesso das mulheres à terra é menor que o dos homens.

De acordo com Oliveira, Rabello e Feliciano (2014), diferentemente da família urbana, a família rural vive sob o império maior de tradição patriarcal. Nela, o pai é a figura principal, quem controla todos o com quem com ele vivem, porque a tradição é passada de geração a geração, de forma mais completa. Dessa forma, o filho homem fica subordinado à família patriarcal e tem que dividir com ela o que produz. Por isso mesmo, muitas das vezes o jovem precisa procurar trabalho fora para complementar sua renda.

Nesse sentido, os jovens ocupam duplo movimento: de um lado, são instigados pelo estilo de vida urbana e suas possibilidades de maiores acessos aos bens e serviços, ao mesmo tempo que se afastam da reprodução familiar tradicional e patriarcal que são submetidos no meio rural. De outro, a juventude se articula para permanecer no campo, luta, como atores sociais, pela construção de identidades, com demandas específicas para seu segmento (LOPES; CARVALHO, 2015).

Para tanto, Galindo (2014) sublinha que a reafirmação da sucessão deve estar vinculada a um modelo de desenvolvimento, isto é, que não vise apenas o direito à

produção e políticas de crédito; a sucessão deve abranger o acesso a direitos plenos, ao lazer, à cultura, ao esporte, à saúde e educação, nesse sentido, deverá considerar as diferentes realidades e diversidades. Dessa forma, a sucessão é um problema estrutural que deve ser pensada de maneira integrada quanto à implementação de políticas.

De acordo com Silva et al. (2017), a sucessão familiar ocorre quando as gerações mais novas assumem o comando das atividades nas empresas familiares, substituindo os mais velhos, e a sucessão ocorre quando o negócio passa de uma para outra geração. Esse processo coloca diversos desafios, especialmente em relação à continuidade das empresas familiares.

Segundo Kiyota e Perondi (2014) o processo de sucessão da unidade de produção entre duas gerações é um dos momentos mais críticos, no entanto, as autoras afirmam que o comportamento histórico de não dividir o patrimônio quando se tem mais de um sucessor vem sendo desconsiderado pelos jovens que buscam sua autonomia. A família tem um papel importante no que toca à decisão do jovem de permanecer ou não na unidade produtiva.

Conforme apontado por Brummer (2007), a inviabilidade de todos os filhos permanecer na propriedade familiar faz com que a transmissão do patrimônio passe para um dos filhos herdeiros e, implica que os demais deveriam deixar o meio rural. Em geral o herdeiro beneficiado era o filho homem mais jovem. Ao mesmo tempo que assumiria a propriedade, também cuidaria dos pais, na velhice. Hoje, conforme Brummer (2014) a situação é que, em muitos casos, não há o sucessor para dar continuidade às atividades.

Ainda, de acordo com Brummer (2007), a sucessão geracional na agricultura familiar tem grande importância não apenas para os membros da família como para a reprodução dessas unidades de produção, para a reprodução da constituição social, a organização do meio rural e a própria estrutura do setor agrícola. Coadunando com este pensamento os movimentos sociais também se preocupam com o processo de saída dos jovens do campo uma vez que entendem serem eles os herdeiros do trabalho na terra. Por isso buscam criar condições de favorecerem a reprodução social dos jovens. Também, trabalham em favor do sentimento de pertencimento à comunidade (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014).

Barcellos (2013) afirma que o estudo da categoria juventude rural no Brasil apenas recentemente passou a considerar o jovem como um agente político que passou a se organizar para reivindicar direitos e adoção de políticas sociais.

Para atender às necessidades específicas dos jovens, em 5 de agosto de 2013 foi instituído o Estatuto da Juventude pela Lei 12.852. Esse instrumento jurídico que dispõe sobre os direitos dos jovens, considera como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade, já previstos em lei anteriores e assegura novos direitos. Estabelece os princípios e diretrizes das políticas públicas para a juventude e cria o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Cada seção do Estatuto se refere a um direito reconhecido ao jovem, a saber: 1) Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; 2) Direito à Educação; 3) Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; 4) Direito à Diversidade e à Igualdade; 5) Direito à Saúde; 6) Direito à Cultura; 7) Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; 8) Direito ao Desporto e ao Lazer; 9) Direito ao Território e à Mobilidade; 10) Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; 11) Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça (BRASIL, 2013).

Para garantir esse conjunto de direitos alguns pontos podem ser destacados: o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; a promoção do território como espaço de integração; o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e do País; o direito do jovem à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada; direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades, direito à saúde e à qualidade de vida, a garantia ao jovem à participação no processo de produção, a reelaboração e fruição dos bens culturais; a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação; o direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de participação; a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade, sendo estes apenas alguns dos direitos de grande relevância para o jovem expressamente citados no Estatuto da Juventude.

De acordo com Neves (2013) é importante considerar algumas distinções entre os jovens como, por exemplo, a que vige para o jovem que vive no meio urbano e o

jovem do meio rural; e, dentre os jovens que vivem no meio rural, entre os que têm sua ocupação com trabalho agrícola ou não, levando em consideração a inserção no mercado de trabalho. Assim como para Bremm et al. (2017), os jovens filhos de agricultores familiares vivenciam os desafios em busca de garantir sua própria viabilidade econômica, a continuidade na atividade e a melhoria das suas condições de vida.

Durston (2000) afirma que a permanência dos jovens nas zonas rurais, ou o êxodo para outras zonas ou cidades, é uma situação complexa, dependente de muitas variáveis e que não se manifesta da mesma forma para todos os jovens e em todos os territórios rurais. Nesse mesmo sentido, Castro (2009) explica que a categoria juventude rural está constantemente associada à situação de “migração do campo para cidade”. Cabe notar que há diversas questões a envolver a decisão entre “ficar” ou “sair” do campo.

Segundo Barcellos (2013), em decorrência da falta de condições, da inexistência de novas oportunidades de trabalho e da geração de renda que marcam espaço rural, ao longo dos anos, muitos dos jovens se decidem por migrar para as cidades ou nutrem um sentimento de desmotivação para permanecer no campo. Costa e Ralisch (2013) corroboram essa visão quando dizem que os jovens rurais são atraídos pelo leque de opções oferecidos no meio urbano. Barcellos (2014) afirma que o êxodo rural tem recorte de sexo, idade e etnia, e, geralmente, é acompanhado do abandono dos estudos e da inserção, nos centros urbanos, em jornadas de trabalho, principalmente doméstico, sem a garantia de direitos. Guimarães et al. (2015) sinalizam para a necessidade de estudos que apontem os fatores que estimulam os jovens a permanecer no meio rural.

De acordo com os dados do Censo Demográfico, do total da população que deixou o meio rural entre 2000 e 2010, quase a metade dela era conformada por jovens entre 15 e 29 anos, o que representou uma diminuição da população jovem no campo em, aproximadamente, 1 milhão de pessoas.

Para Galindo (2014), “a migração é um fenômeno de desterritorialização engendrado num sistema social e econômico que desvaloriza e destitui os povos do campo de seu lugar (territorial, cultural e identitário)”. A pesquisadora conclui que não se trata apenas de deslocamento geográfico, mas da negação do direito de ser e estar no mundo com cidadania e dignidade”. Para Durham (1973 apud Oliveira Jr. e Prado,

2013), a tradição migratória pode ser compreendida como um recurso para aliviar tensões econômicas e sociais, ou seja, um mecanismo de solução para diferentes tipos de problemas.

Diante dessa realidade, tanto no “II Congreso de Despoblación del Mundo Rural”, ocorrido nos dias 22 e 23 de junho de 2017, em Huesca, Espanha, evento organizado pelo Conselho Provincial e Federação Espanhola de Municípios e Províncias, quanto na “VII Reunión Interterritorial del Foro de Regiones con Desafíos Demográficos”, em 26 de junho de 2017, em Teruel, Espanha, foram apresentadas algumas importantes propostas, entre elas, as de: incluir a pauta para combater a redução da população rural na agenda econômica e legislativa, não apenas na agenda política do Estado; adotar medidas transversais em benefício da população, junto com incentivos fiscais para assentá-la em áreas pouco povoadas. Destacou-se, então, a importância do desenvolvimento de atividades que, num espaço menos amplo, levasse ao aumento de lucratividade. Foram definidos cinco eixos que conformariam a estratégia nacional da Espanha frente ao desafio demográfico: 1) favorecer o envelhecimento ativo e saudável, transformando os desafios da longevidade da população em oportunidade de criação de ambientes amigáveis, que disponham, inclusive, de cuidados de saúde digitais; 2) criar, em todos os níveis educacionais, ambientes favoráveis às famílias, seja por meio de oferta de educação gratuita, seja pela adoção de incentivos para políticas de habitação destinadas às famílias com baixo nível de renda e/ou com membros portadores de deficiência ou em situação de dependência. Nesse sentido, foram inclusive incentivadas políticas de negócio a favor da igualdade. 3) gerar mais oportunidades para a juventude, apoiando a geração de emprego, promovendo treinamento e adaptando os incentivos públicos orientados para o primeiro emprego e para o emprego, especialmente, de jovens; 4) promover o estabelecimento de novas condições de vida, necessárias à atração de população urbana para o campo, por meio de programas de habitação para os mais jovens, particularmente os com recursos escassos. Esse esforço abrangeria o aumento do acesso da população à banda larga com o objetivo de atrair jovens talentos empreendedores e difundir novas tecnologias. Ademais, incentivos a projetos relativos a turismo, artesanato, agricultura, pecuária, biomassa e outras energias renováveis seriam concedidos; e 5) favorecer o desenvolvimento sustentável (econômico e social) via implementação de estratégias de economia verde, simultaneamente com a difusão

de diretrizes para o uso dos recursos naturais, promoção de energia renovável e da bioeconomia. Por igual, buscaria otimizar sistemas de produção agrícola (AGRONEGÓCIOS, 2017).

Segundo Camarano e Abromovay (1999), dentre as pessoas que saem do campo, há um maior fluxo de mulheres, o que vem tornando o meio rural cada vez mais masculinizado. Este movimento de saída dos jovens para as cidades decorre da conjugação de dois fatores: o envelhecimento da população e sua masculinização. Emerge com força o que conhecido como “celibato camponês”, ao mesmo tempo, fruto da ausência de jovens e da desproporção entre os sexos. Os mesmos autores afirmam que o Brasil é um dos países que passou por intensos movimentos migratórios internos, essa conclusão leva em conta tanto número absoluto de pessoas como em percentual. De acordo com Viera Filho (2017), no cenário mundial, a taxa de urbanização alcançou 50%. Porém, em países de renda média e baixa, a participação da população rural é mais expressiva. Vários motivos são elencados pela literatura para explicar a evasão campo-cidade observados desde 1950, no Brasil, que seriam, principalmente, a falta de políticas públicas para o desenvolvimento do meio rural; a falta de oportunidades de trabalho; falta de autonomia; e conseqüentemente, falta de qualidade de vida, como apontam Camarano e Abromovay (1999); Troian et al.(2011); Valadares (2014).

Os autores Camarano e Abromovay (1999) também sugerem que as questões relacionadas ao aumento da violência causadoras de morte afetam com maior intensidade os jovens, negros e pobres, o que pesa diretamente sobre a redução da população rural. Os mesmos autores explicam que os fluxos migratórios internos (no mesmo município ou no mesmo estado, do rural para o urbano, ou mesmo para outros estados e regiões), o desenvolvimento urbano, e, mais recentemente, a queda da taxa da fecundidade também são fatores importantes a explicar a diminuição da população rural.

Nesse contexto, cabe ressaltar que uma das causas da diminuição do número de pessoas no campo ocorre devido a diminuição da fecundidade das mulheres brasileiras, que também está associada ao fato da mulher desejar maior independência e por isso deixar para ter filhos mais para o final da sua vida produtiva. Outro fator, em termos mais atuais, se refere ao aumento da população LGBT ou LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). A

assunção dessas identidades de gênero incide sobre a taxa de fecundidade, que devido a suas 'escolhas' também deixam de ter filhos. Os integrantes dessa população ainda estariam em meio ao processo de 'auto-aceitação' e muitos deles intensamente envolvidos no movimento de luta por seus direitos. A tabela 1, abaixo, mostra a redução, nos últimos anos, do número médio de filhos por mulher no Brasil.

Tabela 1: Número médio de filhos por mulher no Brasil

Ano	2000	2003	2005	2007	2010	2013	2015
Taxa de Fecundidade	2.39	2.20	2.09	1.99	1.87	1.77	1.72

Fonte: IBGE, extraída de Camarano e Abramovay (1999)

No entanto, além dos fatores mencionados, muitos pesquisadores vêm questionando as informações do IBGE por entenderem que o Brasil é mais rural do que os números apontam. Veiga (2004) observou que a taxa de urbanização oficial adotada pelo Brasil apresenta grandes distorções em relação à realidade, uma vez que são consideradas cidades mesmo aquelas concentrações populacionais com menos de 20 mil habitantes. Complementa afirmando que os estudos sobre aglomeração urbana consideram tanto os aspectos de natureza demográfica (tamanho e densidade das cidades), ocupacional (caráter urbano das atividades desempenhadas pela população) e a integração entre núcleos (deslocamento entre os núcleos e a periferia da aglomeração). Por exemplo, Veiga afirma em seu trabalho que o parâmetro considerado, por exemplo, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para que uma localidade seja considerada urbana é de 150 hab/km². Esse é um dos indicadores que permite a Veiga et al. (2001) apontarem em seu estudo que apenas 60% da população seja de fato urbana, diferentemente do percentual urbano, equivalente a 84,4%, como mostra o IBGE. Na mesma linha de raciocínio o pesquisador Valadares (2014) apresenta um estudo similar, embora com outra metodologia do espaço rural brasileiro. Seu trabalho mostra que esse espaço é maior do que o considerado a partir dos dados apresentados pelo IBGE. O mesmo autor lembra que apesar da Lei tributária poder cobrar o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) somente de imóveis situados na zona urbana oficial, há inúmeras ações impetradas por produtores rurais que vivem da produção agrícola

que receberam cobranças de IPTU devido a sua localidade estar situada no perímetro urbano, e que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela não cobrança deste imposto, quando comprovada a destinação da atividade agrícola, passando a cobrança a ser do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Essa decisão confirmaria, ainda que indiretamente, a inadequada divisão territorial quanto à divisão, urbano / rural, adotada pelo IBGE.

Um dos motivos que levam ao subdimensionamento da população no Brasil seria as “regras” que regularam a ocupação territorial brasileira. Um exemplo disso, a Lei das Terras de 1950, que definiu restrições à imigração. Além de estarem sujeitos à forma de localização em terras devolutas, os colonos, por determinação legal, deviam se estabelecer em lotes rurais, uma vez que os lotes urbanos eram destinados a pessoas ‘distintas’ como explica Seyferth (2009). Ou seja, os lotes urbanos estavam reservados para prestadores de serviços comerciantes, artesãos. Isso fez criar, desde o início, a polaridade entre o urbano e o rural. Da mesma forma, o Decreto Lei Nº 311/1938 transformou todas as sedes municipais em cidades, o que automaticamente foram definidas como centros urbanos, ainda que fossem aglomeração de característica rural.

Na tentativa de melhor quantificar a população rural brasileira, o IBGE está desenvolvendo uma nova metodologia de cálculo. De acordo com o projeto será feito uma outra categorização para definir o “novo urbano” e “novo rural”, o que aproximará os dados do IBGE da realidade rural. Não se sabe até o momento se será possível refazer o histórico a partir da nova metodologia, ou se a nova metodologia será aplicada somente a partir do momento de sua aplicação inicial. Conforme afirmou o coordenador de estatísticas do IBGE, Cláudio Stenner, em entrevista datada em 31 de julho de 2017, a nova metodologia não substituirá a atual forma de classificação e sim, será criado um novo critério para se mensurar o novo rural (OLIVEIRA, 2017).

Uma das políticas que atua para melhorar o delineamento das áreas rurais no Brasil foi a política de desenvolvimento territorial rural cujo principal agente é o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, hoje Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAD, através da Subsecretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. A política visa à redução das desigualdades, à promoção do desenvolvimento sustentável, da identidade regional e, conseqüentemente, a diminuição da população mais vulnerável, também se trata da

promoção da integração dos territórios rurais, do pertencimento, do respeito à diversidade e da cultura local de forma a contribuir com o processo de desenvolvimento nacional (SDT/MDA). De acordo com Dantas e Costa (2014) os territórios rurais, criados em 2003, também chamados de espaços urbanizados ou microrregiões “rurais”, devem ter densidade demográfica menor do que 80 habitantes por Km² e população média por municípios de até 50 mil habitantes. Tais territórios foram criados a partir de uma estratégia que teve como objetivo integrar os aspectos sociais, econômicos e políticos dos espaços rurais, no âmbito do desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com Del Grossi e Graziano da Silva (1999), no estudo de ambos sobre a Nova Ruralidade, muitas atividades secularmente desenvolvidas no meio rural, mas que até então não tinham importância econômica, foram transformadas em fontes alternativas de emprego e renda. Entre elas, atividades relacionadas a serviços ou produtos e/ou atividades rurais não-agrícolas, decorrentes da urbanização do meio rural; esforços para a preservação do meio ambiente; e estratégias voltadas para nichos específicos.

Para Van der Ploeg (2000 apud Kageyama, 2004), o novo paradigma de desenvolvimento rural se articula numa perspectiva mais complexa e, não apenas pela modernização da agricultura como principal forma de elevação de renda e, conseqüentemente, o desenvolvimento das comunidades rurais. Esse novo modelo reorientaria a reconstrução da agricultura em nível regional e da economia rural, em geral, o que significa um processo que conjugue vários elementos: (1) multinível, quando se considera a relação da agricultura com a sociedade, no aspecto macro, nas sinergias do ecossistema local e regional, seja de forma intermediária, seja de forma micro, nas novas formas de relação de trabalho familiar, levando-se em consideração a pluriatividade; (2) multi-atores, quando evidente complexidade exige o envolvimento de várias instituições e; (3) multifacetado, quando antes o que era considerado supérfluo poderá assumir novos papéis como, por exemplo, a administração da paisagem, a conservação da natureza, o agroturismo, a agricultura orgânica, a produção de especialidades regionais, as vendas diretas, etc.. A revalorização do desenvolvimento rural, em nova chave, se deu por dois motivos: as oportunidades que passaram a existir por meio da multifuncionalidade do espaço rural e o reconhecimento dos problemas trazidos pela prática da agricultura intensiva.

Na mesma direção, Sili, Fachelli e Meiller (2016) sinalizam que na Argentina, ao longo das últimas três décadas, o processo de modernização da produção agropecuária excludente resultou em mudança estrutural refletida no aumento da concentração de terra e, conseqüentemente, na desintegração das pequenas e médias agriculturas, bem como no despovoamento do campo. Essa dinâmica também gerou novas preocupações, objeto de pesquisas recentes relacionadas à organização e dinâmica dos territórios, seus problemas sociais e questões ambientais.

Nesse contexto, Sen (2010) afirma que o padrão ou qualidade de vida não é medido apenas pela posse de um conjunto de bens, nem mesmo pela utilidade a eles inerente. A qualidade de vida estaria ancorada nas capacidades dos indivíduos em termos de utilização desses bens para satisfação de necessidades materiais e imateriais.

Dessa forma, o desenvolvimento rural com enfoque territorial implica em novas tecnologias com capacidades de mensurar as condições de vida de suas populações, ademais de avaliar o desempenho das políticas públicas que as alcançam. Para tanto tem-se utilizado do Índice de Condições de Vida, metodologia esta desenvolvida pela Universidade do Rio Grande do Sul (PERAFÁN; WALTER, 2016).

Segundo Puntel, Paiva e Ramos (2011), conforme visto na pesquisa por eles realizada sobre o processo de reconversão produtiva no campo, haveria que se articular ações de agentes e instituições com vistas a definir e explorar coletivamente novos nichos de inserção produtiva, capazes de garantir rentabilidade e sustentabilidade às atividades familiares rurais. Para Barcellos (2014), as reivindicações da juventude rural por políticas mais efetivas de geração de renda no campo, vinculadas às vocações étnicas, culturais e regionais ocorre devido a carência de políticas apropriadas, direcionadas aos que projetam permanecer no campo. A falta dessas políticas passa a ser considerada um dos principais motivos de não serem viabilizados os projetos de vida dos jovens em seus respectivos territórios.

Os dados apresentados a seguir mostram a distribuição da população total e da população jovem por situação de domicílio (rural e urbano), para os anos de 1970 a 2010, a partir do Censo Demográfico do IBGE. É importante destacar que a metodologia de coleta de dados do Instituto vem sendo aprimorada ano a ano, o que permite entender que parte do aumento quantitativo da população pode não representar efetivamente seu incremento real. Observa-se, portanto, maior eficiência

do Instituto quanto a definição real do tamanho da população brasileira. Uma ilustração dessa eficiência é que os primeiros Censos Demográficos não alcançavam as populações que viviam nas áreas rurais de municípios longínquos, principalmente do Norte/Nordeste, em especial as populações ribeirinhas e as comunidades tradicionais. Isso devido às dificuldades de acesso desse tipo de operação, ao elevado custo, aos empecilhos logísticos, bem como os prazos exíguos para a publicação da pesquisa.

A tabela 2, a seguir, mostra a redução da população rural, enquanto que a população urbana cresce com maior velocidade. De registrar que a população rural atingiu seu ápice em 1970, quando alcançou 41 milhões de pessoas. Em 2010, esse contingente é menor que 30 milhões. A participação da população rural em 1970 era de 44% do total. Em 2010, com o aumento da população urbana e o decréscimo da população rural, esta passou a constituir, de acordo com os dados do IBGE, 16% do total.

Tabela 2: Total da população residente e total da população entre 15 e 29 anos por ano, e por situação de domicílio

Ano	Total	Total - Urbana	Total - Rural	15 a 29 anos	15 a 29 anos - Urbana	15 a 29 anos - Rural
1970	93134846	52097260	41037586	25120042	14447220	10672822
1980	119011052	80437327	38573725	34536252	24395462	10140790
1991	146825475	110990990	35834485	41220428	31633240	9587188
2000	169872856	137925238	31947618	47939723	39331638	8608084
2010	190755799	160934649	29821150	51330569	43522942	7807627

Fonte: IBGE, Censo demográfico: 1970 a 2010 (elaborado pela autora).

Para Paiva (2008 apud Puntel 2011), o complexo agrário nacional está organizado de forma dialética, ou seja, é marcado por tensões, em constante desenvolvimento, entre dois sistemas; a agricultura familiar e a agricultura patronal. A diferença entre eles consistiria na quantidade relativa de terra e de área por trabalhador. Nesse esquema, a agricultura familiar possui as menores quantidades de terra e maior quantidade de mão de obra.

Assim, fenômenos distintos, mas que se ambientam, os fluxos migratórios, a redução da fecundidade, o aumento das taxas de violência, instituição de novas políticas públicas direcionadas ao meio rural, levaram pesquisadores, estudiosos e gestores públicos a olhar de maneira mais cautelosa para a situação das pessoas que

residem no meio rural. Tal cautela, entre outros motivos, ocorre devido a uma grande preocupação com o abastecimento e a segurança alimentar da população brasileira. Isso porque apesar de o agronegócio ser responsável por cerca de um quarto do PIB brasileiro, a produção gerada pela agricultura familiar responde pela diversidade dos alimentos oferecidos no mercado e pelo abastecimento interno. O setor produz alimentos com mais qualidade e emprega maior número de trabalhadores na agricultura (BREMME et al., 2017; PICOLOTTO, 2015)

A categoria agricultura familiar foi reconhecida pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, quando se constituiu o marco legal desse setor. Esse instrumento jurídico estabeleceu as diretrizes que orientam a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Todavia, as políticas que visibilizaram os agricultores familiares, dentre elas, cabendo destacar o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar, foram se estruturando e ganhando força ao longo do tempo. Com isso, o PRONAF aumentou seu escopo tanto em volume de créditos concedidos aos agricultores como em número de contratos realizados por ano.

Ademais, a cooperação do MDA com IBGE possibilitou preencher lacuna de informações oficiais voltadas para as políticas públicas de desenvolvimento rural quando se quantificou e segmentou a categoria agricultura familiar. Foi então possível saber quantos são os agricultores familiares, onde estão, como e o quê produzem (DEL GROSSI; MARQUES, 2010). De acordo com os mesmos autores a referida lei determinou de forma objetiva, quem se enquadrava como agricultor familiar, o que tornou possível precisar a categoria dos agricultores familiares no Censo Agropecuário de 2006. Isso possibilitou dimensionar o real papel da agricultura familiar no contexto brasileiro. Ainda assim, a Medida Provisória 759/2016, sancionada pelo Decreto 9.064 de 31 de maio de 2017, no seu Artigo 3º, especifica dois itens relativos à Lei da Agricultura Familiar, quando estipula que a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e o empreendimento familiar rural devem atender aos seguintes requisitos:

- I – possuir a qualquer título área de quatro módulos fiscais;
- II – utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.

IV – ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

Registra-se que na Lei 11.326 de 2006, o Artigo 3º estava descrito da seguinte forma:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Basicamente, nos itens II e III a palavra predominantemente foi abandonada sendo substituída pela palavra “metade”, quando foi mais precisamente quantificada.

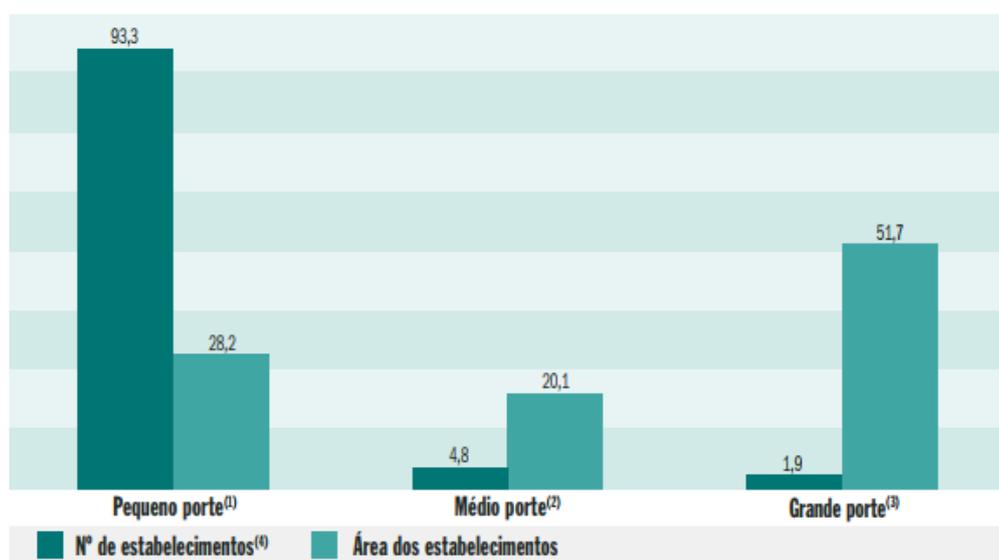
Mesmo com esse impulso, persiste a migração dos jovens, filhos de agricultores familiares, para as cidades, o que causa insegurança em relação à continuidade da reprodução da força de trabalho, a masculinização da população rural, a quebra dos mecanismos de transmissão de herança, e a falta de sucessores nas unidades de produção. A isso se acrescenta a concentração fundiária. (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; CASTRO et al., 2013). No entanto, Del Grossi, Abramovay, Graziano da Silva acreditam que o movimento reivindicativo dos agricultores familiares e sua mobilização também impulsionara a classe da juventude rural a sair da invisibilidade que até então se encontrava.

O Brasil apresenta um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo. De acordo com o Censo Agropecuário 2006, 84% dos estabelecimentos agropecuários foram identificados como pertencentes à estabelecimentos da agricultura familiar. Ocupavam 80 milhões de hectares equivalentes a 24% da área total ocupada dos estabelecimentos agropecuários, enquanto que os caracterizados como não familiares ocupavam 76% da área total. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18 hectares, ao passo que a dos estabelecimentos não familiares era de aproximadamente 310 hectares.

O gráfico 1, a seguir, mostra a forte concentração fundiária a partir do número de estabelecimentos e áreas segundo faixas de módulo fiscal. Módulo fiscal é uma unidade de medida de área, fixada diferentemente para cada município, por meio de instruções especiais expedidas pelo INCRA, Levam-se em conta as particularidades do local conforme estipula a Lei de Terras de 1964. Esse instrumento estabelece a

área mínima necessária para tornar economicamente viável a propriedade. Note-se que 93% dos estabelecimentos são de pequeno porte (com extensão de até 4 módulos fiscais) e detêm 28% da área total, enquanto 2% do total dos estabelecimentos, que estão na faixa “grande porte”, ou seja, maiores de 15 módulos fiscais, concentram 52% da área total.

Gráfico 1: Distribuição do número e da área dos estabelecimentos agropecuários por faixas de módulos fiscais do Inbra – Brasil 2006 (%)



(1) Até 4 MF; (2) De >4 a 15 MF; (3) > 15 MF

Fonte: DIEESE, Estatísticas do meio rural.

Apesar desse desequilíbrio, Barcellos (2013) destaca que muitos (as) jovens e grupos de juventude se mobilizam junto a organizações e movimentos sociais em busca de melhores condições de vida no campo, para isso reivindicando acesso à terra e fortalecimento de diversos direitos sociais. Nesse mesmo sentido, Castro (2009) afirma que os movimentos sociais rurais são locais que servem de palco por meio dos quais surgem novas organizações onde a juventude se lança como sujeito político.

Camarano e Abramovay (1999) sublinham a relação entre o êxodo rural e o acesso a serviços básicos. Quanto maior acesso a melhores serviços e o aumento da qualidade da educação no meio rural, esses podem reforçar maior interesse no jovem por permanecer no campo.

Redin (2017) reconhece que a maioria dos jovens rurais se encontra em condição marginal no referente ao acesso à política educacional. Essa seria, praticamente, invisível quando se trata do acesso amplo dos jovens rurais que demandam qualificação de ensino de nível superior. Segundo o autor, o hábito da leitura, do convívio com os livros e da dedicação aos estudos é um capital cultural herdado da condição camponesa, mas que está sempre em contraposição com às necessidades do trabalho na roça, este sendo o principal meio de reprodução social da família rural. O autor também destaca que a juventude rural não é contemplada pelo Prouni, Programa Universidade para Todos, apesar de o programa atender a outros estratos populacionais específicos, por meio de cotas, tais como: os afrodescentes, os indígenas, os portadores de deficiência, mesmo quando a oferta se reduz a uma pequena quantidade de vagas. Um dos motivos encontrados para manutenção dessa situação a própria invisibilidade da juventude rural pode ser por ela ser uma categoria invisível ou já fazer parte como população de baixa renda.

A tabela 3, a seguir, mostra a desigualdade educacional medida pelo percentual de analfabetos por ano, por sexo e por situação de domicílio (rural e urbano) e a tabela 4 indica o nível de instrução dos empreendedores agrícolas na faixa etária até 25 anos, por região.

Tabela 3: Percentual de jovens entre 15 e 29 anos analfabetos, por sexo e por situação de domicílio

Situação de domicílio	Sexo	Faixa etária	2001	2005	2011	2015
Urbano	Homem	%15 a 29 anos	4%	3%	2%	1%
	Mulher	%15 a 29 anos	3%	2%	1%	1%
Rural	Homem	%15 a 29 anos	18%	13%	7%	5%
	Mulher	%15 a 29 anos	10%	7%	3%	2%

Fonte: IBGE/PNAD

Tabela 4: Total de estabelecimentos por região e pelo agrupamento de duas categorias de resposta do nível de instrução (Não sabe ler e escrever ou não possui formação, mas sabe ler e escrever) para o grupo de idade menor que 25 anos

Unidade Territorial (Região)	Classe de idade da pessoa que dirige o estabelecimento	Total	Não sabe ler e escrever ou, não possui formação mas sabe ler e escrever
Brasil	Total	5175636	1746605
	Menor de 25 anos	170583	25572
	% Menor de 25 anos	3%	15%
Norte	Total	475778	134960
	Menor de 25 anos	23048	2968
	% Menor de 25 anos	5%	13%
Nordeste	Total	2454060	1313118
	Menor de 25 anos	102525	21403
	% Menor de 25 anos	4%	21%
Sudeste	Total	922097	167135
	Menor de 25 anos	16621	707
	% Menor de 25 anos	2%	4%
Sul	Total	1006203	85229
	Menor de 25 anos	20770	284
	% Menor de 25 anos	2%	1%
Centro-Oeste	Total	317498	46163
	Menor de 25 anos	7619	210
	% Menor de 25 anos	2%	3%

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2006, elaborado pela autora

Observa-se na tabela 3, de acordo com os dados da PNAD, que apesar dos avanços, a desigualdade educacional entre o campo e a cidade persiste, sendo o percentual de analfabetos no meio rural superior ao meio urbano, ainda nos anos mais recentes. E no meio rural, a taxa de analfabetismo é maior para as pessoas do sexo masculino. De acordo com Carneiro (2007), a falta de oportunidades profissionais para as mulheres que vivem nas áreas rurais agrícolas, não apenas as discrimina, como também as motiva a obter níveis educacionais mais elevados como também impulsiona maior migração feminina para o meio urbano.

Visto pelo Censo Agropecuário 2006, o percentual de responsáveis por dirigir o estabelecimento agrícola menores de 25 anos de idade, é menor que 5% para todas as regiões. Nesse contexto sendo que a região Nordeste apresenta o maior índice de baixa alfabetização, ou seja, 21% dos estabelecimentos agrícolas estão sob a responsabilidade de jovens que não sabem ler ou escrever ou que embora não

possuam formação maior, sabem ler e escrever. Nesse registro, segue a região Norte, com 13% de estabelecimentos agrícolas na mesma situação. Outras informações que apontam a desigualdade entre o meio urbano e o meio rural surgem quando se compara a infraestrutura de estabelecimentos educacionais, a formação de docentes e a distorção idade-série. Puntel, Paiva e Ramos (2011) registram que o Ministério da Educação, a partir de 2006, reconhece a educação rural como papel estratégico para o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido o programa Pedagogia da Alternância, método que busca a integrar o estudante que vive no campo com a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho, focado nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e educação profissional do ensino médio, vem se destacando.

Os dados referidos permitem observar que a desigualdade educacional efetivamente diminuiu. Por outro lado, há que registrar que apesar de o Estatuto da Juventude ter sido instituído para garantir o direito específico dos jovens, entre eles, o direito à educação, a situação real da juventude, tanto urbana quanto rural deixa a desejar, tanto no relativo à dignidade da pessoa humana quanto o referido ao acesso às políticas de desenvolvimento rural, cultural, desporto e de intercâmbio da população urbana – rural e vice-versa, acrescenta-se que em termos de Estatuto da Juventude a realidade rural é bem mais precária que a urbana.

1.1.1 Políticas públicas para a juventude rural

Os princípios plasmados nas políticas públicas são os norteadores da ação do poder do Estado. Nelas são estabelecidas diretrizes que se desdobram em regras e procedimentos para regular a relação entre poder público e sociedade. São formas sistematizadas de ação, formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que direcionam ações com a aplicação direta ou indireta de recursos públicos (SABOURIN, SAMPER e GILLES, 2014). Para Amabile (2012), políticas públicas envolvem questões de ordem pública com amplo espectro e visa a satisfazer os interesses de uma coletividade. Podem ainda ser compreendidas como estratégias de atuação do estado, organizadas por meio de processo decisório composto de variáveis complexas. Sua concretização impacta a realidade em graus diversos. Após as políticas públicas serem desenhadas e formuladas, elas se transformam em

planos, programas, projetos, bases de dados ou em sistema de informação e pesquisas que são implementados, e submetidos a acompanhamento, monitoramento e avaliação (PEREIRA; SILVA, 2009).

O aumento da atenção do estado à agricultura familiar evidenciou a vulnerabilidade dos jovens que residem no meio rural quanto ao acesso à terra, trabalho, educação, fontes de renda, autonomia, lazer, cultura, acesso à tecnologia. As políticas públicas passaram a tratar da inclusão da juventude rural, ou seja, a promover, no essencial, melhor qualidade de vida. Oliveira; Rabello e Feliciano (2014) afirmam que a falta de políticas públicas para os jovens os excluem da produção rural eliminando as possibilidades de uma vida digna no meio rural. Pesquisa de campo realizada no Assentamento São Bento, município de Mirante de Parapanema, (SP) indicou que a existência de políticas públicas dirigidas com mecanismos de apoio adequados à juventude (por exemplo, acesso à terra para os jovens da reforma agrária) podem frear a saída de 67% dos jovens do campo. Nesse mesmo sentido, Valadares (2014) afirma que parte significativa do êxodo rural não é intrínseca ao processo de urbanização em si, mas sucede em decorrência à ausência do Estado no campo, de dificuldade de serviços e de carência de políticas públicas relativas a acesso à terra e à renda. Por isso, segundo Valadares, os jovens rurais precisam lutar de forma mais objetiva pelo acesso a direitos básicos de cidadania. Segundo Redin (2017) a maior parte dos jovens rurais permanecem em condição marginal quando se trata do acesso à políticas educacionais.

Barcellos (2014) faz um resgate histórico da agenda das ações do Estado com respeito a categoria da juventude rural. Coloca como questão central a pergunta sobre como se configurou as políticas públicas para a juventude rural no âmbito do governo federal e observa que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1995, foi um dos fatores relevantes que legitimaram a reivindicação por políticas diferenciadas de desenvolvimento rural. O Programa também reconheceu a categoria social da agricultura familiar. Ao longo do tempo, o PRONAF cresceu e se aprimorou, e em 2003 houve um grande aumento das linhas de crédito e do número de contratos voltados para os agricultores familiares. Em 2004 foi criada, dentre outras linhas específicas de crédito, a linha de crédito destinada ao Jovem para fomentar a produção (PRONAF Jovem). Nesse mesmo ano, criou-se a linha de crédito para o financiamento de imóvel rural para o jovem, dentro do Programa Nacional de Crédito

Fundiário – Linha Nossa Primeira Terra (PNCF – NPT). O objetivo desse Programa é o financiamento da terra para os agricultores, com vantagens nas taxas de juros e nos prazos de pagamentos em relação ao vigente no mercado. Conforme Rodriguez e Conterato (2016), quando o jovem adquire a terra pelo programa PNCF, esta se transforma em ativo e, conseqüentemente, fica incorporada às trajetórias de vidas das famílias beneficiadas, seja como ativo ou propriamente como estratégia de vida. A aquisição permite aos beneficiados permanecerem no campo ou mesmo mudar de vida. Tem-se, claramente, melhoria das condições de vida da população beneficiada, geram diferentes relações de poder e de acesso aos recursos materiais.

Também, para Barcellos (2014), outros atores são importantes nos espaços institucionais de participação social, pois contribuem para formulação das políticas. Seriam eles as organizações e associações, movimentos sociais como CONTAG, FETRAF, PJR, MST, dentre outros. Destaca também a participação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) via Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e do MDA, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). De registrar, em 2011, a realização do I Seminário da Juventude Rural intitulado “A Permanência do Jovem no Campo e a Continuidade da Agricultura Familiar no Brasil” ocasião em que foram abordados temas referentes à sucessão das propriedades familiares, à agenda política e aos desafios a serem enfrentados pelos jovens para a consolidação da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. Também, a II Conferência Nacional da Juventude, com expressiva participação da juventude rural organizada com vistas a obter reconhecimento e direitos.

O III Festival da Juventude Rural, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), ocorrido em Brasília, em abril de 2015, reuniu 4.280 jovens rurais também foi de grande relevância pois ademais de discutir os assuntos relativos às demandas da juventude rural, na ocasião foi aplicada pesquisa quali-quantitativa, por meio de parceria efetivada entre IPEA-Contag com o objetivo de traçar perfil da juventude rural. A Contag reconhece os jovens, pessoas entre 15 e 32 anos. Esses totalizaram 2762 sendo 1765 questionários válidos para a pesquisa (IPEA, 2017).

Alguns temas são recorrentes nos debates sobre a juventude rural: falta de recursos orçamentários; escassa prioridade concedida a problemática da juventude rural pelo governo; falta de dados e informação, como: quem são e onde estão esses

jovens rurais?; frágeis políticas de crédito e os seus problemas decorrentes de acesso insatisfatórias; políticas de fomento produtivo e financeiro; insuficiente tratamento da questão da sustentabilidade e das práticas associadas à agroecologia; falta de infraestrutura no campo; e precariedade da educação do e no campo, dentre outros.

De acordo com Barcellos (2014), entre 2003 e 2010, ações efetivas voltadas para os jovens no espaço rural foram realizadas pelo MDA (disponibilização de créditos para financiamento de terra ou para realização de projetos técnicos), INCRA (implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA), MEC (implementação do Pro Jovem Campo) e MTE (concretização do Consórcio Rural da Juventude).

O Pronera nasceu em 1998 em decorrência da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social nas áreas de Reforma Agrária. Os demandantes desejavam que as autoridades utilizassem metodologias voltadas para a especificidade do campo, o que permitiu, desde então, que milhares de jovens se alfabetizassem e continuassem seus estudos em diferentes níveis de ensino, o que sem dúvida contribuiu para a elevação das condições de vida e da noção de cidadania dos que vivem no campo. Os princípios básicos do Programa são: inclusão, ocorre pela ampliação do acesso à educação; participação, quando há o estímulo das demandas feitas pelas próprias comunidades de reforma agrária; interação, quando se favorecem parcerias entre órgãos do governo; e multiplicação, quando se foca na educação dos estudantes e dos educadores) (BRASIL, 2004).

O ProJovem Campo – Saberes da Terra, implementado em 2005, e depois passou a integrar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares entre a faixa etária de 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, contribuiu, assim, para a formação integral do jovem nessa faixa de idade e potencializa, além de promover o desenvolvimento sustentável e solidário por meio de atividades pedagógicas. O jovem participante recebe bolsa de estudos, mas, para tanto, precisa participar ao menos de 75% das aulas. Os cursos são oferecidos em sistema de alternância, ou seja, intercalando tempo-escola e tempo-comunidade (BRASIL, 2017).

Por sua vez, o Consórcio Rural da Juventude, de acordo com a Portaria do MTE Nº 465, de 23/09/2005, é um braço de atuação do Programa Nacional de Estímulo ao

Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) ambos visam integrar e assegurar a participação social dos beneficiários na execução de ações, assim como buscam a participação privada com vistas ao aumento das oportunidades de trabalho para os jovens da área rural. Para isso, o programa compreende três eixos: (i) formação contextualizada do jovem rural; (ii) atuação dos jovens no processo de desenvolvimento social, econômico e ambiental nos territórios onde vivem; (iii) articulação entre os setores público, privado e a sociedade civil para ampliação das oportunidades de trabalho digno e de renda para a juventude rural.

Valadares (2014) ressalta que de acordo com os dados do Censo Demográfico 2010 houve indícios de aumento da permanência da população rural no campo em relação ao observado no ano 2000. Também houve incremento de renda, aumento do consumo de bens duráveis, incluindo veículos automotores, melhoria nas condições de infraestrutura, ampliação do acesso às políticas sociais (transferência de renda e previdência) e produtivas (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) o que indica, nessa década, transformações econômicas e sociais positivas nas áreas rurais, assim como o aumento de ações políticas voltadas para os jovens rurais. Outras políticas voltadas para o agricultor familiar vêm ganhando força na SEAD. É o caso da política do Selo de identificação da Agricultura Familiar – SIPAF que busca identificar os produtos que tenham em sua composição a participação majoritária da agricultura familiar, ademais de dar visibilidade aos empreendimentos rurais por meio da inclusão econômica e social dos agricultores. Nos últimos anos o número de permissionários do Selo tem aumentado mês a mês. Essa política tem sido construída a partir de segmentos transversais, beneficiando populações específicas que participam da agricultura familiar, como mulheres rurais, quilombolas, juventude rural, entre outros (BARRETO et AL, 2017; BARRETO et AL, 2017).

De acordo com Redin (2017) o meio rural está se tornando mais dinâmico e oferece novas perspectivas de ascensão social, devido ao aumento da mobilidade rural, ao avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e ao acesso dos filhos de agricultores ao ensino superior o que vem acontecendo nos últimos anos.

Vis-à-vis as políticas que aconteciam dispersas para atender ao jovem rural, começou a ser elaborado, em 2015, novo desenho de política cujo objetivo estava centrado em reunir as principais políticas existentes destinadas a esse mesmo

público, que também fossem passíveis de acompanhamento e monitoramento, ademais da criação de novas ações que representassem as principais demandas da juventude rural organizada. Nesse contexto, surgiu o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, liderado pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário.

1.1.2 Plano nacional de juventude e sucessão rural

Em 3 de maio de 2016, como parte do Plano Safra da Agricultura Familiar de 2016/2017, foi instituído por meio do Decreto nº 8.736/2016, o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural (PNJSR) cujas diretrizes estão em consonância com o Estatuto da Juventude. O Plano tem como objetivos: 1) ampliar o acesso da juventude do campo, das florestas e das águas aos serviços públicos; 2) propiciar o acesso à terra e às oportunidades de trabalho e renda, com inclusão produtiva; e 3) ampliar e qualificar a participação da juventude rural nos espaços decisórios (BRASIL, 2016).

O Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural (CPJR), do CONDRAF/MDA, e a estruturação interna da Assessoria da Juventude (MDA) foram os espaços estratégicos criados para facilitar o desenvolvimento e a concretização do Plano. Ambos incentivaram as conferências territoriais de juventude, a análise das pautas da juventude, a conferências nacionais e a realização de oficina nacional. Esse conjunto de esforços tinha como finalidade a organização das demandas prioritárias da juventude rural.

A articulação dos movimentos sociais foi de grande relevância para a realização das 106 conferências que abrangeram todo o país ao longo de 2015. Tais conferências possibilitaram reunir mais de duas mil propostas, a partir da elaboração dos relatórios finais. A oficina realizada em Brasília, em fevereiro 2016, teve a participação de 101 representações dos movimentos sociais da juventude rural, ademais de gestores, pesquisadores e representantes de órgãos federais vinculados à temática da juventude e do desenvolvimento rural. A oficina nacional, com duração de três dias, teve como foco o aprofundamento da problemática constituída pelos desafios à permanência do jovem no campo a partir das prioridades conferidas às ações contempladas no Plano (RIZZI et al., 2016).

A construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural beneficiou-se do estabelecido no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), elaborado em 2013, que teria papel estratégico para a participação do

meio rural no desenvolvimento nacional, tais como: assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural; promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais; adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida; consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, dentre outros, inclusive porque esse instrumento passou a fazer recortes transversais e a focar públicos específicos, por meio de acompanhamento de indicadores especial às mulheres, aos povos tradicionais e à juventude rural. (BRASIL, 2016).

Com vistas a atender às demandas prioritárias da juventude rural organizada, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão rural apresenta cinco eixos estratégicos: 1) Terra e Território 2) Trabalho e Renda 3) Educação do campo 4) Qualidade de Vida 5) Participação, Comunicação e Democracia.

A Coordenação Geral de Assuntos Transversais (CGAT), responsável pela problemática da juventude rural dentro da estrutura da SEAD, entende que o desafio enfrentado pelo Plano é tornar exequível as ações cujas metas já foram estabelecidas conforme decreto, anexo.

Em termos de composição, o Plano abarca programas e ações do governo federal capitaneados pelo MDA (atual SEAD) e conta com a participação de outros órgãos como o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Trabalho (MT), a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), entre outros. Os programas e ações que integram o PNJSR foram identificados nos cinco eixos antes referidos e para cada ação foi estabelecida meta e seu respectivo indicador, facilitadores de seu monitoramento. Assim, o plano contempla 63 indicadores e suas respectivas metas o que permitirá acompanhar a implementação das diferentes políticas que serão priorizadas. De acordo com o proposto as metas estabelecidas nas ações e programas devem ser alcançadas até 2019, em conformidade com às ações do Plano Plurianual PPA 2016/2019. Cabe ressaltar que, desde a elaboração do Plano, houve mudanças de diretrizes dada a conformação do atual governo. Um exemplo disso seriam os cortes orçamentários.

Outro aspecto importante é que o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural estabelece metas e indicadores relacionados à melhoria de políticas já existentes e também cria novas atividades como, por exemplo, a promoção de

campanhas, a divulgação de informações, a realização de eventos, a elaboração de estudos específicos sobre a população jovem rural.

O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA, anteriormente denominado NEAD, ora denominado Coordenação Geral de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação (CGMA), tem papel estratégico dentro da atual Secretaria. Sua atuação visa fortalecer agenda política, e em decorrência, o reconhecimento da agricultura familiar e do acesso à terra, bem como o fortalecimento de suas estratégias no processo de desenvolvimento econômico e social. A CGMA vem utilizando a metodologia do planejamento estratégico que, em parceria com a Coordenação Geral de Políticas para Mulheres Rurais, Juventude, Povos e Comunidades Tradicionais (CGAT), primeiramente, envolverão as coordenações do MDA que têm participação nas metas expressas no Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, para, em momento subsequente, desenvolver as ações que são comuns a outros órgãos. Essa parceria interna que visa levar a cabo a execução do PNJSR dentro da atual Secretaria Especial, passo importante para início às atividades de monitoramento e avaliação do Plano, ultrapassa as dificuldades vivenciadas pela gestão atual do governo bem como mira na continuidade quanto ao atendimento das demandas da juventude rural.

A estratégia de se criar uma política que permita acompanhar as principais demandas da juventude rural por meio do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural é de grande relevância potencial para transformar a realidade vivida pela juventude rural. Essa meta dependerá de que as políticas de fato alcancem concretamente o público a que se destina.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente estudo se funda em abordagens qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa foca a busca do referencial teórico que constitui o descritivo “juventude rural” a partir das bases de dados da CAPES, Scielo e dos Anais da Sociedade Brasileira de Economia, Administração, e Sociologia Rural – SOBER, para os últimos 15 anos. Esse universo totaliza 82 artigos científicos.

Outros artigos foram adicionados na medida em que temas importantes necessitavam de uma pesquisa mais específica. Esse rol de estudos científicos subsidia o referencial teórico deste estudo e corroboram os resultados apresentados.

A abordagem quantitativa trata da análise estatística a partir de dados secundários. Nela, foram utilizadas técnicas de análise descritiva para a construção das estatísticas da juventude rural. Para complementar essa análise, foi usada a técnica de análise de componentes principais o que possibilitou sinalizar algumas diferenças entre os jovens do meio rural e do meio urbano, ademais foi aplicada o modelo de regressão logística que permitiu analisar as variáveis que mais influenciam na permanência no campo ou no mesmo município do jovem que vive no meio rural. Para tanto, fez-se o uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015 (PNAD 2015) do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) como fonte de informação atualizada com vistas à produção de informações sobre a juventude rural.

Como sabido, a PNAD investiga características socioeconômicas e demográficas, tais como educação, trabalho, rendimentos, migração, fecundidade. A Pesquisa possibilita cruzar dados relativos a pessoas com os dados dos respectivos domicílios, o que, uma vez realizado, e tendo em conta os dicionários de domicílios e de pessoas das variáveis da PNAD 2015, levou a seleção das variáveis importantes para o estudo ora apresentado. Após a análise das variáveis originais realizada como primeira etapa, análise descritiva da juventude rural, foi feita a transformação dessas variáveis tanto para aplicação da técnica de análise de componentes principais como para a aplicação do modelo de regressão logística.

Conseqüentemente, a abordagem quantitativa foi dividida em duas partes, a primeira é relativa as estatísticas da juventude rural que foi realizada a partir da frequência e dos cruzamentos das principais variáveis existentes na base de dados. Nessa etapa foram igualmente considerados, tanto os dados da base completa, que totalizam 204 milhões de pessoas, quanto os dados da base de pessoas que vivem no meio rural, com aproximadamente 31 milhões de pessoas. A partir da base de pessoas que vivem no meio rural foi feito o recorte de idade jovem (15 e 29 anos de idade), universo composto por, aproximadamente, 7 milhões de pessoas.

Como a Pnad segue um desenho amostral complexo por domicílios e, a partir da unidade amostral, são realizadas algumas perguntas pertinentes a cada morador

do domicílio, existem, na própria base, duas variáveis denominadas peso-pessoa e peso-domicílio que funcionam como fator de expansão para estimar, a partir do número de pessoas e domicílios pesquisados, o total da população e o total de domicílios, respectivamente. Os pesos foram utilizados para a parte descritiva dos dados. Para as variáveis quantitativas, fez-se uso das medidas de dispersão, como média, mediana e desvio-padrão, sendo a média equivalente à soma dos valores contidos na variável dividida pelo total de respondentes, ou seja, média aritmética. A mediana corresponde à informação que se encontra na posição da metade da distribuição ordenada, enquanto que o desvio-padrão é medida que auxilia a compreender a dispersão dos dados em relação à média. Ou seja, quanto maior o desvio-padrão mais heterogênea é a variável, e quanto menor mais similares são as respostas. Quanto as variáveis qualitativas, estudou-se a distribuição das selecionadas para as categorias mais relevantes. Para finalizar este bloco, fez-se estudo comparativo entre os jovens rurais e os urbanos e buscou-se compreender algumas diferenças que caracterizam cada um desses grupos de jovem, a partir da análise de componentes principais, quando apenas alguns componentes conseguem reunir as principais variáveis e explicar grande parte da variação total dos dados.

Na segunda etapa da análise, buscou-se compreender a relação da variável permanência do jovem que vive no campo em conjunção às demais dimensões definidas como características pessoais, tais como sexo e idade, escolaridade, autonomia, acesso à tecnologia, e a bens de consumo, condições de moradia e de infraestrutura.

2.1 Componentes principais

A técnica da análise de componentes principais (ACP) foi utilizada pela primeira vez, em 1901, por Karl Pearson. Em 1933, Hotelling a empregou como método computacional aplicado para mais de duas ou três variáveis, ainda que fosse, àquela altura desenvolvido à mão, dadas às restrições computacionais prevalecentes naquela época (MANLY, 1994).

A análise de componentes principais é um método estatístico multivariado que consiste em transformar um conjunto de “n” variáveis em outro conjunto de variáveis de mesma dimensão, denominadas componentes principais. Ou seja, deve-se transformar as “n” variáveis do conjunto X_1, X_2, \dots, X_n e encontrar combinações de índices Z_1, Z_2, \dots, Z_n , não correlacionados. A propriedade referente à não correlação entre as componentes é importante, pois, significa que os índices estão medindo diferentes dimensões dos dados. Assim, as propriedades apresentadas pelas componentes principais são duas: que cada componente principal seja a combinação linear de todas as variáveis originais, independentes entre si, e que cada componente seja estimada para obter o máximo de informação, em termos de variação total contida nos dados.

Destarte, deve-se ordenar as componentes principais de tal maneira que Z_1 apresente a maior quantidade da variação dos dados, Z_2 apresente a segunda maior quantidade dessa mesma variação dos dados; e assim por diante. Logo, para se aplicarem as componentes principais, as variáveis originais devem apresentar algum grau de correlação. Quanto mais correlacionadas (positiva ou negativamente) melhor a aplicação da técnica; sendo que, não haverá redução se as variáveis originais não forem correlacionadas entre si. Dessa forma, antes de proceder aos cálculos da análise de componentes principais, é interessante analisar a correlação entre as variáveis originais. O importante é aliar a ideia de redução de massa de dados à menor perda possível de informação (MANLY, 1994).

Inicia-se a análise de componentes principais a partir das “n” variáveis dos “p” indivíduos. E a primeira componente principal (Z_1) será combinação linear entre as variáveis X_1, X_2, \dots, X_n . $Z_1 = a_{11}X_1 + a_{12}X_2 + \dots + a_{1n}X_n$, que variam tanto quanto possível para os indivíduos sujeitos à condição $a_{11}^2 + a_{12}^2 + \dots + a_{1n}^2 = 1$. Essa restrição é imposta, vale dizer, se não for estabelecida a variância de Z_1 - $\text{Var}(z_1)$ pode aumentar à medida que aumenta qualquer valor de a_{ij} . Logo, a variância de Z_1 é a mais alta

possível devido a essa restrição nas constantes a_{ij} . A segunda componente será $Z_2 = a_{21}X_1 + a_{22}X_2 + \dots + a_{2n}X_n$, e a variância será máxima quando imposta a restrição $a_{21}^2 + a_{22}^2 + \dots + a_{2n}^2 = 1$, além da condição de Z_1 e Z_2 serem não correlacionadas. Da mesma forma, a terceira componente assumirá o valor $Z_3 = a_{31}X_1 + a_{32}X_2 + \dots + a_{3n}X_n$, sendo que a variância será a maior possível sob a restrição $a_{31}^2 + a_{32}^2 + \dots + a_{3n}^2 = 1$, sendo Z_3 não correlacionada com Z_1 e Z_2 . Assim, se existem “n” variáveis, haverá “n” componentes principais definidas da mesma forma. No entanto, é importante encontrar o autovalor para cada componente principal correspondente à matriz de covariância, sendo que, quando as variáveis originais são padronizadas (média 0 e variância 1), a nova matriz de covariância corresponderá a matriz de correlação dos dados originais. O autovalor para cada componente principal indica a variância responsável em relação à variância total.

Assim, a ACP pode ser utilizada tanto para a geração de índices quanto para o agrupamento de indivíduos, não sendo recomendada quando se tem mais variáveis do que unidades amostrais. O método de Kaiser pode ser utilizado para selecionar as componentes que explicam a maior parte da variação dos dados. Para tanto, são selecionadas as componentes principais com autovalores maior que um.

Os critérios de escolha das variáveis foram pautados a partir dos fatores encontrados na discussão apresentada no referencial teórico da juventude rural cujas variáveis estavam disponíveis na base da PNAD. As variáveis transformadas a partir dos dados da PNAD 2015 para a análise de componentes principais são as que seguem no quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Código, descrição e categoria das variáveis

Variável	Nome	Categorias
V2_Sexo	Sexo	1 Masculino
		0 Feminino
V3_Faixa_etaria	Faixa etária	1 20 a 29 anos
		0 15 a 19 anos
V4_Pessoa_referencia	Condição de responsável do domicílio na unidade domiciliar?	1 Sim
		0 Não
V4_Pessoa_filho	Condição de filho na unidade domiciliar?	1 Sim
		0 Não
V5_Cor	Cor ou raça	1 Preta ou Parda
		0 Outra*
V6_Vivejunto	Vive junto	1 Não, Nunca viveu
		0 Outra**
V10_Anos_Estudo1	Anos de estudo	1 12 anos ou mais
		0 Até 11 anos
V10_Anos_Estudo2	Anos de estudo	1 9 anos ou mais
		0 Até 8 anos
V11_idade_trabalho4	Idade que começou a trabalhar	1 Antes ou com 14 anos
		0 Acima de 14 anos e Sem inf
V11_renda6	Faixa de rendimento mensal domiciliar per capita	1 Mais de 1 até 5 SM
		0 Outra***
V14_Condicao_ativ	Condição de atividade	1 Economicamente Ativa
		0 Não Economicamente Ativa
V15_Condicao_ocu	Condição de ocupação	1 Ocupada
		0 Outra****
V15_Agricola	Atividade principal era agrícola na semana de referência?	1 Sim
		0 Não
V21_horas_semana	Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos da semana de referência?	1 40 h ou + por semana
		0 Até 39 h semanais
V21_Afazeres_domesticos2	Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência?	1 Sim
		0 Não
V16_Posicao_ocupacao5	Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência?	1 Com carteira*****
		0 Informal*****
V22_Previdencia	Contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho da semana de referência?	1 Sim
		0 Não
V34_densidade_dom3	Número de moradores por cômodos servindo de dormitório?	1 >1
		0 ≤1
V34_oucp_dom	Condição de ocupação do domicílio	1 Próprio
		0 Outra*****

continua

continuação Quadro 1

Variável	Nome	Categorias
V35_agua_canalizada	Tem água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio?	1 Sim
		0 Não
V35_tipo_agua	Água utilizada no domicílio é canalizada de rede geral de distribuição para a propriedade?	1 Sim
		0 Não
V36_banheiro	Tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade?	1 Possui
		0 Não possui
V36_escoadouro	Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário é de rede coletora ou fossa séptica ligada à rede?	1 Sim
		0 Não
V37_lixo	Destino do lixo domiciliar	1 Coletado
		0 Não coletado
V40_celular	Tem telefone móvel celular?	1 Possui
		0 Não possui
V43_tv_fina	Número de televisões de tela fina?	1 Possui
		0 Não possui
V41_Tem_filtro_agua2	Tem filtro d'água?	1 Possui
		0 Não possui
V42_Tem_radio2	Tem rádio?	1 Possui
		0 Não possui
V44_Tem_geladeira2	Tem geladeira?	1 Possui
		0 Não possui
V45_Tem_freezer2	Tem freezer?	1 Possui
		0 Não possui
V48_Tem_maqlavar2	Tem máquina de lavar roupa?	1 Possui
		0 Não possui
V49_Tem_computador2	Tem microcomputador?	1 Possui
		0 Não possui
V51_Tem_internet2	Tem acesso à Internet no próprio domicílio?	1 Possui
		0 Não possui
V52_Tem_carromoto2	Tem carro ou motocicleta de uso pessoal?	1 Possui veículo
		0 Não possui

Fonte: Elaborado pela autora.

* Outra = Branca, amarela, indígena, sem declaração

** Outra = Sim e Não, já viveu antes

*** Outra = Sem rendimento, Até ¼ SM, Sem informação

**** Outra = Desocupada, Sem informação

***** Com carteira = Empregado com carteira de trabalho assinada, Militar, Funcionário público estatutário, Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada. Informal = Outro empregado sem carteira de trabalho assinada, Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, Conta própria, Trabalhador na produção para o próprio consumo, Trabalhador na construção para o próprio uso, Não remunerado.

***** Outra = Alugado, cedido por empregador, cedido de outra forma, outra condição.

2.2 Modelo de regressão logística

Os modelos de regressão são usados para analisar a relação de uma variável resposta com uma ou mais variáveis explicativas. Em muitos casos, a variável resposta é discreta, ou seja, assume dois ou mais valores. Muitas distribuições foram propostas para os casos em que se analisa esse tipo de relação. Cox e Snell (1989) discutiram sobre alguns deles. No entanto, o modelo utilizado como padrão nos últimos anos, desde que se generalizou a aplicação das ciências computacionais com o processamento de dados de forma mais robusta e a criação de novas ferramentas estatísticas, tem sido o de regressão logística, aplicado em diferentes campos de atuação, e isso por duas principais razões: a primeira por ser flexível e fácil matematicamente, e, a segunda, por sua interpretação significativa (HOSMER; LEMESHOW, 2000).

Existem, no entanto, três tipos de regressão logística, a depender da variável resposta:

1) regressão logística binária: quando a variável resposta contemple duas categorias, ou seja, dois níveis. Como exemplo podem ser dadas as categorias: sim ou não; possui ou não possui determinado atributo;

2) regressão logística ordinal: quando a variável resposta se subdivide entre três ou mais categorias de respostas, com ordenação natural de seus níveis. Por exemplo: pequeno, médio e grande; e

3) regressão logística nominal: quando a variável resposta utiliza três ou mais categorias de respostas, porém, sem que haja uma ordenação natural entre elas. Exemplo: concordo, não concordo, neutro ou três tipos de sabores: azedo, doce ou amargo.

A análise objeto desta dissertação se baseará no modelo de regressão logística binária, tendo em conta que a variável resposta foi categorizada em dois níveis: “1 - permaneceu no meio rural ou no mesmo município ” ou “0 – migrou”.

O modelo estatístico de regressão logística binária, cuja variável resposta é dicotômica, pode assumir valores 1 ou 0, associados ao “sucesso” ou ao “fracasso” (evento complementar). O primeiro, o evento que se deseja estudar. O fracasso, evento complementar. Esse tipo de regressão permite descrever e prever o comportamento das variáveis independentes, geralmente denominadas covariáveis, que podem ser variáveis do tipo categóricas ou numéricas, de modo que se tornem

variáveis que explicam a variável resposta, com probabilidade de sucesso ou de fracasso, respectivamente: $\pi_i = P(Y = 1|X = x_i)$ e $1 - \pi_i = P(Y = 0|X = x_i)$. Os resultados obtidos estarão entre 0 e 1. A relação entre as variáveis independentes e a variável dependente se assemelha a uma curva sigmoide, vale dizer, em forma de “S”. (HOSMER; LEMESHOW, 2000).

No entanto, o modelo estatístico mais conhecido é o de regressão linear que possui variável do tipo contínua como variável resposta. O valor médio da variável resposta representa a quantidade a ser modelada. Para qualquer modelo de regressão, a variável Y é expressa por $E(Y/X)$, lido como o valor esperado de Y, dado X. Ou seja, a média condicional da variável resposta Y para os valores x_i das variáveis independentes. O modelo de regressão linear $E(Y/X) = \beta_0 + \beta_1 x$, pode assumir qualquer valor entre $-\infty$ e $+\infty$, sendo o método de mínimos quadrados o mais frequentemente utilizado para estimar os parâmetros β_0 e β_1 do modelo, tais parâmetros são escolhidos de tal forma que minimizam a soma do quadrado do desvio dos valores observados de Y.

Nesse modelo, uma observação da variável resposta pode ser expressa por $y_i = E(Y/X) + \xi_i$, onde ξ_i é chamado de erro expresso pelo desvio da média condicional. Esse erro assume distribuição normal com média zero e variância constante. Diferentemente da variável resposta dicotômica, quando $Y_i = \pi_i + \xi_i$, onde o erro ξ_i pode assumir apenas dois valores, se $Y=1$ então $\xi_i = 1 - \pi(X_i)$ com probabilidade $\pi(X_i)$, ou se $Y=0$, então $\xi_i = -\pi(X_i)$ com probabilidade $1 - \pi(X_i)$. Portanto, ξ_i apresenta distribuição com média zero e variância igual a $\pi(X_i)/(1 - \pi(X_i))$. Logo, a distribuição condicional da variável resposta é a distribuição binomial com probabilidade dada por $\pi(i)$.

De acordo com Gujarati (2011), a probabilidade $\pi(i)$ depende da distribuição de Y_i , que por sua vez depende da distribuição de probabilidade do termo de erro, u_i . Sabe-se que a probabilidade de uma variável aleatória assumir um valor inferior a valor específico é dada pela função de distribuição cumulativa dessa variável. O modelo logit parte de que a distribuição de probabilidade de u_i segue a distribuição de probabilidade logística que se escreve como, probabilidade de sucesso:

$$\pi_i = \pi(x_i) = P(Y = 1|X = x_i) = \frac{\exp(\beta_0 + \beta_1 x_i)}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 x_i)}$$

e probabilidade de fracasso=

$$1 - \pi_i = 1 - \pi(\mathbf{x}_i) = P(Y = 0|X = \mathbf{x}_i) = \frac{1}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 x_i)}$$

O método utilizado para a estimação dos parâmetros β_0 e β_1 no modelo de regressão logística é o de máxima verossimilhança, uma vez que o método de mínimos quadrados apresenta duas limitações, a saber: que as probabilidades estimadas não estão necessariamente nos limites entre 0 e 1 e também porque o método assume que a probabilidade de uma resposta positiva aumenta linearmente com o aumento da variável explicativa (GUJARATI, 2011).

Com isso, tem-se para o modelo de regressão logística que a média condicional da equação de regressão deve ser ≥ 0 e ≤ 1 . Nesse modelo o erro assumiria distribuição binomial e os princípios que guiam a regressão linear são os mesmos que vigem a regressão logística (HOSMER; LEMESHOW, 2000).

As diferenças entre o modelo de regressão linear simples e o modelo de regressão logística simples podem ser vistas no quadro a seguir.

Quadro 2: Diferença entre Modelo de Regressão Simples e Modelo de Regressão Logística Simples

Diferenças entre os modelos	Regressão Linear Simples	Regressão Logística Simples
Média Condicional	$E(Y X=x_i) = \beta_0 + \beta_1 x_i$	$E(Y X=x_i) = \pi(i)$
Intervalo da Média condicional	$-\infty < E(Y X=x_i) < +\infty$	$0 \leq E(Y X=x_i) \leq 1$
Modelo	$Y_i = \beta_0 + \beta_1 x_i + \xi_i$	$Y_i = \pi(i) + \xi_i$
Distribuição do Erro	$\xi_i \sim N(0, \sigma^2)$	$\xi_i = 1 - \pi(i)$ com $P(Y=1 X=x_i)$ $- \pi(i)$ com $P(Y=0 X=x_i)$ $E(\xi_i) = 0$ e $\text{Var}(\xi_i) = \pi(i)(1 - \pi(i))$
Distribuição de cada variável resposta	$Y_i \sim (\beta_0 + \beta_1 x_i, \sigma^2)$	$Y_i \sim \text{Ber}(\pi(i))$
Estimação dos Parâmetros	Mínimos Quadrados (são utilizados os valores β_0 e β_1 que minimizam a soma de quadrados dos desvios para os valores observados em relação aos preditos	Máxima verossimilhança (estimar o valor β que maximiza a função de verossimilhança $L(\beta) = \prod (\pi_i^{y_i})(1 - \pi(i))^{1-y_i}$, $\beta \in R$.

Fonte: Souza (2006), adaptado pela autora, 2017

A probabilidade de sucesso dividida pela probabilidade de fracasso é a razão de chances. O logit é o logaritmo natural de uma razão de chance que contém a mesma informação quanto às relações de probabilidade. Por conseguinte, as razões de chance são medidas de força passíveis de comparação. A transformação logarítmica da razão de chances possibilita linearizar a relação de $\pi(i) / 1 - \pi(i) = \beta_0 + \beta_1 x_i$. A razão de chances, também conhecida como “odds ratio”, é uma medida de associação, de grande interesse no modelo de regressão logística. Isso se deve a sua fácil interpretação, definida como a chance de ocorrência de um evento entre indivíduos que possuem um fator de risco, ou seja, que se encontram no grupo de sucesso, comparados com indivíduos não expostos, que estão no grupo complementar. Ou seja, a odds ratio representa quantas vezes o sucesso é mais provável que o fracasso. O intervalo de confiança para determinar a razão de chances (com nível $100(1-\alpha)\%$) é obtido a partir da exponencial de $\beta_1 = \exp(\beta_1 \pm 1.96 \cdot \text{SE}(\beta_1))$, onde $\text{SE}(\beta_1)$ é o erro padrão de β_1 .

O modelo de regressão logística simples foi generalizado por Hosmer e Lemeshow (2000) para o caso de mais de uma variável independente, conhecido como regressão logística múltipla. Nessa situação, tem-se para p variáveis independentes e $\beta = (\beta_0, \beta_1, \dots, \beta_p)^T$, sendo β_j o j -ésimo parâmetro associado a variável explicativa x_j , a probabilidade de sucesso do modelo de regressão logística múltipla equivalente a:

$$\begin{aligned} \pi_i = \pi(\mathbf{x}_i) = P(Y_i = 1 | \mathbf{X} = \mathbf{x}_i) &= \frac{\exp(\beta_0 + \beta_1 x_{i1} + \dots + \beta_p x_{ip})}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 x_{i1} + \dots + \beta_p x_{ip})} \\ &= \frac{\exp(\mathbf{x}_i^T \boldsymbol{\beta})}{1 + \exp(\mathbf{x}_i^T \boldsymbol{\beta})} \end{aligned}$$

E a probabilidade de fracasso:

$$\begin{aligned} 1 - \pi_i = 1 - \pi(\mathbf{x}_i) = P(Y_i = 0 | \mathbf{X} = \mathbf{x}_i) &= \frac{1}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 x_{i1} + \dots + \beta_p x_{ip})} \\ &= \frac{1}{1 + \exp(\mathbf{x}_i^T \boldsymbol{\beta})} \end{aligned}$$

O estabelecido acima considera a distribuição de Bernoulli para cada Y_i no modelo de regressão múltipla e parâmetro de sucesso $\pi(i)$. Da mesma forma como ocorre no modelo de regressão logística simples, observa-se que a variação de Y não é linear, nem aditiva. Não obstante, o modelo de regressão logística poderá ser

ajustado a regressão não linear. A solução tradicional para linearizar a função, porém, é aplicar a transformação “logit”, ou seja, aplicar o logaritmo conforme modelo abaixo:

$$g(\mathbf{x}_i) = \ln \left[\frac{\pi_i}{1 - \pi_i} \right] = \mathbf{x}_i^T \boldsymbol{\beta} = \beta_0 + \sum_{j=1}^p \beta_j x_{ij}$$

Uma outra forma de linearizar a variável resposta binária é aplicar a função de distribuição normal. Nesse caso o modelo seria chamado de Probit.

Para Gujarati (2011), a diferença entre o modelo de regressão logística e os demais se dá pelo uso do método da máxima verossimilhança, que estima os coeficientes de acordo com a máxima probabilidade de ocorrência do evento. Devido, aos recursos computacionais, não há a necessidade de comprovações teóricas, exceto em casos específicos.

Como esse trabalho trata de aplicação do modelo de regressão logística, as demonstrações das deduções de máxima verossimilhanças não são aqui realizadas, porém se encontram em Hosmer e Lemeshow (2000).

2.2.1 Inferência do modelo de regressão logística

Busca-se verificar, na etapa de inferência do modelo, a adequação do modelo, para tanto, torna-se necessário verificar a precisão dos parâmetros do modelo, a construção dos intervalos de confiança e dos testes de hipótese, bem como a realização da análise de diagnóstico e de resíduos baseadas na teoria da máxima verossimilhança.

De acordo com Gujarati (2011), a medida convencional de bondade de ajuste, ou seja, R^2 , não é muito significativa quando a variável dependente assume valores equivalentes a 1 ou 0. Nesse caso, R^2 tem importância secundária. O mais relevante são os sinais esperados dos coeficientes de regressão e sua significância estatística.

Em decorrência, a interpretação dos resultados, a validação do modelo, bem como as conclusões foram baseadas nos seguintes testes estatísticos, conforme quadro 3:

Quadro 3: Testes utilizados para a interpretação, validação e conclusão do modelo logístico utilizado

Testes utilizados na interpretação do modelo e conclusões	Testes utilizados na validação do modelo
<ul style="list-style-type: none"> • Teste Qui Quadrado 	<ul style="list-style-type: none"> • Teste de Pearson
<ul style="list-style-type: none"> • Regressão Logística 	<ul style="list-style-type: none"> • Teste de Deviance
<ul style="list-style-type: none"> • Razão de chances 	<ul style="list-style-type: none"> • Teste de Hosmer-Lemeshow

Fonte: Elaborado pela autora

Ao contrário do que ocorre no modelo de regressão linear, no modelo logístico, o efeito marginal de um regressor depende não apenas do coeficiente desse regressor, mas também dos valores de todos os regressores do modelo (GUJARATI, 2011).

O valor de qualquer estatística de bondade de ajuste é altamente dependente do número de classes que é usado com respeito as variáveis independentes. Da mesma maneira, a significância estatística da variável também dependerá, em certa medida, do número de classes. Uma vez que o modelo também tem capacidade preditiva, ou seja, permite prever se um sujeito possui ou não determinado atributo de interesse, nesse caso, a taxa de classificação correta do conjunto de dados é usada como medida de ajuste dos dados.

Pode-se conferir a hipótese de que todos os coeficientes são simultaneamente zero por meio do uso do teste da razão de verossimilhança (LR), ou pelo teste de Wald. O teste da razão de verossimilhança é mais confiável para amostra pequenas. Ambos são comparados à distribuição do Qui Quadrado com graus de liberdade, a depender do nível de categoria existente em cada variável. O teste de Wald é obtido pela comparação da máxima verossimilhança gerada a partir do parâmetro β_i dividido pelo erro padrão. Portanto, a hipótese nula é aquela em que os coeficientes não são significativos, ou seja, $H_0: \beta_i = 0$. Nesse caso, a variável não terá efeito na probabilidade de Y. Quando o p-valor, isto é, o nível de significância exato do teste é menor que 0.05, refuta-se a hipótese nula. Em outras palavras, as variáveis incluídas no modelo logit são significativas para a variável resposta.

O teste da razão de verossimilhança vai comparar as razões de verossimilhança de dois modelos, o modelo saturado (com todas as variáveis) e o

modelo mais simples, ou reduzido, que contém apenas a constante. Ou seja, a hipótese nula é aquela para qual que os parâmetros são iguais a zero. Na hipótese alternativa, os parâmetros são diferentes de zero. Se o p-valor do teste for menor que α ($P\text{-value} \leq \alpha$), então se rejeita a hipótese nula e se conclui que este regressor é importante para o modelo.

O teste de Pearson e o teste de Deviance verificam se o modelo se ajustou aos dados para gerar previsões com segurança. Quanto maior o valor de P melhor o ajuste do modelo estimado. Gera-se, assim, uma estatística global de qualidade de ajuste do modelo. Nesse caso, pode sugerir a inclusão ou não de uma nova variável.

O teste de Hosmer_Lemeshow permite indicar o ajuste adequado do modelo ao comparar as frequências esperadas com as observadas. Deve, inclusive assegurar um mínimo de 5 casos por categoria. (Hosmer e Lemeshow, 2000).

Para analisar a razão de chances as odds ratio (OR) têm as seguintes propriedades, conforme quadro 4:

Quadro 4: Propriedades para análise das “odds ratio”

OR	Propriedade
>1	a presença do atributo aumenta a chance de ocorrer a variável resposta
<1	a presença do atributo diminui a chance da variável resposta ocorrer
=1	a variável não interfere na variável resposta, ou seja, nem aumenta nem diminui a chance de ocorrência da variável resposta (não é estatisticamente significativa)

Fonte: Elaborado pela autora

Ademais, calculou-se o intervalo de confiança de 95% para as “odds ratio”, sendo o coeficiente estatisticamente significativo quando o valor “um” não está incluído no intervalo.

2.2.2 Construção do modelo de regressão logística

A seguir, têm-se as etapas realizadas para a elaboração do modelo de regressão logística.

Figura 2: Etapas para a construção do modelo de regressão logística



Fonte: Elaborado pela autora.

As variáveis da PNAD utilizadas para a construção da variável resposta estão dispostas no quadro 5, a seguir:

Quadro 5: Variáveis utilizadas na construção da variável resposta.

Código da Variável	Nome da Variável	Categoria
V0501	Nasceu no município de residência?	1 – Sim 3 – Não
V0502	Nasceu na Unidade da Federação de Residência?	2 – Sim 4 – Não
V0504	Morou em outra Unidade da Federação ou país estrangeiro?	2 – Sim 4 – Não
V0505	Morava na Unidade da Federação na data de referência?	1 – Sim 3 – Não
V0510	Morava no município na data de referência?	2 – Sim 4 – Não
V0511	Morou em outro município na Unidade da Federação?	1 – Sim 3 – Não
V5061	Na data de referência, tinha até 4 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação	2 - Sim, até 4 anos
V5063	Na data de referência, tinha de 5 a 9 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação	4 - Sim, de 5 a 9 anos
V5065	Na data de referência, tinha 10 anos ou mais de residência na Unidade da Federação	6 - Sim, 10 anos ou mais

Fonte: Elaborado pela autora

Na PNAD, somente respondem as perguntas que correspondem as variáveis V5061, V5063 e V5065 quem já residiu em outra UF. Logo, esses indivíduos foram considerados migrantes. Em decorrência, os filtros considerados para a construção da variável resposta foram os que estão apresentados no quadro 6, seguinte:

Quadro 6: Filtros utilizados para a construção da variável resposta

Variável resposta	Filtro
“1 – Permaneceu no campo”	IF (V0501=1 & V0504 = 4 & V0511 = 3) Não_migrou=1 IF (V0501=3 & V0502 = 2 & V0504 = 4 & V0511 = 3) Não_migrou=2
“0 – Migrou”	IF (V0504 = 2 OR V0511 = 1) Não_migrou=3. IF (V5061=2 OR V5063 = 4 OR V5065 = 6) Não_migrou=4. IF (V0501=3 & V0502 = 4 & V0505 = 3) Não_migrou=5.

Fonte: Elaborado pela autora

Os jovens considerados sob a categoria “**1 – Permaneceu no campo ou no município**” foram aqueles não migrantes, ou seja, o jovem que nasceu no município de residência e não morou em outra Unidade da Federação ou em país estrangeiro, e não morou em outro município da Unidade da Federação, ou o jovem que não nasceu no município de residência e nasceu na Unidade da Federação de residência e não morou em outra Unidade da Federação ou país estrangeiro, e não morou em outro município da Unidade da Federação.

Os jovens considerados: “**0 – migrou**” foram aqueles que já migraram em algum momento, ou seja: jovem que morou em outra Unidade da Federação ou país estrangeiro, ou que morou em outro município na Unidade da Federação; ou foi o jovem que tinha até 4 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação, ou tinha de 5 a 9 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação, ou tinha 10 anos ou mais de residência na Unidade da Federação, ou foi o jovem que não nasceu no município de residência ou não nasceu na Unidade da Federação de residência ou que não morava na Unidade da Federação na data de referência.

No estudo de Oliveira (2016) sobre migração de retorno para o semiárido no meio rural, a definição da variável dependente, migração de retorno, foi definida a partir do filtro de três variáveis: Sempre morou no município? (Não) Nasceu neste município? (Sim) Município de residência 5 anos atrás? (identificação dos municípios fora do semiárido).

De acordo com Valadares et al (2016), nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 havia uma pergunta no âmbito da pesquisa, sobre a situação de domicílio (urbano ou rural), cinco anos antes. Com a utilização dessa variável, era permitido identificar o deslocamento entre as áreas. No entanto, no último Censo Demográfico de 2010, essa pergunta foi retirada. Essa mesma variável também não existe na Pnad.

Neste trabalho, a variável resposta considera o fato de a pessoa ter permanecido ou não, ou seja, se o jovem realizou ou não algum movimento de migração. Não é, entretanto, possível identificar, com total clareza, dentre os que permaneceram, se, de fato, permaneceram no campo (local de residência rural na data da pesquisa) ou se houve movimento interno de migração dentro do município.

Importante destacar que dentre os 5.570 municípios brasileiros, 69% são municípios com até 20 mil habitantes e, se forem considerados de porte pequeno os municípios com até 50 mil habitantes, o percentual sobe para 89%, conforme dados da Pesquisa Municipal do IBGE 2015 (BRASIL, 2015). Esse desenho confirma a característica e o modo de vida rural que vige em grande parte dos municípios brasileiros.

Em assim sendo, para aumentar a qualidade de resposta da variável dependente, as regiões metropolitanas e os municípios autorrepresentativos foram retirados da amostra. Foram considerados apenas os municípios não autorrepresentativos que são, em geral, os de menor porte. Com isso, os filtros realizados na PNAD para a aplicação do modelo estatístico aos dados foram os que constam no quadro 7, a seguir:

Quadro 7: Filtros aplicados na base de dados PNAD 2015

Variável	Filtro	Objetivo
V8005 - Idade	IF V8005 \geq 15 OR V8005 \leq 29	Somente jovens
V4728 – Situação censitária	IF V4728 \geq 4 OR V4728 \leq 8	Somente rural
V4803 – Anos de estudo	IF V4803 \leq 16	Somente os que informaram
V4107 – Área censitária	IF V4107 =3	Somente municípios não autorrepresentativos

Fonte: Elaborado pela autora

No modelo de regressão logística, a transformação das variáveis é necessária, uma vez que se deve determinar um fator de referência para cada variável independente. Por exemplo, utilizou-se para a variável sexo, as codificações

0=feminino e 1=masculino. A categoria de referência é a que assume o valor zero. As variáveis que foram recodificadas e utilizadas para a construção do modelo de regressão logística constam no quadro 8.

Quadro 8: Variáveis recategorizadas que foram utilizadas no modelo de regressão

Variável	Categoria	
P1_Regiao1(1)	0	CO
	1	Demais
P3_Faixa_etaria(1)	0	21 ou +
	1	15 a 20
P4_Pessoa_referencia	0	cônjuge /outro parente
P4_Pessoa_referencia(1)	1	filho
P4_Pessoa_referencia(2)	2	referência (responsável)
P5_Cor	0	preto
P5_Cor(1)	1	indígena/amarelo
P5_Cor(2)	2	pardo
P5_Cor(3)	3	branco
P6_Vivejunto(1)	0	outros status
	1	não
P11_idade_trabalho4	0	> 14
P11_idade_trabalho4(1)	1	<=14
P11_idade_trabalho4(2)	2	N. I
P15_Condicao_ocu	0	ocupada
P15_Condicao_ocu(1)	1	não ocupada
P15_Condicao_ocu(2)	2	NEA

continua

continuação Quadro 8

Variável	Categoria	
P11_renda6	0	> 1 SM e 0
P11_renda6(1)	1	> 1/4 SM até 1 SM
P11_renda6(2)	2	Até 1/4 SM
P15_Agricola	0	Não
P15_Agricola(1)	1	Sim
P15_Agricola(2)	2	NEA
P21_Afazeres_domesticos2(1)	0	Sim
	1	Não
P34_oucp_dom(1)	0	Outros
	1	Proprio
P34_densidade_dom3(1)	0	<=1
	1	>1
P35_agua_canalizada(1)	0	Possui
	1	Não possui
P36_banheiro(1)	0	Possui
	1	Não possui
P40_celular(1)	0	Possui
	1	Não possui
P42_Tem_radio2(1)	0	Possui
	1	Não possui
P51_Tem_internet2(1)	0	Possui
	1	Não possui
P52_Tem_carromoto2(1)	0	Possui carro
	1	Possui moto ou carro e moto
	2	Não possui
P8_Filhos(1)	0	Não Possui
	1	Possui

Fonte: Elaborado pela autora.

Todas as análises e a manipulação do banco de dados foram realizadas no “software” estatístico “Statistical Package for the Social Science” (SPSS).

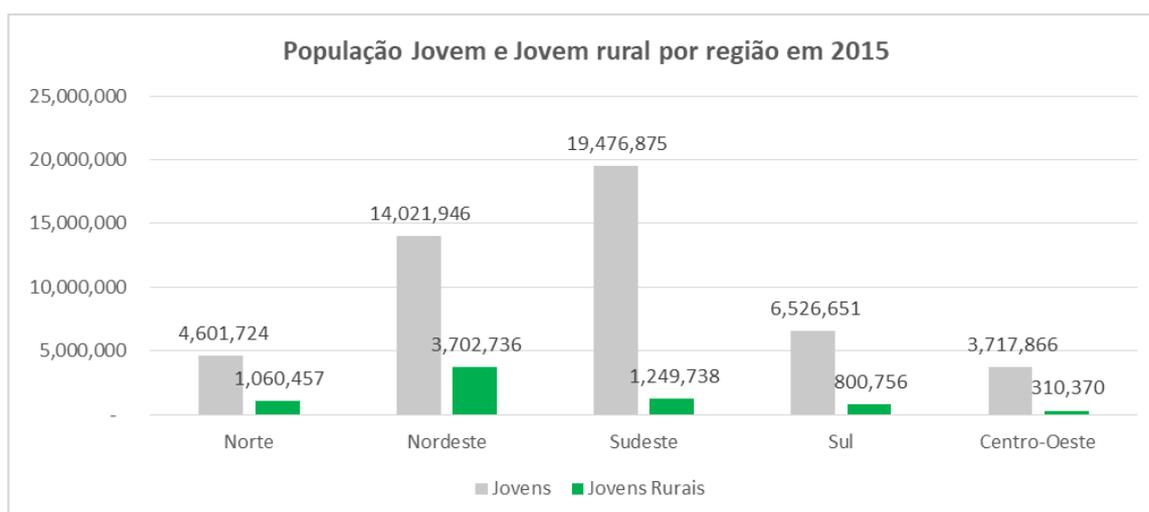
CAPÍTULO 3

ESTATÍSTICAS DA JUVENTUDE RURAL

Segundo a PNAD 2015, a população residente estimada para o Brasil é de 204,9 milhões de pessoas. A população rural é de, aproximadamente, 31,3 milhões de pessoas, equivalente a 15% da população brasileira. A população jovem, entre 15 e 29 anos, é composta por 48,3 milhões de pessoas (24% da população total) e a população jovem rural alcança 7,1 milhões de pessoas. Ou seja, das pessoas que vivem no meio rural, cerca de 15% são jovens. O gráfico 2, apêndice A, ilustra as informações acima.

Apesar de os jovens estarem mais concentrados no Sudeste (40%), a Nordeste é a que apresenta a maior quantidade de jovens residentes no meio rural. O Nordeste aparece com 52%, ou seja, com 3,7 milhões de jovens. Em seguida vêm a região Sudeste com 1,25 milhões de jovens (18%) e Norte com 1,06 milhões de jovens residentes no meio rural (15%). A participação da população jovem rural em relação ao total da população rural também é maior nas Regiões Norte e Nordeste (24% em ambas) enquanto que na região Sul a participação do jovem rural, em relação à população rural, é de 19%.

Gráfico 3: População jovem e população jovem rural por região em 2015



Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora

Ao analisar a estrutura da distribuição por faixa etária dos jovens, tabela 5, as regiões Norte e Nordeste apresentam o maior percentual de jovens mais novos. Por

jovens mais novos entendemos aqueles que se situam na faixa entre 15 e 19 anos, com 38%. Em se tratando da população jovem rural, os percentuais para essa mesma faixa etária, para as duas regiões correspondem a 43% e 42%, respectivamente. A região Centro-Oeste registrou o maior percentual de jovens mais velhos, aqueles entre 25 e 29 anos (32%). A mesma região contém também 33% da população jovem rural. A idade média é de 22 anos para os jovens rurais tanto na região Sul quanto na região Centro-Oeste e de 21 anos para as demais regiões.

Tabela 5: Total e percentual da população jovem e da população jovem rural por faixa etária, e por região, em 2015

Região	Jovens			Jovens Rurais		
	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos
Norte	1,733,930	1,473,371	1,394,423	453,444	300,742	306,271
Nordeste	5,293,920	4,402,600	4,325,426	1,570,208	1,071,351	1,061,177
Sudeste	6,882,097	6,320,004	6,274,774	504,734	359,423	385,581
Sul	2,284,740	2,166,740	2,075,171	310,968	249,919	239,869
Centro-Oeste	1,284,122	1,227,987	1,205,757	116,638	91,821	101,911
Norte	38%	32%	30%	43%	28%	29%
Nordeste	38%	31%	31%	42%	29%	29%
Sudeste	35%	32%	32%	40%	29%	31%
Sul	35%	33%	32%	39%	31%	30%
Centro-Oeste	35%	33%	32%	38%	30%	33%

Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora

Dentre os que vivem no meio rural, as regiões Norte e Centro-Oeste são as que apresentam o maior percentual de homens, ambas com 54%. Considerando apenas a população jovem rural, a região Sul apresentou o maior percentual de homens que residem no meio rural (54,2%). No entanto, esse dado é melhor informado por meio da razão de sexo, que corresponde a 118 jovens homens para cada 100 mulheres jovens na região Sul. Na Região Norte são 114 homens na faixa jovem para cada 100 mulheres. A Região Centro-Oeste apresenta a menor razão de sexo, 109 homens para cada 100 mulheres jovens, o que mostra a masculinização do meio rural, tanto na população em geral, como na faixa jovem, de acordo com a tabela 6.

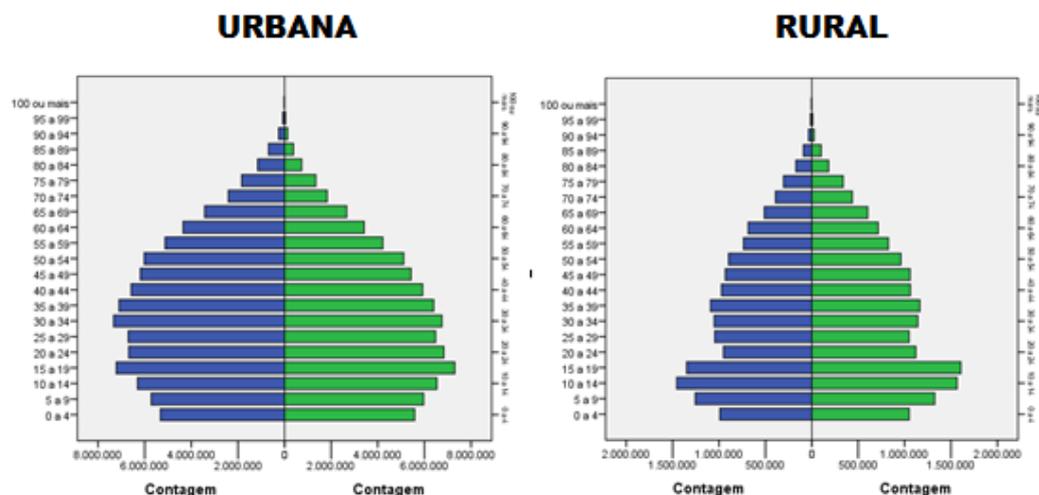
Tabela 6: Percentual das populações rural masculina e jovem rural masculina, e razão de sexo da população jovem rural por região, em 2015

Percentual da População Masculina e Razão de Sexo			
Região	Total Masculina	Jovem Masculina Rural	Razão de Sexo Jovem Rural
Norte	54%	53%	114.50
Nordeste	52%	53%	112.25
Sudeste	53%	53%	110.78
Sul	52%	54%	118.24
Centro-Oeste	54%	52%	109.62
Total	52%	53%	112.86

Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora

As pirâmides etárias rural e urbana mostram a distribuição de pessoas por sexo e por faixa etária. Observa-se que enquanto a proporção de mulheres é maior no meio urbano, a de homens é maior no rural. Tanto para o meio urbano como para o rural, observa-se que o formato clássico da pirâmide com a base mais larga não mais ocorre. Nota-se um estreitamento das bases das pirâmides e uma participação aumentada da população mais idosa. No meio urbano a faixa etária entre 15 e 19 anos, corresponde a 35% da faixa jovem, enquanto que no meio rural essa faixa representa 41% dentre os jovens. Alguns dos motivos que explicam essa situação são a migração do jovem para o meio urbano, o aumento da taxa de mortalidade e a queda da taxa de fecundidade.

Figura 3: Pirâmide etária da população urbana e rural do Brasil, em 2015



Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora.

Na tabela 7, com respeito à cor da população e tendo em conta as categorias aplicadas pelo IBGE, a parcela de brasileiros que se autodeclara “preta” ou “parda” que entende consistir a população negra, totaliza 54%, sendo que na população rural este percentual é maior, alcançando 64%. Dentre os jovens rurais chega a 67%. Ao se considerar por região, as regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores percentuais de pessoas que se autodeclaram “pretas” ou “pardas” na área rural, 79% e 77%, respectivamente. Essas mesmas regiões são as que apresentam o maior percentual de jovens rurais que se consideram pretos ou pardos, com 81% e 79%, respectivamente. Enquanto à região Sul 77% de pessoas se declaram brancas, na população rural o percentual de brancos é de 78%. Dentre os jovens rurais, a parcela de brancos totaliza 75%.

Tabela 7: Percentuais da população total, da população jovem e da população jovem rural por cor, segundo a região, em 2015

		Cor ou raça				
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
População total	Norte	21%	7%	70%	0%	1%
	Nordeste	26%	11%	62%	0%	0%
	Sudeste	53%	10%	37%	1%	0%
	Sul	77%	4%	19%	1%	0%
	Centro-Oeste	39%	8%	52%	1%	0%
	Brasil	45%	9%	45%	0%	0%
População Rural	Norte	17%	7%	72%	0%	4%
	Nordeste	22%	8%	69%	0%	1%
	Sudeste	48%	8%	43%	0%	1%
	Sul	78%	2%	19%	0%	0%
	Centro-Oeste	35%	7%	58%	0%	0%
	Pop Rural	34%	7%	57%	0%	1%
População Jovem rural	Norte	15%	7%	74%	0%	4%
	Nordeste	20%	9%	70%	0%	1%
	Sudeste	47%	8%	44%	0%	1%
	Sul	75%	3%	22%	0%	0%
	Centro-Oeste	34%	6%	60%	0%	0%
	Pop Jovem Rural	31%	7%	60%	0%	1%

Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora.

A região Centro-Oeste apresenta o menor percentual (44%) de jovens rurais nascidos no município de residência, como também se caracteriza pelo maior percentual dentre os jovens não nascidos no município e tampouco não nasceram na UF de residência, (47%). Em seguida, a região Norte apresenta 29% de jovens rurais que não nasceram no município de residência e, dentre esses, 34% não nasceram na UF de residência. Por outro lado, a região Nordeste apresenta 80% de jovens nascidos no município de residência, e os 20% dos quais não nasceram no município de residência, 34% também não nasceram na UF, como visto na tabela 8, a seguir.

Tabela 8: Total e percentual da população jovem rural que nasceu no município de residência e, dentre os que não nasceram, total e percentual que nasceram na UF de residência

Região	Nasceu no município de residência		Dos que não nasceram, nasceram na UF de residência	
	Sim	Não	Sim	Não
Norte	752300	308157	203036	105121
Nordeste	2972877	729859	581023	148836
Sudeste	923440	326298	230657	95641
Sul	573320	227436	180159	47277
Centro-Oeste	136672	173698	91473	82225
Jovem Rural	5358609	1765448	1286348	479100
Norte	71%	29%	66%	34%
Nordeste	80%	20%	80%	20%
Sudeste	74%	26%	71%	29%
Sul	72%	28%	79%	21%
Centro-Oeste	44%	56%	53%	47%
Jovem Rural	75%	25%	73%	27%

Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora, 2017.

Os estados que apresentam os maiores percentuais de jovens rurais não naturais, em relação ao município de residência, foram Roraima (67%), Mato Grosso (62%) e Mato Grosso do Sul (61%). Os que apresentam os menores percentuais para o não nascimento no município de residência são Paraíba e Ceará (ambos com 15%) e Piauí e Bahia (ambos com 17%), conforme apontam os dados da tabela 9, a seguir.

Tabela 9: Total e Percentual da população jovem rural que não nasceu no município de residência por UF

Região	UF	Nasceu no município de residência		
		Sim	Não	% Não
Norte	Rondônia	41337	46744	53%
	Acre	44323	15587	26%
	Amazonas	128222	28645	18%
	Roraima	5991	12403	67%
	Pará	477263	170051	26%
	Amapá	19439	8139	30%
	Tocantins	35725	26588	43%
Nordeste	Maranhão	508801	190895	27%
	Piauí	208826	42775	17%
	Ceará	512070	92191	15%
	Rio Grande do Norte	144818	50866	26%
	Paraíba	159044	29096	15%
	Pernambuco	400726	89028	18%
	Alagoas	166104	47821	22%
	Sergipe	142947	35921	20%
	Bahia	729541	151266	17%
Sudeste	Minas Gerais	551676	143957	21%
	Espírito Santo	94768	31188	25%
	Rio de Janeiro	64940	29551	31%
	São Paulo	212056	121602	36%
Sul	Paraná	196671	98759	33%
	Santa Catarina	173413	60901	26%
	Rio Grande do Sul	203236	67776	25%
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	26507	40211	60%
	Mato Grosso	45100	72248	62%
	Goiás	46570	45664	50%
	Distrito Federal	18495	15575	46%

Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora.

A taxa de analfabetismo de jovens rurais é maior na região Nordeste. Nessa região, 5% dos jovens não sabem ler. A taxa de analfabetismo se relacionada ao sexo apresenta ainda desigualdades mais acentuadas. É na própria região Nordeste que o homem jovem se comparada a mulher jovem apresenta uma taxa de analfabetismo mais elevada, 7%, contra a taxa de 3% da população jovem feminina analfabeta no meio rural.

No que se refere à taxa de analfabetismo funcional, ou seja, jovens com menos de 4 anos de estudo, as regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores percentuais,

situados pouca acima de 10%. Por outro lado, as regiões Sul e Centro-Oeste apresentam o maior percentual de jovens com o nível de instrução equivalente a superior incompleto ou a superior completo, com taxas de 10,3% e 8,4%, respectivamente. O número médio de anos de estudo para os jovens rurais, em geral, é de 8 anos. Nesse contexto, a Região Sul apresenta média de 9,13 anos de estudos para o jovem rural enquanto que a Região Norte, a média é inferior, 7,52 anos. As mulheres jovens que residem no meio rural têm em média 8,49 anos de estudo. Para os homens, 7,58 anos.

Tabela 10: Total e Percentual da população jovem rural que não sabe ler, por sexo e por região

Região	Sabe Ler					
	Sim		Não		Taxa de Analfabetismo	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Norte	546,142	484,008	19,945	10,362	3.5%	2.1%
Nordeste	1,820,736	1,688,832	137,410	55,758	7.0%	3.2%
Sudeste	644,944	586,731	11,895	6,168	1.8%	1.0%
Sul	430,085	362,846	3,772	4,053	0.9%	1.1%
Centro-Oeste	159,750	147,744	2,551	325	1.6%	0.2%
Total	3,601,657	3,270,161	175,573	76,666	4.6%	2.3%

Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora, 2017.

A população economicamente ativa (PEA) é a que trabalha ou que deseja trabalhar. A PEA relativa aos jovens rurais alcança por 59,5% do universo, sendo que a região Sul apresenta o maior percentual, 70%, ao passo que a região Nordeste aparece com o menor percentual, 55%.

A taxa de ocupação se refere ao total de pessoas ocupadas, dividido pela soma da população ocupada com a desocupada, sendo que a população ocupada contabiliza as que tinham trabalho na semana de referência, enquanto que a população desocupada é o somatório das pessoas sem trabalho, mas que tomaram alguma providência efetiva em busca de trabalho. Dentre os jovens rurais, 91% estão ocupados. Nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, os maiores percentuais correspondiam a empregado com carteira de trabalho assinada (41%, 38% e 32%), seguidos de empregados sem carteira de trabalho assinada, 23,9%, 17% e 20,9%, respectivamente. Nas regiões Nordeste e Norte os maiores percentuais se referem a

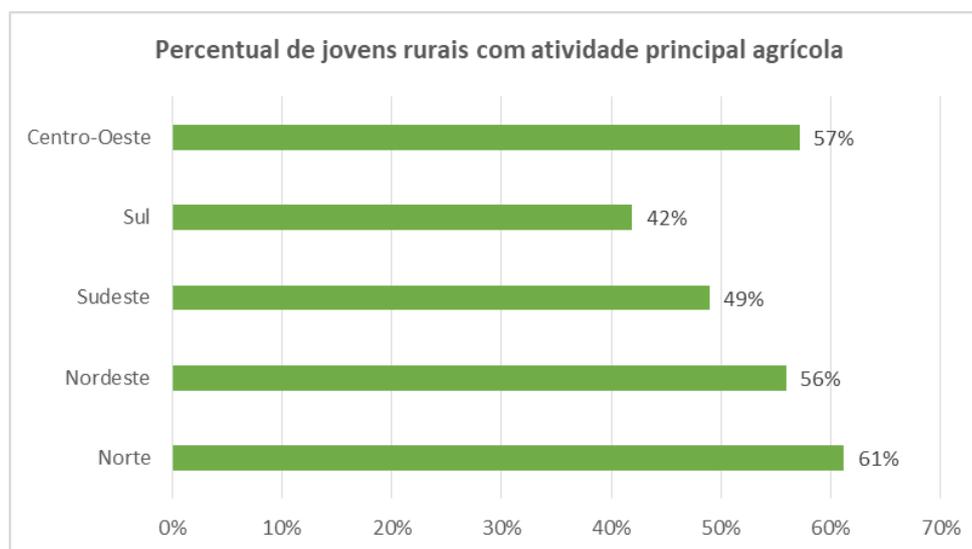
empregado sem carteira de trabalho assinada, com taxas 31,7% e 23,4%, seguidos de empregados por conta própria, 19,8% e 21,1%, respectivamente.

Tabela 11: Total e Percentual da população jovem rural por condição de atividade e por condição de ocupação, por região

Região	Condição de atividade			Condição de ocupação		
	Economicamente ativa	Não economicamente ativa	% Economicamente ativos	Ocupadas	Desocupadas	% Desocupação
Norte	625,751	434,706	59.0%	591,916	33,835	5%
Nordeste	2,049,893	1,652,843	55.4%	1,834,042	215,851	11%
Sudeste	814,559	435,179	65.2%	719,630	94,929	12%
Sul	558,409	242,347	69.7%	515,264	43,145	8%
Centro-Oeste	188,885	121,485	60.9%	176,345	12,540	7%
Total	4,237,497	2,886,560	59.5%	3,837,197	400,300	9%

Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora

Gráfico 4: Percentual da população jovem rural com atividade agrícola como principal



Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora.

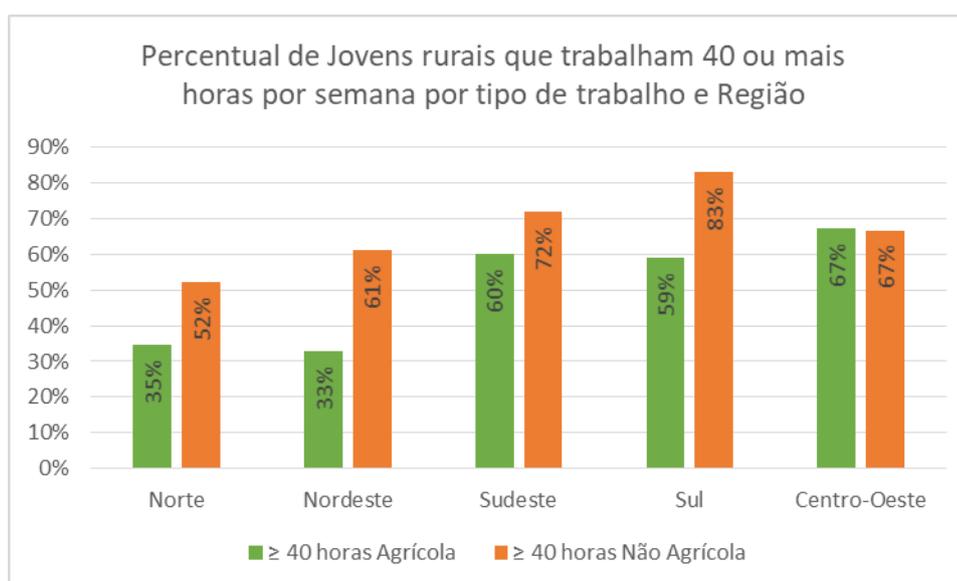
Dentre os jovens que afirmam trabalhar e residem no meio rural, 53% o fazem com carga horária superior a 40h semanal de trabalho. As regiões que apresentam jornadas mais longa de trabalho são: Sul, Centro-Oeste e Sudeste com, 73%, 67% e 63%, respectivamente.

Tabela 12: Faixa de horas trabalhadas por semana pela população jovem rural ocupada, e percentual de jovens rurais ocupados que trabalharam 40 horas ou mais por semana, por região.

Região	Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos					
	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	≥ 40 horas (%)
Norte	82,334	264,036	165,263	43,299	36,984	41%
Nordeste	283,018	717,754	569,421	159,803	104,046	45%
Sudeste	67,491	175,866	315,088	76,315	84,870	66%
Sul	43,722	95,894	237,266	59,038	79,344	73%
Centro-Oeste	20,673	37,586	64,490	31,482	22,114	67%
Total	497,238	1,291,136	1,351,528	369,937	327,358	53%

Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora

Gráfico 5: Percentual da população jovem rural que trabalha 40 ou mais horas semanais por tipo de trabalho (agrícola ou não agrícola), por região

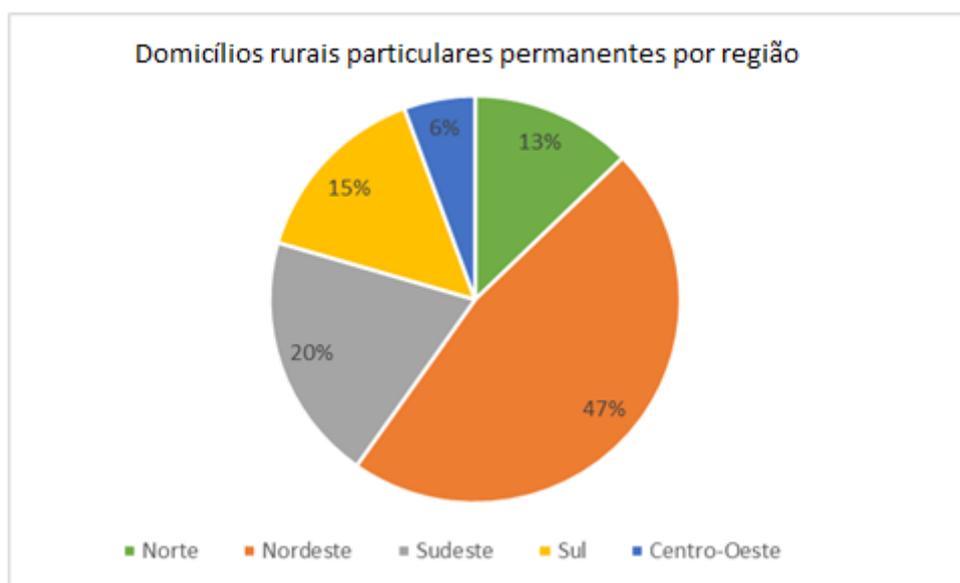


Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora.

Em relação aos domicílios, a PNAD registrou, em 2015, 68 milhões de domicílios particulares permanentes, desses, 9,7 milhões são domicílios localizados no meio rural. No entanto, no que se refere aos domicílios com jovens como a pessoa de referência, ou seja, o responsável, esse universo era composto de 7 milhões de domicílios. Quando se analisa também o sexo do chefe de domicílio, 58% deles, no meio urbano, são pessoas do sexo masculino. Enquanto que no meio rural essa mesma categoria compreende 76%. Dentre os jovens chefes de domicílio, essa diferença é um pouco menos acentuada. No meio urbano, ela se reduz para 61%, e

no meio rural, mantém-se em 76% dos jovens do sexo masculino tomados como pessoas de referência. A região Nordeste concentra o maior percentual dos domicílios rurais particulares permanentes, 47% do total de domicílios particulares permanentes.

Gráfico 6: Percentual dos domicílios rurais particulares permanentes por região



Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora.

Enquanto 99% dos domicílios rurais da região Sudeste têm parede de alvenaria como o material predominante, nas regiões Sul e Norte, apenas 60% e 45% dos domicílios, respectivamente, são de alvenaria. As regiões Nordeste e Centro-Oeste registram o maior percentual dos domicílios rurais com telhado de telha. Em ambas, com 97%. Na região Norte, este percentual cai para 88%. Por sua vez, as regiões Nordeste, Norte e Sul se caracterizam pelos maiores percentuais de domicílios rurais próprios, ou seja, já pagos, respectivamente: 85%, 83% e 81%. Esses percentuais decaem para 69% na região Sudeste, e na Região Centro-Oeste, apenas 52% dos domicílios rurais são próprios – já pagos.

Tabela 13: Características dos domicílios rurais por região

Região	Material da Parede	Tipo de telhado	Condição de ocupação
	% Alvenaria	% Telha	% Próprio - Já pago
Norte	44%	88%	83%
Nordeste	91%	97%	85%
Sudeste	99%	89%	69%
Sul	60%	90%	81%
Centro-Oeste	85%	97%	52%

Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora.

Dos domicílios particulares permanentes localizados no meio rural, 78% têm água canalizada, sendo que na região Sul esse percentual é de 98% e, no Nordeste, 65%. Dos domicílios com água canalizada, 40% são abastecidos por rede geral de distribuição. No Nordeste esse percentual chega 57%, enquanto que no Centro-Oeste apenas 15% dos domicílios rurais têm acesso a água canalizada. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, 90% dos domicílios rurais utilizam água de poço ou nascente contra apenas 46% na região Nordeste. Enquanto, 99% dos domicílios da região Sul e 98% daqueles das regiões Sudeste e Centro-Oeste contam com banheiros, nas regiões Norte e Nordeste esses percentuais caem para 88% e 83%, respectivamente. Em se tratando da forma de escoadouro do banheiro, e do destino do lixo, a região Sul apresenta os maiores percentuais para ambos os itens: 63% dos domicílios rurais particulares permanentes com rede coletora ou fossa séptica, ligada ou não a rede coletora de esgoto ou pluvial, e 59% dos domicílios dispõem de lixo coletado direta ou indiretamente. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste registram percentuais próximos quanto a ter esgoto no banheiro, apenas 36%, 36% e 35%, respectivamente, têm essa forma de escoadouro. No que tange à coleta de lixo, essas mesmas regiões também apresentam os dados mais baixos: 20%, 26% e 27%. Quase todos os domicílios particulares permanentes das regiões rurais dispõem de energia elétrica, exceto na região Norte, em que possui 7% dos domicílios não têm energia elétrica.

Vis-à-vis os bens duráveis e não duráveis existentes nos domicílios rurais particulares permanentes, a análise compara as diferenças regionais e também leva em conta os domicílios rurais com jovens responsáveis. À luz disso isso, a região Sul apresenta os maiores percentuais no que concerne a existência dos seguintes bens no domicílio rural e domicílio rural dos jovens: telefone fixo (12% e 7%,

respectivamente), rádio (88% e 80%, idem), uma ou mais televisões de tela fina (45% e 56%), máquina de lavar (65% e 37%), microcomputador (32% e 39%), acesso à internet (33% e 41%) e carro e moto (21% e 24%, respectivamente). Na região Sudeste os maiores percentuais caracterizam os seguintes bens: fogão de duas bocas (99% e 99%), filtro d'água (64% e 50%), televisão por assinatura (19% e 22%). Na região Centro-Oeste: telefone móvel (89% e 86%). Entre outras informações, mostram que nos domicílios rurais, de uma forma geral, existem mais bens quando o responsável não é jovem. Porém, em se tratando dos itens de modernização e tecnologia, tais como: computador, internet, tv por assinatura, sua existência é mais frequente para o grupo dos domicílios com responsável jovem.

3.1 Jovens rurais x jovens urbanos

Há muitas desigualdades quando se compara a vida do jovem rural ao do jovem urbano. A sessão anterior registrou algumas delas, tais como: a diferença na taxa educacional, no acesso a serviços básicos, na masculinização no meio rural e no predomínio da população feminina no meio urbano. Barcellos (2015) corrobora esses dados quando afirma que a maior parte das políticas públicas voltadas para a juventude se centram no meio urbano, devido, principalmente, da maior aglomeração naquele ambiente. Troian (2011) se refere à desvalorização do meio rural por parte da juventude, sentimento que leva o jovem a buscar na vida urbana oportunidades profissionais e pessoais. Lopes e Carvalho (2015) sublinham que os jovens rurais vivem entre a busca do estilo de vida urbano: maior acesso à saúde, à educação e ao emprego e a busca de maior reconhecimento. Com isso, afastam-se da reprodução social da família cujo modelo é a autoridade paterna e vigilante. Essa reação reforça tendencialmente o desinteresse do jovem pelo meio rural. Mas há uma parcela da juventude rural que busca se articular para permanecer na terra e despertar papéis relevantes como atores sociais.

Alguns outros aspectos positivos, identificados na pesquisa feita pelos autores Lopes e Carvalho (2015), foram: a tranquilidade da vida rural, a segurança maior, a liberdade e a sociabilidade entre os vizinhos, a tradição da solidariedade comunitária. Outra grande diferença observada entre o meio rural e urbano, é que a juventude da agricultura familiar se faz presente pela inserção laboral no estabelecimento agrícola.

Desde novos, os filhos e filhas dos agricultores estão envolvidos com as atividades relacionadas à gestão da unidade de produção, o que não ocorre de maneira sistemática no meio urbano.

Buscou-se, ao longo deste exercício, compreender algumas diferenças entre os jovens urbanos e rurais, para isso utilizando as variáveis existentes na PNAD 2015.

A análise de componentes principais é técnica multivariada dos dados que permite definir grupos de variáveis correlacionadas, de forma mais sucinta. Ou seja, poucas componentes são capazes de resumir maior número de variáveis e de descrever grande parte da proporção da variação dos dados. Neste estudo, essa técnica foi aplicada à amostra da juventude rural e à de jovens urbanos, separadamente. Isso, com intuito de compreender como se formariam ambos os grupos. A partir da seleção das variáveis originais, transformadas em variáveis binárias, foi possível atribuir a cada indivíduo o valor 0 ou 1.

A análise descritiva das variáveis é apresentada, na tabela a seguir, para a base jovem rural e para a base jovem urbano, o que permite observar algumas diferenças. No meio rural, observa-se que os percentuais maiores se aplicam nas seguintes variáveis: jovens do sexo masculino, jovens filhos no domicílio; jovens de cor preta ou parda; jovens que começaram a trabalhar com 14 anos de idade ou menos; jovens ocupados; jovens que trabalham com atividade agrícola; densidade domiciliar maior que uma pessoa por cômodo; jovens com casas próprias; jovens com rádio; jovens com “freezer” e jovens com veículo. Por outro lado, os maiores percentuais registrados para os jovens urbanos correspondem às variáveis: jovem na faixa etária entre 20 e 29 anos, jovem como chefe do domicílio, jovens que nunca viveram junto, jovens com mais anos de estudos, economicamente ativos, jovens com maior nível de renda, mais horas trabalhadas por semana, jovens com carteira de trabalho assinada, jovens que contribuem para a Previdência e jovens que dispõem de maior parte dos itens de bens de consumo e infraestrutura (celular, tv, filtro, geladeira, máquina de lavar, computador, internet, água canalizada, banheiro, escoadouro com rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora e lixo coletado).

Tabela 14: Estatísticas descritivas dos jovens rurais e dos jovens urbanos para as variáveis selecionadas

Variáveis	Categoria	Jovens rurais		Jovens urbanos	
		Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
V2_Sexo	Masculino	.53	.50	.50	.50
V3_Faixa_etaria	20 a 29 anos	.59	.49	.65	.48
V4_Pessoa_referencia	Referência	.13	.34	.15	.36
V4_Pessoa_filho	Filho	.60	.49	.59	.49
V5_Cor	Preta ou parda	.68	.47	.56	.50
V6_Vivejunto	Não, nunca viveu	.59	.49	.63	.48
V10_Anos_Estudo1	11 anos ou mais	.05	.22	.19	.39
V10_Anos_Estudo2	8 anos ou mais	.47	.50	.70	.46
V11_idade_trabalho4	<= 14 anos	.35	.48	.14	.35
V11_renda6	> 1 a 5 SM	.14	.34	.40	.49
V14_Condicao_ativ	EA	.60	.49	.65	.48
V15_Condicao_ocu	Ocupada	.54	.50	.52	.50
V15_Agricola	Agrícola	.29	.45	.02	.13
V21_horas_semana	40 horas ou mais	.29	.45	.39	.49
V21_Afazeres_domesticos2	Sim	.67	.47	.67	.47
V16_Posição_ocupação5	Carteira assinada	.13	.33	.32	.47
V22_Previdencia	Sim	.16	.37	.34	.47
V34_densidade_dom3	>= 1	.94	.24	.87	.34
V34_oucp_dom	Próprio	.79	.41	.70	.46
V35_agua_canalizada	Sim	.74	.44	.98	.13
V35_tipo_agua	Rede geral	.32	.47	.93	.26
V36_banheiro	Sim	.88	.32	.99	.08
V36_escoadouro	Rede coletora / fossa séptica ligada	.10	.29	.72	.45
V37_lixo	Coletado	.34	.47	.99	.11
V40_celular	Sim	.82	.38	.98	.13
V43_tv_fina	Sim	.33	.47	.66	.47
V41_Tem_filtro_agua2	Sim	.40	.49	.51	.50
V42_Tem_radio2	Sim	.68	.47	.65	.48
V44_Tem_geladeira2	Sim	.92	.27	.99	.10
V45_Tem_freezer2	Sim	.19	.39	.15	.36
V48_Tem_maqlavar2	Sim	.26	.44	.66	.47
V49_Tem_computador2	Sim	.19	.40	.58	.49
V51_Tem_internet2	Sim	.30	.46	.75	.43
V52_Tem_carromoto2	Sim	.65	.48	.61	.49

Fonte: Pnad 2015, elaborado pela autora.

A fim de identificar associação entre as variáveis foi primeiramente analisado os coeficientes de correlação entre as variáveis selecionadas. As 18 variáveis que

constam na tabela abaixo foram as que apresentaram correlação bivariada, e por isso permaneceram na análise. A tabela com a análise de correlação entre as variáveis consta no apêndice B. Observa-se que para a base da juventude rural foi gerado cinco fatores (componentes principais) que explicam cerca de 62% da variância total dos dados. Como era de se esperar, o primeiro fator explica a maior parte da variância, 22%. O segundo, terceiro, quarto e quinto fator explicam, respectivamente, 17%, 8%; 8% e 5%. Dessa forma, essas cinco componentes representam bem o conjunto das 18 variáveis selecionadas.

A partir das contribuições das variáveis foi possível detectar as que são mais correlacionadas com cada componente (fator). Para cada componente foi designado um nome conforme as variáveis que mais se correlacionaram a ela. A componente 1, denominada componente ocupação, se refere aos jovens rurais ocupados com atividades agrícolas e que começaram a trabalhar mais cedo, antes de 15 anos de idade; a componente 2, designada ocupação formal, é composta pelos jovens rurais que trabalham com carteira assinada, possuem a maior jornada de trabalho e contribuem para Previdência; a componente 3, nomeada padrão de vida, se refere aos jovens rurais que possuem computador, internet, máquina de lavar e freezer. São os jovens que tem as rendas mais elevadas. A componente 4, infraestrutura externa, reuniu os jovens rurais com as melhores condições de infraestrutura: água proveniente de rede geral, lixo coletado e possuem escoadouro. Por último, a componente 5, infraestrutura interna: agregou os jovens rurais que possuem água canalizada e banheiro no domicílio.

Quadro 9: Variância total explicada pelos componentes e Contribuição das variáveis para cada componente — 2015 – Base Jovem Rural

BASE JOVEM RURAL									
Variância total explicada				Matriz de componente rotativa ^a					
Componente	Valores próprios iniciais				Componente				
	Total	% de variância	% cumulativa		1	2	3	4	5
1	4.007	22.264	22.264	V15_Condicao_ocu	.830	.437			
2	3.160	17.556	39.820	V15_Agricola	.817			-1.158	
3	1.469	8.164	47.984	V14_Condicao_ativ	.806	.398			
4	1.392	7.736	55.719	V11_idade_trabalho4	.775				
5	1.052	5.845	61.565	V22_Previdencia		.879	.231		
6	.892	4.956	66.521	V16_Posicao_ocupacao5		.878	.191		
7	.824	4.580	71.101	V21_horas_semana	.367	.686	.113		
8	.792	4.401	75.501	V3_Faixa_etaria	.184	.482	-.123		
9	.655	3.641	79.142	V49_Tem_computador2			.768	.165	
10	.624	3.467	82.609	V51_Tem_internet2			.681	.293	
11	.599	3.330	85.939	V48_Tem_maqlavar2			.655		.273
12	.524	2.913	88.852	V11_renda6		.295	.599		.102
13	.489	2.716	91.567	V45_Tem_freezer2			.468	-.450	.400
14	.464	2.579	94.146	V35_tipo_agua				.662	.416
15	.457	2.541	96.687	V37_lixo		.134	.331	.619	.184
16	.359	1.995	98.682	V36_escoadouro			.182	.608	
17	.143	.792	99.474	V35_agua_canalizada			.166	.254	.770
18	.095	.526	100.000	V36_banheiro			.109		.702

Fonte: Elaborado pela autora.

a) Técnica de rotação utilizada: varimax.

A análise similar foi realizada para a amostra de jovens urbanos. A identificação de associação entre as variáveis está disponível na tabela de correlação que consta no apêndice C, com os coeficientes de correlação entre as variáveis. Observa-se que, nesse caso, 13 variáveis apresentaram correlação bivariada mais elevada entre si, e por isso permaneceram na análise.

Para amostra de jovens urbanos, observa-se que três fatores representam bem o conjunto das 13 variáveis, e explicam praticamente 60% da variação total dos dados. O primeiro fator explica 32% da variância total. O segundo e o terceiro fator explicam respectivamente, 19% e 8%. A componente 1, denominada ocupação formal, se refere aos jovens urbanos ocupados, que trabalham com carteira assinada, possuem a maior jornada de trabalho e contribuem para Previdência; a componente 2, nomeada padrão de vida, se refere aos jovens urbanos que possuem computador, internet, máquina de lavar, tv de tela fina, veículo e o maior nível de renda. A componente 3, designada experiência, são os jovens mais velhos e com mais anos de estudo.

Quadro 10: Variância total explicada pelos componentes e contribuição das variáveis para cada componente — 2015 – Base Jovem Urbano

BASE JOVEM URBANA							
Variância total explicada				Matriz de componente rotativa ^a			
Componente	Valores próprios iniciais			Variáveis	Componente		
	Total	% de variância	% cumulativa		1	2	3
1	4.234	32.566	32.566	V15_Condicao_ocu	.887		.141
2	2.496	19.199	51.764	V22_Previdencia	.876	.174	
3	1.013	7.794	59.558	V16_Posicao_ocupacao5	.863	.165	
4	.841	6.465	66.023	V21_horas_semana	.862		
5	.777	5.977	72.001	V14_Condicao_ativ	.756		.200
6	.726	5.581	77.581	V49_Tem_computador2		.756	
7	.664	5.104	82.685	V51_Tem_internet2		.668	
8	.631	4.852	87.538	V48_Tem_maqlavar2		.660	
9	.555	4.266	91.804	V43_tv_fina		.602	
10	.465	3.579	95.383	V11_renda6	.242	.577	.216
11	.350	2.695	98.078	V52_Tem_carromoto2		.562	
12	.168	1.295	99.372	V10_Anos_Estudo1		.332	.792
13	.082	.628	100.000	V3_Faixa_etaria	.384		.716

Fonte: Elaborado pela autora.

a) Técnica de rotação utilizada: varimax.

De uma maneira geral, o que se observa é que no grupo dos jovens rurais a componente que mais explica a variação dos dados se refere aos jovens rurais ocupados com atividades agrícolas e que começaram a trabalhar mais cedo, antes de 15 anos de idade. Na base de jovens urbanos, a primeira componente, que mais explica a variação dos dados, é composta pelos jovens urbanos ocupados, que trabalham com carteira assinada, possuem a maior jornada de trabalho e contribuem para Previdência. Pode-se observar que os itens de infraestrutura não discriminam a base de jovens urbano diferentemente do que ocorre para a base de jovens rurais, o que indica que existe maior desigualdade em relação a infraestrutura no meio rural.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO DO MODELO LOGIT

A partir da revisão da literatura, pôde-se compreender as diversas motivações que fazem os jovens desejarem ou não permanecer no meio rural.

O modelo de regressão logística binária relaciona variáveis explicativas com a variável resposta qualitativa em que a variável dependente é binária. Assume o valor de 1 (um), se o atributo estiver presente e o valor 0 (zero) se esse atributo estiver ausente. No estudo, adotou-se o valor 1 – para os jovens que permaneceram no meio rural ou no mesmo município (nunca migraram) e 0 – para os jovens que realizaram algum movimento de migração.

Castro (2009) afirma que a juventude rural constantemente está associada à situação de “migração do campo para cidade”. Entretanto, há diversas questões que envolve a decisão de “ficar” no campo ou dele sair.

A amostra da PNAD2015 foi analisada considerando a população jovem de 15 a 29 anos, do meio rural, cuja residência é domicílio particular permanente. A isso se acrescentam as seguintes condições na unidade domiciliar: pessoa de referência, cônjuge, filho ou outro parente.

Ao se considerar a variável resposta - permaneceu ou migrou – no universo do total de 11874 casos, não foi possível identificar 290, o que representa 2,4% do total dos dados. Foram também retirados da análise 57 casos, referidos às pessoas que não informaram seu grau de escolaridade, os anos de estudo. Igualmente retiradas da amostra as regiões metropolitanas e os municípios autorrepresentativos, com o intuito de que a variável resposta fosse uma “proxy” mais confiável da variável permanência no campo. Isso feito, a amostra totalizou 9.298 observações válidas, que compõem esta etapa e concretiza a análise do modelo de regressão.

Após haver sido organizada a base de dados, isto é, após haver sido feita a transformação das variáveis quantitativas em variáveis categóricas e a recategorização das variáveis qualitativas, com vistas a organizar os dados e evitar poucas observações por categoria, tornou-se possível obter uma estimativa mais robusta dos parâmetros do modelo. Nesse sentido, categorias que tinham mesmo padrão de resposta foram aglutinadas. Foi então observado que algumas das variáveis apresentavam dados faltantes, quando possível, esse grupo foi

transformado na categoria “sem informação” para não reduzir ainda mais o tamanho da amostra. Algumas vezes o grupo “sem informação” poderia no limite indicar alguma informação que pode ficar subentendida, por exemplo, no caso da variável condição de ocupação que foi subdividida em três respostas: 0 (zero) – pessoas ocupadas, 1 (um) – pessoas não ocupadas e 2 (dois) - não informou, nesse último caso, equivalem às pessoas equivale as não economicamente ativas.

Partiu-se, então, para a análise bivariada de cada uma das variáveis independentes, juntamente com a variável resposta para avaliar a importância de cada uma delas no modelo. O quadro a seguir mostra o teste “Qui Quadrado” do modelo, quando se considera apenas uma variável independente. Se o valor expresso na coluna, que representa o valor exato do teste (p-valor) for menor que 0.05, deve-se rejeitar a hipótese de que o coeficiente não é importante para o modelo. Isso porque a hipótese nula equivale dizer que o coeficiente é igual a zero, ou seja, que o coeficiente não é significativo para o modelo. Em consequência, ao se rejeitar a hipótese nula, significa que a variável correspondente é importante para o modelo e por isso deve ser adicionada ao modelo final.

Quadro 11: Variáveis analisadas na etapa bivariada para a construção do modelo logit

Variáveis	Categorias		Permaneceu						Sig.
			Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
			N	N	% linha	% linha	%col	% col	
P1_Regiao1	0	CO	271	408	40%	60%	3%	12%	.000
P1_Regiao1(1)	1	NO	1927	891	68%	32%	24%	25%	.000
P1_Regiao1(2)	2	NE	3980	1340	75%	25%	50%	38%	.000
P1_Regiao1(3)	3	SE	1066	474	69%	31%	13%	13%	.000
P1_Regiao1(4)	4	SUL	761	409	65%	35%	10%	12%	.000
P2_Sexo	0	feminino	3585	1822	66%	34%	45%	52%	
P2_Sexo(1)	1	masculino	4420	1700	72%	28%	55%	48%	.000
P3_Faixa_etaria	0	21 ou +	3770	2222	63%	37%	47%	63%	
P3_Faixa_etaria(1)	1	15 a 20	4235	1300	77%	23%	53%	37%	.000
P4_Pessoa_referencia	0	outro parente	694	370	65%	35%	9%	11%	.000
P4_Pessoa_referencia(1)	1	filho	5249	1545	77%	23%	66%	44%	.000
P4_Pessoa_referencia(2)	2	referencia	936	658	59%	41%	12%	19%	.001
P4_Pessoa_referencia(3)	3	conjuge	1126	949	54%	46%	14%	27%	.000
P5_Cor	0	preto	556	279	67%	33%	7%	8%	.000
P5_Cor(1)	1	indígena/amarelo	186	30	86%	14%	2%	1%	.000
P5_Cor(2)	2	pardo	4989	2171	70%	30%	62%	62%	.067
P5_Cor(3)	3	branco	2274	1042	69%	31%	28%	30%	.270
P6_Vivejunto	0	"separado"	416	294	59%	41%	5%	8%	.000
P6_Vivejunto(1)	1	"casado"	2298	1726	57%	43%	29%	49%	.461
P6_Vivejunto(2)	2	"solteiro"	5291	1502	78%	22%	66%	43%	.000
P10_Anos_Estudo2	0	concluiu 1º grau	4328	1898	70%	30%	54%	54%	.854
P10_Anos_Estudo2(1)	1	concluiu 2º grau	3292	1446	69%	31%	41%	41%	.969
P10_Anos_Estudo2(2)	2	> 2º	385	178	68%	32%	5%	5%	.577
P11_idade_trabalho4	0	>14	1800	1034	64%	36%	22%	29%	.000
P11_idade_trabalho4(1)	1	<=14	2796	1265	69%	31%	35%	36%	.000
P11_idade_trabalho4(2)	2	SI	3409	1223	74%	26%	43%	35%	.000

continua

continuação do Quadro 11

Variáveis	Categorias	Permaneceu						Sig.	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não		
		N	N	% linha	% linha	% col	% col		
P11_renda5	0	>500	1882	1187	61%	39%	24%	34%	.000
P11_renda5(1)	1	>0 a 500	1768	860	67%	33%	22%	24%	.000
P11_renda5(2)	2	0	4355	1475	75%	25%	54%	42%	.000
P15_Condicao_ocu(1)	1	não ocupada	4191	2029	67%	33%	52%	58%	.047
P15_Condicao_ocu(2)	2	NEA	3403	1257	73%	27%	43%	36%	.000
P15_Agricola	0	não	1788	1047	63%	37%	22%	30%	.000
P15_Agricola(1)	1	sim	2403	982	71%	29%	30%	28%	.000
P15_Agricola(2)	2	NEA	3814	1493	72%	28%	48%	42%	.000
P21_N_trabalhos3	0	2 ou +	73	45	62%	38%	1%	1%	.000
P21_N_trabalhos3(1)	1	Um	4118	1984	67%	33%	51%	56%	.198
P21_N_trabalhos3(2)	2	Não trabalha	3814	1493	72%	28%	48%	42%	.018
P21_Afazerdomesticos2	0	sim	5203	2564	67%	33%	65%	73%	
P21_Afazerdomesticos2(1)	1	não	2802	958	75%	25%	35%	27%	.000
P21_horas_semana	0	>44 h	2056	1173	64%	36%	26%	33%	.000
P21_horas_semana(1)	1	até 44 h	2135	856	71%	29%	27%	24%	.000
P21_horas_semana(2)	2	não trabalha	3814	1493	72%	28%	48%	42%	.000
P16_Posicao_ocupacao5	0	trab doméstico c ou sem carteira	162	147	52%	48%	2%	4%	.000
P16_Posicao_ocupacao5(1)	1	Não remunerado	747	243	75%	25%	9%	7%	.000
P16_Posicao_ocupacao5(2)	2	produção proprio consumo	610	222	73%	27%	8%	6%	.000
P16_Posicao_ocupacao5(3)	3	Conta própria	742	356	68%	32%	9%	10%	.000
P16_Posicao_ocupacao5(4)	4	outro empregado s	1097	520	68%	32%	14%	15%	.000
P16_Posicao_ocupacao5(5)	5	empregado c	740	493	60%	40%	9%	14%	.016
P16_Posicao_ocupacao5(6)	6	NI	3907	1541	72%	28%	49%	44%	.000
P22_Previdencia	0	não contribuinte	3091	1340	70%	30%	39%	38%	.000
P22_Previdencia(1)	1	contribuinte	1100	689	61%	39%	14%	20%	.000
P22_Previdencia(2)	2	NEA	3814	1493	72%	28%	48%	42%	.023
P34_densidade_dom3	0	<=1	480	259	65%	35%	6%	7%	
P34_densidade_dom3(1)	1	>1	7525	3263	70%	30%	94%	93%	.006
P34_oucp_dom	0	alugado, cedido, outro	1240	1234	50%	50%	15%	35%	
P34_oucp_dom(1)	1	proprio	6765	2288	75%	25%	85%	65%	.000
P34_terreno_proprio	0	SI	1240	1234	50%	50%	15%	35%	.000
P34_terreno_proprio(1)	1	proprio	6303	2132	75%	25%	79%	61%	.000
P34_terreno_proprio(2)	2	não proprio	462	156	75%	25%	6%	4%	.000
P35_agua_canalizada	0	possui	5674	2808	67%	33%	71%	80%	
P35_agua_canalizada(1)	1	não possui	2331	714	77%	23%	29%	20%	.000
P35_tipo_agua	0	poço ou outra	3177	1736	65%	35%	40%	49%	.000
P35_tipo_agua(1)	1	rede geral	2497	1072	70%	30%	31%	30%	.000
P35_tipo_agua(2)	2	SI	2331	714	77%	23%	29%	20%	.000
P36_banheiro	0	possui	6928	3252	68%	32%	87%	92%	
P36_banheiro(1)	1	não possui	1077	270	80%	20%	13%	8%	.000
P36_escoadouro	0	fossa rudimentar	6250	2955	68%	32%	78%	84%	.000
P36_escoadouro(1)	1	rede ou fossa	678	297	70%	30%	8%	8%	.296
P36_escoadouro(2)	2	SI	1077	270	80%	20%	13%	8%	.000
P37_lixo	0	coletado	2484	1333	65%	35%	31%	38%	
P37_lixo(1)	1	queimado/jogado	5521	2189	72%	28%	69%	62%	.000

continuação do Quadro 11

Variáveis	Categorias		Permaneceu						Sig.
			Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
			N	N	% linha	% linha	% col	% col	
P40_celular	0	possui	6284	3010	68%	32%	79%	85%	
P40_celular(1)	1	não possui	1721	512	77%	23%	21%	15%	.000
P41_Tem_filtro_agua2	0	possui	4951	2280	68%	32%	62%	65%	
P41_Tem_filtro_agua2(1)	1	não possui	3054	1242	71%	29%	38%	35%	.003
P42_Tem_radio2	0	possui	2613	1286	67%	33%	33%	37%	
P42_Tem_radio2(1)	1	não possui	5392	2236	71%	29%	67%	63%	.000
P43_fogao	0	possui	7727	3437	69%	31%	97%	98%	
P43_fogao(1)	1	não possui	278	85	77%	23%	3%	2%	.003
P43_tv_fina	0	possui	2512	1327	65%	35%	31%	38%	
P43_tv_fina(1)	1	não possui	5493	2195	71%	29%	69%	62%	.000
P44_Tem_geladeira2	0	possui	7113	3265	69%	31%	89%	93%	
P44_Tem_geladeira2(1)	1	não possui	892	257	78%	22%	11%	7%	.000
P45_Tem_freezer2	0	possui	1579	834	65%	35%	20%	24%	
P45_Tem_freezer2(1)	1	não possui	6426	2688	71%	29%	80%	76%	.000
P48_Tem_maqlavar2	0	possui	1849	1024	64%	36%	23%	29%	
P48_Tem_maqlavar2(1)	1	não possui	6156	2498	71%	29%	77%	71%	.000
P49_Tem_computador2	0	possui	1368	729	65%	35%	17%	21%	
P49_Tem_computador2(1)	1	não possui	6637	2793	70%	30%	83%	79%	.000
P51_Tem_internet2	0	possui	2165	1200	64%	36%	27%	34%	
P51_Tem_internet2(1)	1	não possui	5840	2322	72%	28%	73%	66%	.000
P52_Tem_carromoto2	0	possui veiculo	4843	2411	67%	33%	60%	68%	
P52_Tem_carromoto2(1)	1	não possui	3162	1111	74%	26%	40%	32%	.000

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, o modelo final se baseou nas 36 variáveis conforme consta no quadro 11. Após feita a análise bivariada para a seleção das variáveis, foi possível construir o modelo final de forma a que sua interpretação se tornasse tão compreensível quanto possível, e quando viável, buscou-se organizar as categorias de referência de modo a que as demais assumissem valores positivos. Essa organização dos dados auxiliou na análise do modelo, uma vez que as demais categorias passaram a ter probabilidades de permanência maiores do que a categoria de referência. Isso possibilita interpretação direta em relação às razões de chances de cada variável.

Utilizou-se o método “inserir” para efetuar a escolha do modelo final. Esta opção metodológica insere todas as variáveis selecionadas ao modelo, sejam elas significativas ou não. Após, retiraram-se do modelo as variáveis que não se revelaram significativas. O que permitiu escolher o modelo de regressão logística que melhor se ajustou aos dados, referentes às seguintes variáveis: região, faixa etária, pessoa de

referência, cor da pessoa, vive junto, anos de estudo, condição de ocupação, renda domiciliar per capita, tipo de trabalho (agrícola ou não), afazeres domésticos, tipo de ocupação do domicílio (próprio ou não), densidade domiciliar, banheiro, celular, rádio, freezer, veículo, filhos.

Dessa forma, o teste “Qui Quadrado” com 24 graus de liberdade, valor 1139 e significância $p < 0,05$, com as variáveis acima identificadas, confirma haverem as variáveis sido significativas para explicar o modelo. O teste de Hosmer e Lemeshow, com valor de $0.641 > 0.05$, confirma a hipótese alternativa que o modelo se ajusta aos dados. Ou seja, o modelo com as variáveis selecionadas é melhor do que o modelo reduzido, o que possui somente a constante. A taxa de acerto do modelo sinaliza a divisão entre o total de pessoas classificadas corretamente pelo total de pessoas que fazem parte da amostra do modelo. Neste caso específico, o modelo passou de 69% para uma taxa de 73% de acerto.

As variáveis sexo, número de trabalhos, horas trabalhadas na semana, posição de ocupação, terreno próprio, água canalizada, tipo de água, escoadouro, lixo, energia elétrica, filtro d’água, fogão, televisão, geladeira, máquina de lavar, internet, não foram significativas para o modelo. Os resultados das saídas do modelo estão no apêndice E.

Os valores apresentados no quadro a seguir mostram o efeito que as variáveis independentes exercem sobre a variável dependente na forma múltipla, em outras palavras, mostra vis-à-vis o efeito das alterações às demais variáveis.

Quadro 12: Estimativa das razões de chance (OR) para a permanência segundo as variáveis selecionadas

Variável	Categoria	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
P1_Regiao1(1)	CO (ref)	.996	.105	89.58	1	.000	2.707	2.202	3.326
	Demais regiões								
P3_Faixa_etaria(1)	21 ou + (ref)	.277	.059	21.98	1	.000	1.319	1.175	1.481
	15 a 20								
P4_Pessoa_referencia	Cônjuge / outro parente (ref)			20.27	2	.000			
P4_Pessoa_referencia(1)	Filho	.268	.073	13.52	1	.000	1.308	1.133	1.509
P4_Pessoa_referencia(2)	Pessoa responsável	.273	.079	12.02	1	.001	1.314	1.126	1.534
P5_Cor	Preto (ref)			18.79	3	.000			
P5_Cor(1)	Indígena / amarelo	.841	.238	12.44	1	.000	2.319	1.453	3.700
P5_Cor(2)	Pardo	-.014	.094	0.02	1	.885	.986	.820	1.186
P5_Cor(3)	Branco	.113	.101	1.24	1	.266	1.119	.918	1.365
P6_Vivejunto(1)	Outros status (ref)	.498	.078	41.27	1	.000	1.645	1.413	1.915
	Não								
P10_Anos_Estudo3(1)	Até 11 anos de estudo (ref)	.367	.122	9.04	1	.003	1.443	1.136	1.833
	Acima de 11 anos de estudo								
P11_renda6	> 1 SM e 0 SM (ref)			21.06	2	.000			
P11_renda6(1)	> 1/4 SM até 1 SM	.240	.079	9.34	1	.002	1.271	1.090	1.483
P11_renda6(2)	Até 1/4 SM	.436	.096	20.61	1	.000	1.546	1.281	1.866
P15_Agricola	Não (ref)			10.25	2	.006			
P15_Agricola(1)	Sim	0.206	0.068	9.30	1	.002	1.229	1.076	1.402
P15_Agricola(2)	NEA	.173	.066	6.76	1	.009	1.188	1.043	1.354
P34_oucp_dom(1)	Outros (ref)	.663	.058	129.72	1	.000	1.940	1.731	2.174
	Próprio								
P21_Afazeres_domesticos2(1)	Sim (ref)	.112	.055	4.09	1	.043	1.118	1.003	1.247
	Não								
P34_densidade_dom3(1)	<=1 (ref)	.270	.104	6.78	1	.009	1.310	1.069	1.606
	>1								
P36_banheiro(1)	Não possui (ref)	.346	.083	17.48	1	.000	1.413	1.202	1.662
	Possui								
P40_celular(1)	Não possui (ref)	.216	.068	9.99	1	.002	1.241	1.085	1.418
	Possui								
P42_Tem_radio2(1)	Não possui (ref)	-.197	.052	14.50	1	.000	.822	.743	.909
	Possui								
P45_Tem_freezer2(1)	Não possui (ref)	.188	.062	9.10	1	.003	1.207	1.068	1.364
	Possui								
P51_Tem_internet2(1)	Não possui (ref)	.157	.059	7.05	1	.008	1.170	1.042	1.314
	Possui								
P52_Tem_carromoto2	Possui carro (ref)			9.87	2	.007			
P52_Tem_carromoto2(1)	Possui moto ou carro e moto	.160	.073	4.83	1	.028	1.173	1.017	1.353
P52_Tem_carromoto2(2)	Não possui	.256	.082	9.84	1	.002	1.292	1.101	1.516
P8_Filhos(1)	Não possui (ref)	.234	.066	12.70	1	.000	1.263	1.111	1.437
	Possui								
Constante		-2.537	.194	170.63	1	.000	.079		

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar o quadro acima, considerando-se a variável região, os jovens das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul têm 2,7 vezes mais chance de permanecer no

campo ou no mesmo município do que os da região Centro-Oeste, porque muitos dos que residem no Centro-Oeste são migrantes.

Dentre os jovens que vivem no meio rural dos estados e municípios da região Centro-Oeste, apenas 40% deles lá nasceram e nunca saíram. Por outro lado, no Nordeste e nas outras regiões essa relação aponta que é contrária, acima de 70% dos jovens ainda não migraram.

Em respeito à idade e tomando a categoria dos jovens mais velhos (20 a 29 anos) como referência, observa-se que os jovens mais novos (15 a 19 anos) têm 32% a mais de chance de permanecerem no mesmo município.

Quando se analisa a variável pessoa de referência do domicílio, o filho e/ou responsável têm chances, aproximadamente, de 30% a mais de permanecer, em comparação com a categoria “cônjuge e outro parente”.

Quanto à cor ou raça declarada pelo jovem rural, nota-se que a variável é significativa no modelo. Entretanto, a única categoria que se revelou capaz de inferir sobre a razão de chances é a “indígena/amarela” que apresenta 2,3 mais chances de permanecer do que os que se declararam “pretos”².

A variável estado civil foi analisada por meio da utilização da variável - código V4111 da Pnad: Vive em companhia com cônjuge ou companheiro? Utilizou-se essa variável, como uma proxy para a variável V4011 – estado civil. Isso foi feito devido à ausência de não respostas na variável V4111. Concluiu-se, então, que os jovens que nunca viveram junto têm 64% a mais de chance de permanecer, quando comparados aos que sim, “vivem juntos” ou “não, mas já viveram juntos”.

Em se tratando da variável renda domiciliar per capita também é variável significativa para o modelo. Os jovens que afirmaram ter renda inferior a até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente, têm a maior probabilidade de permanência, 54%. Em termos comparativos, enquanto isso para os que auferem renda domiciliar per capita pouco mais elevada - entre $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e 1 salário mínimo - a probabilidade de permanência é maior em 27% com respeito aos jovens que afirmaram ter renda acima de 1 salário mínimo ou não auferia renda.

Vis-à-vis o tipo de ocupação principal dos jovens na semana de referência da pesquisa, os que trabalhavam com empreendimento agrícola têm 23% a mais de

² Para a auto declaração da cor/raça da pessoa utilizou-se o termo técnico utilizado conforme consta na base de dados do IBGE.

chances de permanecer, quando comparados com os que não trabalham com atividade agrícola. Os jovens que não realizavam afazeres domésticos também apresentam 12% a mais de chances de permanecer se comparados aos que realizam afazeres domésticos.

Em se tratando das características do domicílio, a variável tipo de ocupação também foi bem significativa para o modelo. O fato de o domicílio ser próprio aumenta em 94% as chances de o jovem permanecer, quando este segmento é comparado aos jovens que não possuem domicílio próprio. Cabe igualmente registrar que ao se comparar a variável densidade, quando há mais de 1 (uma) pessoa por dormitório à categoria “de até 1 (uma) pessoa por dormitório”, a permanência da população compreendida sob a categoria “mais de uma pessoa por dormitório” é 31% superior a compreendida pela categoria de domicílios com menor densidade, “de até 1 (uma) pessoa por dormitório”.

Ademais, ao analisar as condições de infraestrutura, tais como: a existência no domicílio de banheiro, ressalta o fato que a não existência de banheiro no domicílio aumenta a chance em 43% quando comparada essa situação com as do que dispõem de banheiro. Observa-se que dispor de domicílio próprio aumenta a chance de permanência, mas há que sublinhar: os que mais permanecem são os que vivem condições menos favoráveis em termos de infraestrutura.

Em relação aos bens duráveis, tais como: celular, freezer, rádio, veículos e registra-se que todos esses itens foram significativos para o modelo. O fato, portanto, de não terem celular, nem “freezer” em seu domicílio aumenta a chance de os jovens permanecer em 24% e 20%, respectivamente. No caso do rádio, a relação é inversa, o fato de não ter rádio reduz a probabilidade de permanência.

Para a variável veículo, composta pelas categorias “tem carro”, “tem moto”, “tem carro e moto” e “não tem nem carro, nem moto”, tomou-se como categoria de referência o jovem “ter carro”. Nesse esquema, o jovem dispor “de moto ou carro, alternativamente”, ou “carro e moto” aumenta a probabilidade de permanência em 17% em relação a possuir somente carro. Quanto aos jovens que não dispõem “nem de carro, nem de moto” as chances de permanência são ainda maiores em relação aos que têm somente carro, 29%.

Nesse modelo, o objetivo foi indicar a força de cada variável em relação a variável independente, permanência do jovem que vive no meio rural no mesmo

município, pois não há como afirmar, com total certeza, que esta variável se refere a permanência no campo, devido a limitação da construção da variável. No entanto, há indícios de que a variável independente poderia se referir a permanência no campo, pelos resultados encontrados nas variáveis explicativas condição de ocupação (casa própria) e tipo de atividade agrícola, quando a probabilidade de permanência aumenta nessas duas situações, além de terem sido retiradas da amostra as regiões metropolitanas e os municípios autorrepresentativos.

A partir dos resultados do modelo ainda seria possível calcular a probabilidade de cada indivíduo permanecer no campo ou no município, aplicando os resultados encontrados à equação do modelo.

Vale ressaltar alguns pontos importantes, indicados no modelo, e confrontá-los com os principais achados do referencial teórico sobre os fatores que implicam a permanência do jovem no campo.

Durston (2000) afirma que a permanência ou o êxodo para outras zonas ou cidades depende de muitas variáveis, e que o fenômeno não se manifesta da mesma maneira para todos os jovens, em todos os territórios rurais. Nesse caso, observou-se que a faixa etária mais jovem tem maior chance de permanência no meio rural. Isso pode ser explicado pela associação direta a dois fatores: o primeiro, relacionado a maior dependência dos jovens às respectivas famílias. Quando se compara esses jovens aos de faixas etárias mais elevadas, os últimos já estão mais preocupados com sua autonomia e independência. O segundo fator seria a taxa de fecundidade. Essa, apesar de se haver reduzido, ao longo das últimas décadas, também no meio rural, apresenta menor escala quando comparada ao meio urbano. Ou seja, existem proporcionalmente mais jovens em faixas etárias mais novas no meio rural, quando esse é comparado ao urbano.

De acordo com Sili, Fachelli e Meiller (2016), muitos estudos apontam a relação direta entre o aumento do nível educacional e a propensão de migrar. No entanto, o tipo de formação, especialmente a educação combinada com a realização dos trabalhos agrícolas, evita a saída dos jovens do campo. No modelo, o maior nível de anos de estudo aumenta a chance de permanência no campo. Ou seja, a variável anos de estudo foi significativa para o modelo, o que pode indicar que as políticas educacionais têm surtido efeito no meio rural fazendo com que os jovens com mais

anos de estudos permaneçam mais no campo quando comparados aos jovens com menos anos de estudo.

De acordo com Barcellos (2014) a saída dos jovens do campo para o meio urbano pode estar associada a fatores como: falta de renda própria, alternativas para o desenvolvimento profissional, políticas públicas que garantam a permanência dos jovens, infraestrutura, desejo de constituir nova família, educação, cultura e lazer; entre outros. No entanto, devido à baixa escolarização dos que saem, esses se deparam, em geral, com possibilidades de emprego que não garante sua autonomia. Além disso, o alto custo de vida no meio urbano e o próprio desemprego nas cidades são fatores que tendem a impulsionar o jovem para o movimento de migração de retorno.

Por meio dos resultados gerados pelo modelo, pôde-se confirmar que os jovens com renda mais baixa têm maior chance de permanência no campo. No mesmo sentido, observou-se que os jovens com menor acesso a infraestrutura são os que têm maior chance de permanecer no campo ou no mesmo município. Em se tratando do jovem que dispõe de rádio no domicílio, a relação foi inversa, ou seja, dispor de rádio diminui a probabilidade de permanência no campo. Esse resultado também corrobora a teoria, ao mostrar que jovens com maior acesso a meios de comunicação têm maior chance de migrar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica demográfica brasileira mostra que a população vem envelhecendo. Isto é, a base da pirâmide da população vem diminuindo, o que significa redução da taxa de fecundidade. Ao mesmo tempo em que seu topo vem se alargando, ou seja, a expectativa de vida ao nascer tem crescido, conseqüentemente aumenta a participação da população mais velha. Essa dinâmica tem levado um aumento significativo de pessoas que se encontram na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Neste trabalho foi proposta a utilização da análise de regressão logística a um caso concreto, aplicando os dados ao estudo de permanência no município ou não do jovem que vive no campo. A juventude rural vive o dilema entre ficar e sair do campo. Sair em busca de melhores oportunidades, satisfação econômica, social e organizativa, que possam conduzi-la a sua independência e autonomia, ou ficar e lutar por melhores condições de vida. Os jovens rurais são considerados os que irão reproduzir o modo de produção agrícola utilizado pelas famílias rurais e, com isso, estender no tempo a segurança alimentar e o abastecimento interno do Brasil, garantidos pela agricultura familiar.

O primeiro capítulo foi dedicado ao levantamento do que orientam os estudos sobre o referencial teórico da juventude rural. Buscou-se trazer à tona os temas que orbitam a temática da juventude rural, tais como: o conceito de juventude, sua heterogeneidade, a sucessão familiar e a quebra dos mecanismos de transmissão de herança, a incidência da masculinização do campo, o peso da invisibilidade, a busca da autonomia, a importância do reconhecimento da categoria da agricultura familiar, do PRONAF e a consideração de políticas públicas voltadas para o meio rural e de políticas públicas direcionadas, especificamente, para o público da juventude rural, o envolvimento dos jovens rurais com movimentos sociais, o êxodo rural.

Foi possível constatar que muitos desses aspectos estão relacionados à questão da migração ou, no outro polo, na temática da permanência do jovem no campo. Para tanto, na parte metodológica, foram definidas as ferramentas estatísticas utilizadas no decorrer do trabalho, bem como as análises descritivas dos dados, o que permitiu visão panorâmica da juventude rural. Nessa etapa do trabalho, alguns dos resultados encontrados foram: a população jovem rural economicamente ativa corresponde a 59%; no meio urbano, 58% dos chefes de domicílio são homens, no

meio rural esse percentual corresponde a 76%. Isso mostra a maior desigualdade por sexo no meio rural. No que se refere à jornada de trabalho, na região Sul, 73% dos jovens rurais ocupados têm jornada de trabalho acima de 40 horas semanais, na região Norte esse percentual é menor, 41% deles trabalham mais de 40 horas por semana.

A análise exploratória foi reforçada pelo exame de componentes principais que possibilitou comparar as variáveis mais significativas, ou seja, as que diferenciam a juventude urbana da juventude rural. O que se observa no grupo dos jovens rurais é que a componente que mais explica a variação dos dados se refere aos jovens rurais ocupados com atividades agrícolas e que começaram a trabalhar mais cedo, antes de 15 anos de idade. Na base de jovens urbanos, a primeira componente é composta pelos jovens urbanos ocupados, que trabalham com carteira assinada, possuem a maior jornada de trabalho e contribuem para Previdência. Outra diferença apontada foi que os itens de infraestrutura não discriminam a base de jovens urbanos diferentemente do que ocorre para a base de jovens rurais, o que indica que existe maior desigualdade em relação à infraestrutura no meio rural.

Foi igualmente aplicado o modelo de regressão logística para analisar os fatores que mais influenciam a permanência no município do jovem que vive no campo. Por meio da aplicação do modelo de regressão logística foi possível identificar as variáveis que mais influenciam na variável permanência.

Como resultado desse esforço que configuram no levantamento do referencial teórico sobre a juventude rural e da análise quantitativa de dados secundários, em termos muito resumidos, pode-se concluir que a análise da permanência do jovem que vive no campo, no município, por meio da aplicação do modelo logit para os dados da PNAD de 2015 revelou, em termos substantivos, que as categorias das variáveis que apresentaram maior chance de permanência, e por isso consideradas as mais significativas, foram:

- A categoria da variável "demais regiões" comparada com a categoria de referência "região Centro-Oeste" apresentou 2,7 mais chances de permanência no município, dentre os que vivem no campo;
- A categoria da variável cor ou raça "indígena/amarela" comparada com a cor "preta" apresentou 2,3 vezes mais chances de permanência no campo.

- Outra variável bem significativa para o modelo foi a categoria da variável: tipo de ocupação. Os jovens que "têm casa própria" apresentaram 94% mais chances de permanência no campo comparados aos que não têm casa própria.
- Revelou-se importante a variável renda. Os jovens com renda até $\frac{1}{4}$ de SM têm 54% a mais de chances de permanecer no campo ou no município quando comparados aos jovens com renda superior a 1 SM. Dentre os jovens com renda entre $\frac{1}{4}$ de SM e 1 SM, esses apresentam chances 27% maiores de permanecer quando comparados com a mesma categoria de referência (jovens com renda acima de 1 SM ou jovens sem renda)
- Os jovens que trabalham com atividade agrícola tiveram sua chance aumentada em 13% na permanência no campo.
- A variável estado civil se mostrou relevante, com 64% a mais de chances de permanência no campo para os jovens que "não, nunca viveram juntos", ou seja, os solteiros, quando comparados aos jovens que "vivem juntos" ou que "não vivem juntos, mas já viveram".
- As variáveis de infraestrutura e bens de consumo duráveis demonstraram significativas para o estudo, porém em sua maioria a não existência da infraestrutura ou do bem aumenta a probabilidade de permanência no campo.

Uma das limitações da pesquisa consistiu na criação da variável resposta do modelo, isto é, não foi possível identificar, com clareza, dentre os que permaneceram, se os mesmos realizaram algum movimento de migração dentro do próprio município com as variáveis disponíveis na base de dados da PNAD. Ou seja, mesmo sendo feito o recorte da base para os jovens que vivem no meio rural, a variável permanência, não pode ser considerada como os que de fato permaneceram no meio rural, pois a variável resposta só alcança a menor granularidade referente ao município.

Com vistas a minimizar o problema, apenas os municípios não autorrepresentativos da amostra da PNAD foram utilizados, enquanto que foram excluídos da análise os municípios grandes e populosos, assim como as regiões metropolitanas. Por isso, grande parte dos municípios brasileiros permaneceram na análise, ou seja, os que são de pequeno porte e caracterizados pela presença marcante do modo de vida rural.

Foi então possível reduzir os efeitos camuflados pela possível migração existente dentro do próprio município, aspecto não captado neste trabalho, uma vez

que ao migrar dentro do município, o jovem pode estar mudando para outro meio rural, ainda que, em termos administrativos esteja se transferindo para “meio urbano”.

Também não foi possível inserir no modelo todas as variáveis explicativas que se relacionavam ao referencial teórico. Por exemplo, a existência de políticas públicas no meio rural, a participação dos jovens em movimentos sociais, esporte e lazer, variáveis que não foram consideradas no modelo de regressão logística, mas que têm peso importante quanto a decisão de permanecer ou não no meio rural.

Dessa forma, a dissertação contribui para o estudo do referencial teórico existente sobre a juventude rural, aplicando-o à análise quantitativa. Porém, o estudo não é exaustivo. Ou seja, pode ser ampliado e aprimorado futuramente.

Algumas sugestões para o aperfeiçoamento poderiam enfatizar análises quantitativas, com maior precisão da definição da variável resposta, e incluir variáveis explicativas que, no presente modelo, não foram consideradas. Igualmente poderia ser efetuada conjunção da técnica de componentes principais aplicada ao modelo de regressão logística para representar uma gama maior de variáveis. Isso com vistas a reduzir o número de variáveis no modelo e dele retirar uma eventual multicolinearidade entre as variáveis independentes. Outro aperfeiçoamento seria a aplicação de pesquisa quanti-quali que muito contribuiria, idealmente à compreensão dos motivos que levam uma parte dos jovens a nunca deixar o meio rural.

A análise dos dados sinaliza alguns pontos relevantes no que se refere aos jovens que vivem no meio rural. Na literatura, pesquisadores indicam que o meio rural é um local potencialmente rico, e também apontam para a necessidade de sua valorização. Esse espaço permite desenvolver diferentes tipos de atividades pujantes, e não apenas a sobrevivência de atividades agrícolas tradicionais. Pode, também, imbricar interesses diversos que, em sinergia, apontariam para o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de vida de diferentes grupos. Entretanto, ainda nos dias de hoje, há muito o que se investir para que o meio rural seja mais atrativo, de tal forma mobilizando a juventude que lá deseje permanecer. No entanto, importante destacar que, conforme aponta Ángeles Armisen durante o “II Congreso de Despoblación en el Medio Rural”, em 2017, um problema rural necessita de uma solução rural, e não decisões tomadas verticalmente, a partir das necessidades das cidades.

REFERÊNCIAS

AMABILE, A. E. N. Políticas públicas. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N.(Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

AGRONEGÓCIOS. Despoblación rural y reto demográfico, “desafíos históricos de magnitudes colosales”. 2017. Disponível em: <<https://www.agronegocios.es/despoblacion-rural-reto-demografico-desafios-historicos-magnitudes-colosales>>

BARCELLOS, S. B. A constituição das políticas públicas para a juventude rural: relações de interdependência entre sociedade civil e estado. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**, v. 16, p. 25, 2013.

_____. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

_____. A juventude rural enquanto ator político atuando na configuração de políticas públicas no Brasil. **Encontro Anual da Anpocs**, v. 39, p. 32, 20 dez., 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> >.

BARRETO, S. B; BARBIERI, C. B.; DEL GROSSI, M. E.; GUGEL, J. T. **Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar**. III Congresso Internacional de Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural. 2017.

BARRETO, S. B, DEL GROSSI, M. E, BARBIERI, C. B, SCHULTER, E. P. **Selos como estratégia de criação de mercado: o caso do selo de identificação da participação da agricultura familiar**. 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Grande do Sul, 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-no>

voportal/sociais/protecao-social/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads>.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2015. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>>.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual de Operações**. Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária. Brasília, 2004. Disponível em:< [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/projetos-e-programas/pronera /manual_pronera_-_18.01.16.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/projetos-e-programas/pronera/manual_pronera_-_18.01.16.pdf)> Acesso em: dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. 2017. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14147-projovem-campo-saberes-da-terra>> Acesso em: out. 2017.

BRASIL. Presidência da República e Casa Civil. **Lei Nº 12.852**. Estatuto da Juventude. Brasília, 2013.

BRASIL. Presidência da República e Casa Civil. **Decreto Nº 8.736**. Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Brasília, 2016.

BREMM, C. et al. Ser jovem rural no século XXI: desafios e perspectivas na região central do Rio Grande do Sul. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, v. 55, p. 20, 2017.

BRUMMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

_____. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República Brasília, 2014.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Texto para Discussão**, IPEA, v. 621, 1999.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. E. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CASTRO, A. M. G.; LIMA, S. M. V.; SILVA, J. F. V. **Complexo agroindustrial de biodiesel no Brasil: competitividade das cadeias produtivas de matérias-primas.** Brasília: Embrapa Agroenergia, 2010.

CASTRO, A. M. G. et al. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil.** Brasília: MDA, 2013.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales: Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, 2009.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Boletim Cepea do Agronegócio Brasileiro**, v. 1, n.6, 2017.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 415–432, 2013.

DANTAS, R. M.; COSTA, M. P. Territórios rurais no Brasil e suas estratégias de desenvolvimento. **Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia**, v. 1, 2014.

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, VI. P. M. A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, p. 127–157, 2010.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. F. O novo rural brasileiro. In: **Ocupações rurais não-agrícolas.** IAPAR, 1999.

DURSTON, J. **Construção do Capital Social em comunidades rurais (Onde ele não existe).** Santiago – Chile: CEPAL, 1998.

DURSTON, J. **Juventud rural y desarrollo en America Latina: estereotipos y realidades**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

GALINDO, E. Em pauta: juventude rural e políticas públicas. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República Brasília, 2014.

GUIMARÃES, G. M. et al. Novas sociabilidades no rural contemporâneo: do isolamento da juventude rural ao protagonismo enquanto categoria sociopolítica emergente. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, v. 53, p. 13, 2015.

GUJARATI, D. **Econometrics by example**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. Wiley Interscience, 2000.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379–408, 2004.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E. R. A.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

LIMA, S. M. V. et al. **Juventude rural e as políticas e programas de acesso à terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2013.

LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. Dinâmica Temporal do Assentamento e os Projetos de Vida da Juventude Rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 4, p. 571–588, 2015.

MANLY, B.F.J. **Multivariate statistical methods**. Chapman & Hall, 1994.

MARTINS, C. S. P.; MONTEIRO, M. D. S.; SANTOS, M. N. A. Ser jovem na cidade: uma experiência marcada pela inserção social. **Revista de Geografia**, v. 1, n. esp. p. 1–8, 2013.

NEVES, J. A. S. **Mobilidade social e agricultura familiar no Brasil do século XXI**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

OLIVEIRA, H. C. G. **Migração de retorno para a região do semiárido setentrional brasileiro**: evidências dos períodos 1995/2000 e 2005/2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada**, v. 15, n. 1, p. 136–150, 2014.

OLIVEIRA, N. **Nova proposta de classificação territorial do IBGE vê o Brasil menos urbano**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/nova-proposta-de-classificacao-territorial-do-ibge-ve-o-brasil-menos-urbano>>. Acesso em: 8 set. 2017.

OLIVEIRA, W. M. **O processo de sucessão em empreendimentos agrícolas**: um estudo sobre a continuidade das fazendas de café em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, O.; PRADO, M. A. M. A categoria juventude em contextos rurais: o dilema da migração. In: OLIVEIRA JR. J. F. L.; DIMENSTEIN, M. (Org.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EdUFRN, 2013.

PERAFÁN, M. E. V.; WALTER, M. I. M. T. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 19. Nº 31. Pg. 72-90. Agosto, 2016.

PEREIRA, V. S.; SILVA, A. W. B. Políticas públicas e desenvolvimento rural: o caso de São Thomé das Letras. **Anais do 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2009.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Resr**, v. 52, n. 1, p. S063–S084, 2015.

PIZZINATO, A. et al. Juventude feminina do meio rural: sentidos sobre educação e perspectivas sobre futuro. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 1, p. 41–51, abr., 2017.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. Á. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais do I Círculo de Debates Acadêmicos**, v. 1, p. 1-20, 2011.

REDIN, E. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educar em Revista**, v. 63, n. 63, p. 237–252, mar., 2017.

RIZZI, R. G.; DULCI, L. B.; OLIVEIRA, L. T. L.; LIMA, L. C. **Juventude rural na agenda governamental**: construção de um plano nacional. SEAD, 2016. (no prelo)

RODRIGUEZ, C. J. S.; CONTERATO, M. A. Entre trajetórias e estratégias de vida: a importância do programa nacional de crédito fundiário no acesso à terra pela juventude rural no estado do Espírito Santo. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 165–182, 2016.

SABOURIN, E.; SAMPER, M.; GILLES, M. Políticas públicas para as agriculturas familiares: existe um modelo Latino-americano? 2014. **Anais do IV Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SEYFERTH, G. Imigrantes Colonos: Ocupação Territorial e Formação Camponesa no Sul do Brasil. In: NEVES, D. P. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: EdUNESP/ Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SILI, M; FACHELLI, S; MEILLER, A. Juventud rural: factores que influyen en el desarrollo de la actividad agropecuaria. Reflexiones sobre el caso argentino. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 54, n. 4, p. 635-652, dez., 2016.

SILVA, M. L. et al. fatores determinantes para a sucessão familiar das propriedades rurais da Região Oeste de Santa Catarina. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, v. 55, p. 15, 2017.

SOUZA, E. C. **Análise de influência local no modelo de regressão logística**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2006.

STROPASOLAS, W. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

TAFFAREL, C. N. Z. et al. Círculos de estudos, esporte, lazer e artes com a juventude em áreas de reforma agrária: a experiência com os jovens do Recôncavo da Bahia e a elevação do pensamento teórico. **Revista Pedagógica**, v. 15, n. 31, ago., 2014.

TROIAN, A. Jovens da região central do Rio Grande do Sul: perspectivas e políticas para permanência no meio rural. **IDeAS**, v. 8, n. 1, p. 104-134, 2014.

TROIAN, A. et al. Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: um estudo de caso. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 349-374, 2011.

TROILO, G.; ARAÚJO, M. N. R. DE. O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino. **Revista Nera**, v. 19, n. 34, p. 144-156, 2016.

VALADARES, A. A. O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais. **Texto para discussão**. IPEA, 2014.

VALADARES, A. A. et al. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (Org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Convênio FIPE – IICA. MDA/CNDRS/ NEAD, 2001.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade**. Brasília: IPEA, 2017.

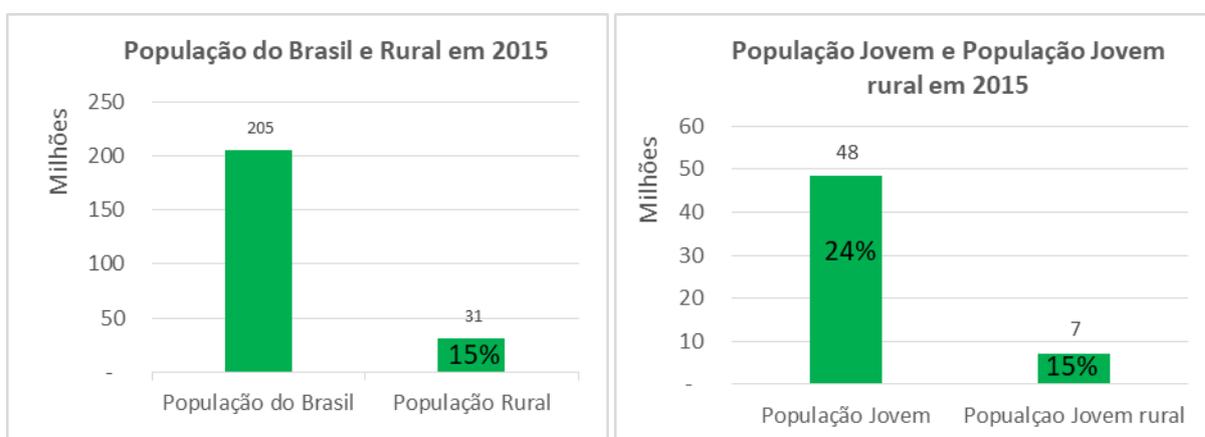
WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonho para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

APÊNDICES

RESULTADOS DA ANÁLISE DESCRITIVA

APÊNDICE A

Gráfico 2: População do Brasil, população rural, população jovem e população jovem rural em 2015



Fonte: IBGE/Pnad 2015, elaborado pela autora

APÊNDICE D

SINTAXE DA ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS

```
GET
FILE=
'C:\Users\camila\Documents\Camila\PROPAGA\MauroGrossi_orientador\analise_estatistica\Completa2015'+
'.sav'.
DATASET NAME A1 WINDOW=FRONT.
```

```
*****
*BASE JOVENS RURAIS.
*****
```

```
*seleciona somente rural.
FILTER OFF.
USE ALL.
SELECT IF (V4728 >= 4 & V4728 <=8).
EXECUTE.
```

```
*Seleciona somente pessoas entre 15 e 29 anos.
FILTER OFF.
USE ALL.
SELECT IF (V8005 >= 15 & V8005 <=29).
EXECUTE.
```

```
*seleciona somente domicilios particulares permanentes.
FILTER OFF.
USE ALL.
SELECT IF (V0201 = 1).
EXECUTE.
```

```
*Seleciona somente pessoas que informaram os anos de estudo.
FILTER OFF.
USE ALL.
SELECT IF (V4803 < 17).
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0101.
```

```
WEIGHT OFF.
```

```
FREQUENCIES V0101.
```

```
IF (V0302 = 2) V2_Sexo=1.
IF (V0302 = 4) V2_Sexo=0.
EXECUTE.
```

FREQUENCIES V0302 V2_Sexo.

IF (V8005 >= 15 & V8005 <= 19) V3_Faixa_etaria=0.

IF (V8005 >= 20 & V8005 <= 24) V3_Faixa_etaria=1.

IF (V8005 >= 25) V3_Faixa_etaria=1.

EXECUTE.

FREQUENCIES V8005 V3_Faixa_etaria.

IF (V0401 = 1) V4_Pessoa_referencia=1. /*referencia.

IF (V0401 = 2) V4_Pessoa_referencia=0. /*conjuge.

IF (V0401 = 3) V4_Pessoa_referencia=0. /*filho.

IF (V0401 = 4) V4_Pessoa_referencia=0. /*outro parente.

EXECUTE.

IF (V0401 = 1) V4_Pessoa_filho=0. /*referencia.

IF (V0401 = 2) V4_Pessoa_filho=0. /*conjuge.

IF (V0401 = 3) V4_Pessoa_filho=1. /*filho.

IF (V0401 = 4) V4_Pessoa_filho=0. /*outro parente.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0401 V4_Pessoa_referencia V4_Pessoa_referencia.

IF (V0404 = 2) V5_Cor=0. /*branca.

IF (V0404 = 4) V5_Cor=1. /*preta,.

IF (V0404 = 8) V5_Cor=1. /*parda,.

IF (V0404 = 6 OR V0404 = 0) V5_Cor=0. /*indigena e amarela.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0404 V5_Cor.

IF (V4111 = 1) V6_Vivejunto=0. /*sim.

IF (V4111 = 3) V6_Vivejunto=0. /*não, mas ja viveu.

IF (V4111 = 5) V6_Vivejunto=1. /*não, nunca viveu.

EXECUTE.

FREQUENCIES V4111 V6_Vivejunto.

IF (V4803 <= 12) V10_Anos_Estudo1=0. /*até 2do grau.

IF (V4803 > 12) V10_Anos_Estudo1=1. /*Apos 2do grau.

EXECUTE.

IF (V4803 <= 9) V10_Anos_Estudo2=0. /*até 1do grau.

IF (V4803 > 9 & V4803 <= 12) V10_Anos_Estudo2=1. /*Apos 1do grau.

IF (V4803 > 12) V10_Anos_Estudo2=1. /*Apos 1do grau.

EXECUTE.

FREQUENCIES V4803 V10_Anos_Estudo2.

```
IF (v9892 <=14 ) V11_idade_trabalho4=1. /*antes dos 14 anos.  
IF (v9892 > 14) V11_idade_trabalho4=0. /*maior do que 14 anos.  
IF (MISSING(V9892)) V11_idade_trabalho4=0. /*sem inf.  
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES v9892 V11_idade_trabalho4.
```

```
IF (V4743 =0 ) V11_renda6=0.  
IF (V4743 =1 ) V11_renda6=0.  
IF (V4743 =2 ) V11_renda6=0.  
IF (V4743 =3 ) V11_renda6=0.  
IF (V4743 =4 OR V4743 =5 OR V4743 =6 OR V4743 =7 ) V11_renda6=1.  
IF (MISSING(V4743) ) V11_renda6=0.  
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V4743 V11_renda6.
```

```
Execute.
```

```
IF (V4704 = 1 ) V14_Condicao_ativ=1. /*EA.  
IF (V4704 = 2) V14_Condicao_ativ=0. /*NEA.  
EXECUTE.  
FREQUENCIES V4704 V14_Condicao_ativ.
```

```
IF (V4805 = 1 ) V15_Condicao_ocu=1. /*Ocupada.  
IF (V4805 = 2) V15_Condicao_ocu=0. /*N_ocupada.  
IF (MISSING(V4805)) V15_Condicao_ocu=0. /*SI=NEA.  
EXECUTE.  
FREQUENCIES V4805 V15_Condicao_ocu .
```

```
IF (V4808 = 1 ) V15_Agricola=1. /*sim.  
IF (V4808 = 2) V15_Agricola=0./*não.  
IF (MISSING(V4808)) V15_Agricola=0./*sem informação.
```

```
FREQUENCIES V4808 V15_Agricola v4718.
```

```
IF (V4707 <= 2 ) V21_horas_semana=0.  
IF (V4707 > 2 & V4707 <=5) V21_horas_semana=1.  
IF (MISSING(V4707)) V21_horas_semana=0. /*nao trabalha.
```

```
FREQUENCIES V4707 V21_horas_semana.
```

```
IF (V9121 = 1 ) V21_Afazeres_domesticos2=1. /*Sim.  
IF (V9121 = 3) V21_Afazeres_domesticos2=0. /*Não.  
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V9121 V21_Afazeres_domesticos2.
```

```
IF (V4706 = 1 OR V4706 =2 OR V4706 =3 OR V4706 =6 OR V4706 =10 ) V16_Posicao_ocupacao5=1.  
IF (V4706 = 7 OR V4706 =9 OR V4706 =11 OR V4706 =12 OR V4706 =13 OR V4706 =4 ) V16_Posicao_ocupacao5=0.
```

IF (MISSING(V4706)) V16_Posição_ocupação5=0.
EXECUTE.

FREQUENCIES V4706 V16_Posição_ocupação5.
*.

FREQUENCIES V4706.

IF (V4711 = 1) V22_Previdencia=1. /*contribuinte.
IF (V4711 = 2) V22_Previdencia=0./*não contribuinte.
IF (MISSING(V4711)) V22_Previdencia=0./*nao trab.
FREQUENCIES V4711 V22_Previdencia.

RECODE V0205 (1=1) (2=1) (3=1) (4=0) (5=0) (6=2) (7=2) (8=2) (9=2) (10=3) (11=3) (12=3) (13=3) (14=3) (15=3) (16=3)
(17=3) (18=3) INTO P34_comodos.

FREQUENCIES V0205 P34_comodos .

Execute.

Compute P34_densidade_dom=V0105/V0206.

Execute.

IF (P34_densidade_dom <= 1) V34_densidade_dom3=0.
IF (P34_densidade_dom > 1 & P34_densidade_dom <= 2) V34_densidade_dom3=1.
IF (P34_densidade_dom > 2 & P34_densidade_dom <= 3) V34_densidade_dom3=1.
IF (P34_densidade_dom > 3) V34_densidade_dom3=1.
FREQUENCIES V34_densidade_dom3 P34_densidade_dom.

Execute.

IF (V0207 =1) V34_oucp_dom=1. /*proprio ja pago.
IF (V0207 =2) V34_oucp_dom=1. /*proprio pagando.
IF (V0207 =3) V34_oucp_dom=0. /*alugado.
IF (V0207 =4) V34_oucp_dom=0. /*cedido por empregador.
IF (V0207 =5) V34_oucp_dom=0. /*cedido de outra forma.
IF (V0207 =6) V34_oucp_dom=0. /*outra condição.
EXECUTE.

FREQUENCIES V0207 V34_oucp_dom .

Execute.

IF (V0211 =1) V35_agua_canalizada=1. /*possui.
IF (V0211 =3) V35_agua_canalizada=0. /*nao possui.
EXECUTE.

FREQUENCIES V0211 V35_agua_canalizada .

Execute.

IF (V0212 =2) V35_tipo_agua=1. /*rede geral.
IF (V0212 =4) V35_tipo_agua=0. /*poço.
IF (V0212 =6) V35_tipo_agua=0. /*outra.
IF (MISSING(V0212)) V35_tipo_agua=0. /*nao inf.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0212 V35_tipo_agua.

Execute.

IF (V0215 =1) V36_banheiro=1. /*possui.

IF (V0215 =3) V36_banheiro=0. /*nao possui.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0215 V36_banheiro.

Execute.

IF (V0217 =1) V36_escoadouro=1. /*Rede coletora de esgoto ou pluvial.

IF (V0217 =2) V36_escoadouro=1. /*Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.

IF (V0217 =3) V36_escoadouro=0. /*Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.

IF (V0217 =4) V36_escoadouro=0. /*Fossa rudimentar.

IF (V0217 =5 OR V0217 =6 OR V0217 =7) V36_escoadouro=0. /*vala ou Direto para o rio, lago ou mar ou outra forma .

IF (MISSING(V0217)) V36_escoadouro=0. /*nao inf.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0217 V36_escoadouro.

Execute.

IF (V0218 =1) V37_lixo=1. /*Coletado diretamente.

IF (V0218 =2) V37_lixo=1. /*Coletado indiretamente.

IF (V0218 =6) V37_lixo=0. /*outro destino.

IF (V0218 =3) V37_lixo=0. /*Queimado ou enterrado na propriedade.

IF (V0218 =4 OR V0218 =5) V37_lixo=0. /*Jogado em terreno baldio ou logradouro ou Jogado em rio, lago ou mar ou outro destino.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0218 V37_lixo.

Execute.

IF (V0220 =2) V40_celular=1. /*possui.

IF (V0220 =4) V40_celular=0. /*nao possui.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0220 V40_celular.

Execute.

IF (V02270 = 0) V43_tv_fina=0. /*nao possui.

IF (V02270 > 0) V43_tv_fina=1. /* possui tv_fina.

IF (MISSING(V02270)) V43_tv_fina=0. /*nao possui tv.

EXECUTE.

FREQUENCIES V02270 V43_tv_fina.

Execute.

IF (V0224 =2) V41_Tem_filtro_agua2=1. /*possui.

IF (V0224 =4) V41_Tem_filtro_agua2=0. /*nao possui.
EXECUTE.

FREQUENCIES V0224 V41_Tem_filtro_agua2.
Execute.

IF (V0225 =1) V42_Tem_radio2=1. /*possui.
IF (V0225 =3) V42_Tem_radio2=0. /*nao possui.
EXECUTE.

FREQUENCIES V0225 V42_Tem_radio2.
Execute.

IF (V0228 =2) V44_Tem_geladeira2=1. /*possui.
IF (V0228 =4) V44_Tem_geladeira2=1. /*possui.
IF (V0228 =6) V44_Tem_geladeira2=0. /*nao possui.
EXECUTE.

FREQUENCIES V0228 V44_Tem_geladeira2.
Execute.

IF (V0229 =1) V45_Tem_freezer2=1. /*possui.
IF (V0229 =3) V45_Tem_freezer2=0. /*nao possui.
EXECUTE.

FREQUENCIES V0229 V45_Tem_freezer2.
Execute.

IF (V0230 =2) V48_Tem_maqlavar2=1. /*possui.
IF (V0230 =4) V48_Tem_maqlavar2=0. /*nao possui.
EXECUTE.

FREQUENCIES V0230 V48_Tem_maqlavar2.
Execute.

IF (V0231 =1) V49_Tem_computador2=1. /*possui.
IF (V0231 =3) V49_Tem_computador2=0. /*nao possui.
EXECUTE.

FREQUENCIES V0231 V49_Tem_computador2.
Execute.

IF (V02322 =2) V51_Tem_internet2=1. /* possui.
IF (V02322 =4) V51_Tem_internet2=0. /*nao possui.

FREQUENCIES V02322 V51_Tem_internet2.
Execute.

IF (V2032 =8) V52_Tem_carramoto2=0. /*nao possui.
IF (V2032 =6) V52_Tem_carramoto2=1. /*carro e moto.

```
IF (V2032 =2) V52_Tem_carromoto2=1. /*carro.
IF (V2032 =4) V52_Tem_carromoto2=1. /*moto.
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V2032 V52_Tem_carromoto2.
Execute.
```

```
*****
*ACP – Jovens Rurais.
*****
```

FACTOR

```
/VARIABLES V3_Faixa_etaria_pin V4_Pessoa_referencia_pin V4_Pessoa_filho_pin V5_Cor_pin
V6_Vivejunto_pin V10_Anos_Estudo1_pin V10_Anos_Estudo2_pin V11_renda6_pin V14_Condicao_ativ_pin
V15_Condicao_ocu_pin V15_Agricola_pin V21_horas_semana_pin V21_Afazeres_domesticos2_pin
V16_Posição_ocupação5_pin V22_Previdencia_pin V34_densidade_dom3_pin V34_oucp_dom_pin
V35_agua_canalizada_pin V35_tipo_agua_pin V36_banheiro_pin V36_escoadouro_pin V37_lixo_pin
V40_celular_pin V43_tv_fina_pin V42_Tem_radio2_pin V44_Tem_geladeira2_pin V45_Tem_freezer2_pin
V48_Tem_maqlavar2_pin V49_Tem_computador2_pin V51_Tem_internet2_pin V52_Tem_carromoto2_pin
/MISSING LISTWISE
```

```
/ANALYSIS V3_Faixa_etaria_pin V4_Pessoa_referencia_pin V4_Pessoa_filho_pin V5_Cor_pin
V6_Vivejunto_pin V10_Anos_Estudo1_pin V10_Anos_Estudo2_pin V11_renda6_pin V14_Condicao_ativ_pin
V15_Condicao_ocu_pin V15_Agricola_pin V21_horas_semana_pin V21_Afazeres_domesticos2_pin
V16_Posição_ocupação5_pin V22_Previdencia_pin V34_densidade_dom3_pin V34_oucp_dom_pin
V35_agua_canalizada_pin V35_tipo_agua_pin V36_banheiro_pin V36_escoadouro_pin V37_lixo_pin
V40_celular_pin V43_tv_fina_pin V42_Tem_radio2_pin V44_Tem_geladeira2_pin V45_Tem_freezer2_pin
V48_Tem_maqlavar2_pin V49_Tem_computador2_pin V51_Tem_internet2_pin V52_Tem_carromoto2_pin
```

```
/PRINT INITIAL CORRELATION KMO EXTRACTION ROTATION
```

```
/FORMAT SORT BLANK(.10)
```

```
/CRITERIA MINEIGEN(1) ITERATE(25)
```

```
/EXTRACTION PC
```

```
/CRITERIA ITERATE(25)
```

```
/ROTATION VARIMAX
```

```
/SAVE REG(ALL)
```

```
/METHOD=CORRELATION.
```

```
*****
*BASE JOVENS URBANOS.
*****
```

```
GET
```

```
FILE=
```

```
'C:\Users\camila\Documents\Camila\PROPAGA\MauroGrossi_orientador\analise_estatistica\Completa2015'+
'.sav'.
```

```
DATASET NAME A1 WINDOW=FRONT.
```

```
*seleciona somente urbana.
```

```
FILTER OFF.
```

```
USE ALL.
```

```
SELECT IF (V4728 >= 1 & V4728 <=3).
EXECUTE.
```

```
*Seleciona somente pessoas entre 15 e 29 anos.
FILTER OFF.
USE ALL.
SELECT IF (V8005 >= 15 & V8005 <=29).
EXECUTE.
```

```
*seleciona somente domicilios particulares permanentes.
FILTER OFF.
USE ALL.
SELECT IF (V0201 = 1).
EXECUTE.
```

```
*Seleciona somente pessoas que informaram os anos de estudo.
FILTER OFF.
USE ALL.
SELECT IF (V4803 < 17).
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0101.
```

```
WEIGHT OFF.
```

```
FREQUENCIES V0101.
```

```
*****
*utilizar mesmos critérios da base jovem rural para a criação das variáveis jovem urbano.
*****
```

```
*****
*ACP – Jovesn Urbanos.
*****
```

```
FACTOR
```

```
/VARIABLES V3_Faixa_etaria_pin V4_Pessoa_referencia_pin V4_Pessoa_filho_pin V5_Cor_pin
V6_Vivejunto_pin V10_Anos_Estudo1_pin V10_Anos_Estudo2_pin V11_renda6_pin V14_Condicao_ativ_pin
V15_Condicao_ocu_pin V15_Agricola_pin V21_horas_semana_pin V21_Afazeres_domesticos2_pin
V16_Posição_ocupação5_pin V22_Previdencia_pin V34_densidade_dom3_pin V34_oucp_dom_pin
V35_agua_canalizada_pin V35_tipo_agua_pin V36_banheiro_pin V36_escoadouro_pin V37_lixo_pin
V40_celular_pin V43_tv_fina_pin V42_Tem_radio2_pin V44_Tem_geladeira2_pin V45_Tem_freezer2_pin
V48_Tem_maqlavar2_pin V49_Tem_computador2_pin V51_Tem_internet2_pin V52_Tem_carramoto2_pin
/MISSING LISTWISE
/ANALYSIS V3_Faixa_etaria_pin V4_Pessoa_referencia_pin V4_Pessoa_filho_pin V5_Cor_pin
V6_Vivejunto_pin V10_Anos_Estudo1_pin V10_Anos_Estudo2_pin V11_renda6_pin V14_Condicao_ativ_pin
V15_Condicao_ocu_pin V15_Agricola_pin V21_horas_semana_pin V21_Afazeres_domesticos2_pin
V16_Posição_ocupação5_pin V22_Previdencia_pin V34_densidade_dom3_pin V34_oucp_dom_pin
```

```
V35_agua_canalizada_pin V35_tipo_agua_pin V36_banheiro_pin V36_escoadouro_pin V37_lixo_pin  
V40_celular_pin V43_tv_fina_pin V42_Tem_radio2_pin V44_Tem_geladeira2_pin V45_Tem_freezer2_pin  
V48_Tem_maqlavar2_pin V49_Tem_computador2_pin V51_Tem_internet2_pin V52_Tem_carromoto2_pin  
/PRINT INITIAL CORRELATION KMO EXTRACTION ROTATION  
/FORMAT SORT BLANK(.10)  
/CRITERIA MINEIGEN(1) ITERATE(25)  
/EXTRACTION PC  
/CRITERIA ITERATE(25)  
/ROTATION VARIMAX  
/SAVE REG(ALL)  
/METHOD=CORRELATION.
```

APÊNDICE E

RESULTADOS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA

Saída do Modelo LOGITO

Resumo de processamento do caso

Casos não ponderados ^a		N	Porcentagem
Casos selecionados	Incluído na análise	9298	100,0
	Casos ausentes	0	,0
	Total	9298	100,0
Casos não selecionados		0	,0
Total		9298	100,0

a. Se a ponderação estiver em vigor, veja a tabela de classificação para o número total de casos.

Codificação de variável

dependente

Valor original	Valor interno
,00	0
1,00	1

Codificações de variáveis categóricas

	Frequência	Codificação de parâmetro			
		(1)	(2)	(3)	
P5_Cor	,00	667	,000	,000	,000
	1,00	200	1,000	,000	,000
	2,00	5813	,000	1,000	,000
	3,00	2618	,000	,000	1,000
P52_Tem_carromoto2	,00	1285	,000	,000	
	1,00	4773	1,000	,000	
	2,00	3240	,000	1,000	
P4_Pessoa_referencia	,00	2543	,000	,000	
	1,00	5519	1,000	,000	
	2,00	1236	,000	1,000	
P11_renda6	,00	1166	,000	,000	
	1,00	5554	1,000	,000	
	2,00	2578	,000	1,000	

P15_Agricola	,00	2098	,000	,000
	1,00	3025	1,000	,000
	2,00	4175	,000	1,000
P8_Filhos	,00	2996	,000	
	1,00	6302	1,000	
P3_Faixa_etaria	,00	4807	,000	
	1,00	4491	1,000	
P6_Vivejunto	,00	3813	,000	
	1,00	5485	1,000	
P10_Anos_Estudo3	,00	8885	,000	
	1,00	413	1,000	
P21_Afazeres_domesticos2	,00	6225	,000	
	1,00	3073	1,000	
P34_oucp_dom	,00	1985	,000	
	1,00	7313	1,000	
P51_Tem_internet2	,00	2431	,000	
	1,00	6867	1,000	
P45_Tem_freezer2	,00	1931	,000	
	1,00	7367	1,000	
P42_Tem_radio2	,00	6108	,000	
	1,00	3190	1,000	
P40_celular	,00	7422	,000	
	1,00	1876	1,000	
P34_densidade_dom3	,00	544	,000	
	1,00	8754	1,000	
P36_banheiro	,00	8057	,000	
	1,00	1241	1,000	
P1_Regiao1	,00	500	,000	
	1,00	8798	1,000	

Bloco 0: Bloco Inicial

Tabela de Classificação^{a,b}

Observado		Previsto			
		Permaneceu		Porcentagem correta	
		,00	1,00		
Etapa 0	Permaneceu	,00	0	2834	0.0
		1,00	0	6464	100.0
Porcentagem global					69.5

a. A constante está incluída no modelo.

b. O valor de recorte é ,500

Variáveis na equação

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 0 Constante	.825	.023	1339.539	1	.000	2.281

Variáveis não presentes na equação

		Pontuação	df	Sig.	
Etapa 0	Variáveis	P1_Regiao1(1)	280,201	1	,000
		P3_Faixa_etaria(1)	230,623	1	,000
		P4_Pessoa_referencia	374,569	2	,000
		P4_Pessoa_referencia(1)	373,209	1	,000
		P4_Pessoa_referencia(2)	65,835	1	,000
		P5_Cor	29,828	3	,000
		P5_Cor(1)	29,473	1	,000
		P5_Cor(2)	,226	1	,634
		P5_Cor(3)	,817	1	,366
		P6_Vivejunto(1)	455,241	1	,000
		P10_Anos_Estudo3(1)	,000	1	,990
		P11_renda6	131,427	2	,000
		P11_renda6(1)	14,244	1	,000
		P11_renda6(2)	99,065	1	,000
		P15_Agricola	63,834	2	,000
		P15_Agricola(1)	5,110	1	,024
		P15_Agricola(2)	20,732	1	,000
		P21_Afazeres_domesticos2(1)	46,019	1	,000
		P34_oucp_dom(1)	404,876	1	,000
		P34_densidade_dom3(1)	4,537	1	,033
		P36_banheiro(1)	80,281	1	,000
		P40_celular(1)	44,477	1	,000
		P42_Tem_radio2(1)	15,777	1	,000
		P45_Tem_freezer2(1)	31,116	1	,000
		P51_Tem_internet2(1)	27,907	1	,000
		P52_Tem_carromoto2	92,548	2	,000
		P52_Tem_carromoto2(1)	,534	1	,465
		P52_Tem_carromoto2(2)	47,355	1	,000
		P8_Filhos(1)	260,551	1	,000
	Estatísticas globais	1128,825	24	,000	

Bloco Final = Etapa 1 = Método Enter (Inserir)**Testes de coeficientes de modelo Omnibus**

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	1139,704	24	,000
	Bloco	1139,704	24	,000
	Modelo	1139,704	24	,000

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	10294,491 ^a	,115	,163

a. Estimação finalizada no número de iteração 5 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	6,058	8	,641

Tabela de Classificação^a

Observado		Previsto			
		Permaneceu		Porcentagem correta	
		,00	1,00		
Etapa 1	Permaneceu	,00	754	2080	26.6
		1,00	453	6011	93.0
Porcentagem global					72.8

a. O valor de recorte é ,500

Variáveis na equação

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
							Inferior	Superior
P1_Regiao1(1)	.996	.105	89.579	1	.000	2.707	2.202	3.326
P3_Faixa_etaria(1)	.277	.059	21.982	1	.000	1.319	1.175	1.481
P4_Pessoa_referencia			20.273	2	.000			
P4_Pessoa_referencia(1)	.268	.073	13.515	1	.000	1.308	1.133	1.509
P4_Pessoa_referencia(2)	.273	.079	12.022	1	.001	1.314	1.126	1.534
P5_Cor			18.793	3	.000			
P5_Cor(1)	.841	.238	12.435	1	.000	2.319	1.453	3.700
P5_Cor(2)	-.014	.094	.021	1	.885	.986	.820	1.186
P5_Cor(3)	.113	.101	1.236	1	.266	1.119	.918	1.365
P6_Vivejunto(1)	.498	.078	41.272	1	.000	1.645	1.413	1.915
P10_Anos_Estudo3(1)	.367	.122	9.045	1	.003	1.443	1.136	1.833
P11_renda6			21.063	2	.000			
P11_renda6(1)	.240	.079	9.335	1	.002	1.271	1.090	1.483
P11_renda6(2)	.436	.096	20.606	1	.000	1.546	1.281	1.866
P15_Agricola			10.251	2	.006			
P15_Agricola(1)	.206	.068	9.296	1	.002	1.229	1.076	1.402
P15_Agricola(2)	.173	.066	6.756	1	.009	1.188	1.043	1.354
P21_Afazeres_domesticos2(1)	.112	.055	4.088	1	.043	1.118	1.003	1.247
P34_oucp_dom(1)	.663	.058	129.719	1	.000	1.940	1.731	2.174
P34_densidade_dom3(1)	.270	.104	6.783	1	.009	1.310	1.069	1.606
P36_banheiro(1)	.346	.083	17.478	1	.000	1.413	1.202	1.662
P40_celular(1)	.216	.068	9.992	1	.002	1.241	1.085	1.418
P42_Tem_radio2(1)	-.197	.052	14.503	1	.000	.822	.743	.909
P45_Tem_freezer2(1)	.188	.062	9.098	1	.003	1.207	1.068	1.364
P51_Tem_internet2(1)	.157	.059	7.051	1	.008	1.170	1.042	1.314
P52_Tem_carromoto2			9.873	2	.007			
P52_Tem_carromoto2(1)	.160	.073	4.833	1	.028	1.173	1.017	1.353
P52_Tem_carromoto2(2)	.256	.082	9.842	1	.002	1.292	1.101	1.516
P8_Filhos(1)	.234	.066	12.699	1	.000	1.263	1.111	1.437
Constante	-2.537	.194	170.635	1	.000	.079		

Variável(is) inserida(s) na etapa 1: P1_Regiao1, P3_Faixa_etaria, P4_Pessoa_referencia, P5_Cor, P6_Vivejunto, P10_Anos_Estudo3, P11_renda6, P15_Agricola, P21_Afazeres_domesticos2, P34_oucp_dom, P34_densidade_dom3, P36_banheiro, P40_celular, P42_Tem_radio2, P45_Tem_freezer2, P51_Tem_internet2, P52_Tem_carromoto2, P8_Filhos.

APÊNDICE F

SINTAXE DA CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS, RECODIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS E DA CONSTRUÇÃO DO MODELO LOGITO

* Construção da base de dados.

```
GET FILE= 'C:\Users\camila\Documents\Camila\PROPAGA\MauroGrossi_orientador\analise_estatistica\Completa2015.sav'.
DATASET NAME A1 WINDOW=FRONT.
WEIGHT OFF.
```

*Modelo Final 1.

*seleciona somente rural.

```
FILTER OFF.
```

```
USE ALL.
```

```
SELECT IF (V4728 >= 4 & V4728 <=8).
```

```
EXECUTE.
```

*seleciona somente domicilios particulares permanentes.

```
FILTER OFF.
```

```
USE ALL.
```

```
SELECT IF (V0201 = 1).
```

```
EXECUTE.
```

*seleciona pessoa de referencia.

```
FILTER OFF.
```

```
USE ALL.
```

```
SELECT IF (V0401 >= 1 & V0401 <=4).
```

```
EXECUTE.
```

*Seleciona somente pessoas entre 15 e 29 anos.

```
FILTER OFF.
```

```
USE ALL.
```

```
SELECT IF (V8005 >= 15 & V8005 <=29).
```

```
EXECUTE.
```

*Seleciona somente pessoas que informaram os anos de estudo.

```
FILTER OFF.
```

```
USE ALL.
```

```
SELECT IF (V4803 < 17).
```

```
EXECUTE.
```

* Recodificação das variáveis para o modelo.

```
*****
```

*Variáveis para regressão logística.

```
*****
```

```

Alter Type UF (A2).
STRING V1_Regiao (A1).
RECODE UF ('11'='1') ('12'='1') ('13'='1') ('14'='1') ('15'='1') ('16'='1') ('17'='1')
('21'='2') ('22'='2') ('23'='2') ('24'='2') ('25'='2') ('26'='2') ('27'='2') ('28'='2') ('29'='2')
('31'='3') ('32'='3') ('33'='3') ('35'='3') ('41'='4') ('42'='4') ('43'='4') ('50'='5') ('51'='5') ('52'='5') ('53'='5') INTO V1_Regiao.
VARIABLE LABELS V1_Regiao 'Grandes Regiões'.
VALUE LABELS V1_Regiao
    '1'      'Norte'
    '2'      'Nordeste'
    '3'      'Sudeste'
    '4'      'Sul'
    '5'      'Centro-Oeste'.

```

```

FREQUENCIES VARIABLES=V1_regiao
/ORDER=ANALYSIS.

```

```

IF (V0501=1 & V0504 = 4 & V0511 = 3) Nao_migrou=1. /*não migrou.
IF (V0501=3 & V0502 = 2 & V0504 = 4 & V0511 = 3) Nao_migrou=2. /*não migrou.
IF (V0504 = 2 OR V0511 = 1) Nao_migrou=3. /* migrou.
IF (V5061=2 OR V5063 = 4 OR V5065 = 6 ) Nao_migrou=4. /* migrou.
IF (V0501=3 & V0502 = 4 & V0505 = 3 ) Nao_migrou=5. /* migrou.
IF (V0501 = 1 & V0504 = 4 & V0510 = 4) Nao_migrou=9./* ?.
IF (V0501=3 & V0502 = 2 & V0504 = 4 & V0510 = 4) Nao_migrou=8./* ?.
EXECUTE.

```

```

FREQUENCIES Nao_migrou.

```

*criar variável Migrou e Permaneceu.

```

IF (Nao_migrou <= 2) Permaneceu=1.
IF (Nao_migrou > 2 & Nao_migrou < 8) Permaneceu=0.
IF (Nao_migrou <= 2) Migrou=0.
IF (Nao_migrou > 2 & Nao_migrou < 8) Migrou=1.
EXECUTE.
FREQUENCIES Permaneceu Migrou.

```

*Manter na base somente os jovens que receberam a categoria permaneceu ou não permaneceu.

```

FILTER OFF.
USE ALL.
SELECT IF (Permaneceu <= 1).
EXECUTE.

```

* Codificação das variáveis.

```

IF (V1_Regiao = '1') P1_Regiao1=1.
IF (V1_Regiao = '2') P1_Regiao1=1.
IF (V1_Regiao = '3') P1_Regiao1=1.
IF (V1_Regiao = '4') P1_Regiao1=1.
IF (V1_Regiao = '5') P1_Regiao1=0.

```

EXECUTE.

FREQUENCIES P1_regiao1.

IF (V0302 = 2) P2_Sexo=1.

IF (V0302 = 4) P2_Sexo=0.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0302 P2_Sexo.

IF (V8005 >= 15 & V8005 <= 20) P3_Faixa_etaria=1.

IF (V8005 >= 21 & V8005 <= 24) P3_Faixa_etaria=0.

IF (V8005 >= 25) P3_Faixa_etaria=0.

EXECUTE.

FREQUENCIES V8005 P3_Faixa_etaria.

IF (V0401 = 1) P4_Pessoa_referencia=2. /*referencia.

IF (V0401 = 2) P4_Pessoa_referencia=0. /*cônjuge.

IF (V0401 = 3) P4_Pessoa_referencia=1. /*filho.

IF (V0401 = 4) P4_Pessoa_referencia=0. /*outro parente.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0401 P4_Pessoa_referencia.

IF (V0404 = 2) P5_Cor=3. /*branca.

IF (V0404 = 4) P5_Cor=0. /*preta,.

IF (V0404 = 8) P5_Cor=2. /*parda,.

IF (V0404 = 6 OR V0404 = 0) P5_Cor=1. /*indígena e amarela.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0404 P5_Cor.

IF (V4111 = 1) P6_Vivejunto=0. /*sim.

IF (V4111 = 3) P6_Vivejunto=0. /*não, mas já viveu.

IF (V4111 = 5) P6_Vivejunto=1. /*não, nunca viveu.

EXECUTE.

FREQUENCIES V4111 P6_Vivejunto.

IF (V4803 <= 12) P10_Anos_Estudo3=0. /*até 2do grau.

IF (V4803 > 12) P10_Anos_Estudo3=1. /*Apos 2do grau.

EXECUTE.

IF (V4803 <= 9) P10_Anos_Estudo2=0. /*até 1do grau.

IF (V4803 > 9 & V4803 <= 12) P10_Anos_Estudo2=1. /*Apos 1do grau.

IF (V4803 > 12) P10_Anos_Estudo2=2. /*Apos 1do grau.

EXECUTE.

FREQUENCIES V4803 P10_Anos_Estudo2.

IF (v9892 <=14) P11_idade_trabalho4=1. /*antes dos 14 anos.
 IF (v9892 > 14) P11_idade_trabalho4=0. /*maior do que 14 anos.
 IF (MISSING(V9892)) P11_idade_trabalho4=2. /*sem inf.
 EXECUTE.

FREQUENCIES v9892 P11_idade_trabalho4.

IF (V4720 =0) P11_renda5=2.
 IF (V4720 >0 & V4720 <=500) P11_renda5=1. /*renda até 440.
 IF (V4720 > 500 & V4720 <= 45000) P11_renda5=0. /*renda acima de 440 a 1200.
 IF (MISSING(V4720)) P11_renda5=2. /*sem inf.
 EXECUTE.

FREQUENCIES V4720 P11_renda5.

Execute.

IF (V4743 =1) P11_renda6=2.
 IF (V4743 =2) P11_renda6=1.
 IF (V4743 =3) P11_renda6=1.
 IF (V4743 =4 OR V4743 =5 OR V4743 =6 OR V4743 =7 OR V4743 =0) P11_renda6=0.
 IF (MISSING(V4743)) P11_renda6=1.
 EXECUTE.

FREQUENCIES V4743 P11_renda6.

Execute.

IF (V4704 = 1) P14_Condicao_ativ=0. /*EA.
 IF (V4704 = 2) P14_Condicao_ativ=1. /*NEA.

EXECUTE.

FREQUENCIES V4704 P14_Condicao_ativ.

IF (V4805 = 1) P15_Condicao_ocu=1. /*Ocupada.
 IF (V4805 = 2) P15_Condicao_ocu=0. /*N_occupada.
 IF (MISSING(V4805)) P15_Condicao_ocu=2. /*SI=NEA.
 EXECUTE.

FREQUENCIES V4805 P15_Condicao_ocu .

IF (V4808 = 1) P15_Agricola=1. /*sim.
 IF (V4808 = 2) P15_Agricola=0./*não.
 IF (MISSING(V4808)) P15_Agricola=2./*sem informação.

FREQUENCIES V4808 P15_Agricola v4718.

IF (V9005 = 1) P21_N_trabalhos3=1. /*Um.
 IF (V9005 = 3 OR V9005 = 5) P21_N_trabalhos3=0. /*Dois ou mais.

IF (MISSING(V9005)) P21_N_trabalhos3=2. /*nao trabalha.
EXECUTE.

FREQUENCIES V9005 P21_N_trabalhos3 .

IF (V4707 <= 2) P21_horas_semana=1.
IF (V4707 > 2 & V4707 <=5) P21_horas_semana=0.
IF (MISSING(V4707)) P21_horas_semana=2. /*nao trabalha.

FREQUENCIES V4707 P21_horas_semana.

IF (V9121 = 1) P21_Afazeres_domesticos2=0. /*Sim.
IF (V9121 = 3) P21_Afazeres_domesticos2=1. /*Nã.
EXECUTE.

FREQUENCIES V9121 P21_Afazeres_domesticos2.

IF (V4706 = 1 OR V4706 =3 OR V4706 =6 OR V4706 =7) P16_Posição_ocupação5=0.
IF (V4706 = 9 OR V4706 =10 OR V4706 =11 OR V4706 =12 OR V4706 =13 OR V4706 =4 OR V4706 =2)
P16_Posição_ocupação5=1.
IF (MISSING(V4706)) P16_Posição_ocupação5=1.
EXECUTE.

FREQUENCIES V4706 P16_Posição_ocupação5.

FREQUENCIES V4706.

IF (V4711 = 1) P22_Previdencia=1. /*contribuinte.
IF (V4711 = 2) P22_Previdencia=0./*nã contribuinte.
IF (MISSING(V4711)) P22_Previdencia=0./*nao trab.
FREQUENCIES V4711 P22_Previdencia.

RECODE V0205 (1=1) (2=1) (3=1) (4=0) (5=0) (6=2) (7=2) (8=2) (9=2) (10=3) (11=3) (12=3) (13=3) (14=3) (15=3) (16=3)
(17=3) (18=3) INTO P34_comodos.

FREQUENCIES V0205 P34_comodos .

Execute.

Compute P34_densidade_dom=V0105/V0206.

Execute.

IF (P34_densidade_dom <= 1) P34_densidade_dom3=0.
IF (P34_densidade_dom > 1 & P34_densidade_dom <= 2) P34_densidade_dom3=1.
IF (P34_densidade_dom > 2 & P34_densidade_dom <= 3) P34_densidade_dom3=1.
IF (P34_densidade_dom > 3) P34_densidade_dom3=1.
FREQUENCIES P34_densidade_dom3 P34_densidade_dom.

Execute.

IF (V0207 =1) P34_oucp_dom=1. /*proprio ja pago.
IF (V0207 =2) P34_oucp_dom=1. /*proprio pagando.
IF (V0207 =3) P34_oucp_dom=0. /*alugado.

```
IF (V0207 =4) P34_oucp_dom=0. /*cedido por empregador.
IF (V0207 =5) P34_oucp_dom=0. /*cedido de outra forma.
IF (V0207 =6) P34_oucp_dom=0. /*outra condição.
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0207 P34_oucp_dom .
Execute.
```

```
IF ((P34_oucp_dom =1) & (P7_chefe_jovem) =0) teste=3.
IF ((P34_oucp_dom =1) & (P7_chefe_jovem) =1) teste=2.
IF ((P34_oucp_dom =0) & (P7_chefe_jovem) =0) teste=1.
IF ((P34_oucp_dom =0) & (P7_chefe_jovem) =1) teste=0.
Execute.
FREQUENCIES teste.
```

```
IF (V0210 =2) P34_terreno_proprio=1. /*terreno proprio.
IF (V0210 =4) P34_terreno_proprio=2. /*terreno nao é proprio.
IF (MISSING(V0210) ) P34_terreno_proprio=0. /*sem inf.
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0210 P34_terreno_proprio .
Execute.
```

```
IF (V0211 =1) P35_agua_canalizada=0. /*possui.
IF (V0211 =3) P35_agua_canalizada=1. /*nao possui.
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0211 P35_agua_canalizada .
Execute.
```

```
IF (V0212 =2) P35_tipo_agua=1. /*rede geral.
IF (V0212 =4) P35_tipo_agua=0. /*poço.
IF (V0212 =6) P35_tipo_agua=0. /*outra.
IF (MISSING(V0212) ) P35_tipo_agua=2. /*nao inf.
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0212 P35_tipo_agua.
Execute.
```

```
IF (V0215 =1) P36_banheiro=0. /*possui.
IF (V0215 =3) P36_banheiro=1. /*nao possui.
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0215 P36_banheiro.
Execute.
```

```
IF (V0217 =1) P36_escoadouro=1. /*Rede coletora de esgoto ou pluvial.
IF (V0217 =2) P36_escoadouro=1. /*Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.
IF (V0217 =3) P36_escoadouro=0. /*Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.
IF (V0217 =4) P36_escoadouro=0. /*Fossa rudimentar.
```

```
IF (V0217 =5 OR V0217 =6 OR V0217 =7) P36_escoadouro=0. /*vala ou Direto para o rio, lago ou mar ou outra forma .  
IF (MISSING(V0217) ) P36_escoadouro=2. /*nao inf.  
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0217 P36_escoadouro.
```

```
Execute.
```

```
IF (V0218 =1) P37_lixo=1. /*Coletado diretamente.  
IF (V0218 =2) P37_lixo=1. /*Coletado indiretamente.  
IF (V0218 =6) P37_lixo=1. /*outro destino.  
IF (V0218 =3) P37_lixo=0. /*Queimado ou enterrado na propriedade.  
IF (V0218 =4 OR V0218 =5) P37_lixo=0. /*Jogado em terreno baldio ou logradouro ou Jogado em rio, lago ou mar ou outro  
destino.  
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0218 P37_lixo.
```

```
Execute.
```

```
IF (V0220 =2) P40_celular=0. /*possui.  
IF (V0220 =4) P40_celular=1. /*nao possui.  
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0220 P40_celular.
```

```
Execute.
```

```
IF (V02270 = 0) P43_tv_fina=1. /*nao possui.  
IF (V02270 > 0) P43_tv_fina=0. /* possui tv_fina.  
IF (MISSING(V02270) ) P43_tv_fina=1. /*nao possui tv.  
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V02270 P43_tv_fina.
```

```
Execute.
```

```
IF (V0224 =2) P41_Tem_filtro_agua2=0. /*possui.  
IF (V0224 =4) P41_Tem_filtro_agua2=1. /*nao possui.  
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0224 P41_Tem_filtro_agua2.
```

```
Execute.
```

```
IF (V0225 =1) P42_Tem_radio2=0. /*possui.  
IF (V0225 =3) P42_Tem_radio2=1. /*nao possui.  
EXECUTE.
```

```
FREQUENCIES V0225 P42_Tem_radio2.
```

```
Execute.
```

```
IF (V0228 =2) P44_Tem_geladeira2=0. /*possui.  
IF (V0228 =4) P44_Tem_geladeira2=0. /*possui.  
IF (V0228 =6) P44_Tem_geladeira2=1. /*nao possui.
```

EXECUTE.

FREQUENCIES V0228 P44_Tem_geladeira2.

Execute.

IF (V0229 =1) P45_Tem_freezer2=0. /*possui.

IF (V0229 =3) P45_Tem_freezer2=1. /*nao possui.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0229 P45_Tem_freezer2.

Execute.

IF (V0230 =2) P48_Tem_maqlavar2=0. /*possui.

IF (V0230 =4) P48_Tem_maqlavar2=1. /*nao possui.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0230 P48_Tem_maqlavar2.

Execute.

IF (V0231 =1) P49_Tem_computador2=0. /*possui.

IF (V0231 =3) P49_Tem_computador2=1. /*nao possui.

EXECUTE.

FREQUENCIES V0231 P49_Tem_computador2.

Execute.

IF (V02322 =2) P51_Tem_internet2=0. /* possui.

IF (V02322 =4) P51_Tem_internet2=1. /*não possui.

FREQUENCIES V02322 P51_Tem_internet2.

Execute.

IF (V2032 =8) P52_Tem_carromoto2=2. /*não possui.

IF (V2032 =6) P52_Tem_carromoto2=1. /*carro e moto.

IF (V2032 =2) P52_Tem_carromoto2=0. /*carro.

IF (V2032 =4) P52_Tem_carromoto2=1. /*moto.

EXECUTE.

FREQUENCIES V2032 P52_Tem_carromoto2.

Execute.

COMPUTE P8_Filhos_mulher=V1141 + V1142 + V1151 + V1152.

EXECUTE.

DATASET DECLARE base_filhos_dom.

AGGREGATE

/OUTFILE='base_filhos_dom'

/BREAK=domicilioid

/P8_Filhos_mulher_sum=SUM(P8_Filhos_mulher).

SORT CASES BY domicilloid(A).

STAR JOIN

```
/SELECT t0.V0101, t0.UF, t0.V0102, t0.V0103, t0.V0301, t0.V0302, t0.V3031, t0.V3032, t0.V3033,
t0.V8005, t0.V0401, t0.V0402, t0.V0403, t0.V0404, t0.V0405, t0.V0406, t0.V0407, t0.V0408, t0.V4111,
t0.V4112, t0.V4011, t0.V0412, t0.V0501, t0.V0502, t0.V5030, t0.V0504, t0.V0505, t0.V5061, t0.V5062,
t0.V5063, t0.V5064, t0.V5065, t0.V0507, t0.V5080, t0.V5090, t0.V0510, t0.V0511, t0.V5121, t0.V5122,
t0.V5123, t0.V5124, t0.V5125, t0.V5126, t0.V0601, t0.V0602, t0.V6002, t0.V6020, t0.V6003, t0.V6030,
t0.V0604, t0.V0605, t0.V0606, t0.V6007, t0.V6070, t0.V0608, t0.V0609, t0.V0610, t0.V0611,
t0.V06111, t0.V061111, t0.V061112, t0.V061113, t0.V061114, t0.V061115, t0.V061116, t0.V06112,
t0.V0612, t0.V0701, t0.V0702, t0.V0703, t0.V0704, t0.V0705, t0.V7060, t0.V7070, t0.V0708, t0.V7090,
t0.V7100, t0.V0711, t0.V7121, t0.V7122, t0.V7124, t0.V7125, t0.V7127, t0.V7128, t0.V0713, t0.V0714,
t0.V0715, t0.V0716, t0.V9001, t0.V9002, t0.V9003, t0.V9004, t0.V9005, t0.V9906, t0.V9907, t0.V9008,
t0.V9009, t0.V9010, t0.V90101, t0.V9011, t0.V9012, t0.V90121, t0.V9013, t0.V9014, t0.V9151,
t0.V9152, t0.V9154, t0.V9156, t0.V9157, t0.V9159, t0.V9161, t0.V9162, t0.V9164, t0.V9016, t0.V9017,
t0.V9018, t0.V9019, t0.V9201, t0.V9202, t0.V9204, t0.V9206, t0.V9207, t0.V9209, t0.V9211, t0.V9212,
t0.V9214, t0.V9021, t0.V9022, t0.V9023, t0.V9024, t0.V9025, t0.V9026, t0.V9027, t0.V9028, t0.V9029,
t0.V9030, t0.V9031, t0.V9032, t0.V9033, t0.V9034, t0.V9035, t0.V9036, t0.V9037, t0.V9038, t0.V9039,
t0.V9040, t0.V9041, t0.V9042, t0.V9043, t0.V9044, t0.V9045, t0.V9046, t0.V9047, t0.V9048, t0.V9049,
t0.V9050, t0.V9051, t0.V9052, t0.V9531, t0.V9532, t0.V9534, t0.V9535, t0.V9537, t0.V90531,
t0.V90532, t0.V90533, t0.V9054, t0.V9055, t0.V9056, t0.V9057, t0.V9058, t0.V9059, t0.V9060,
t0.V9611, t0.V9612, t0.V9062, t0.V9063, t0.V9064, t0.V9065, t0.V9066, t0.V9067, t0.V9068, t0.V9069,
t0.V9070, t0.V9971, t0.V9972, t0.V9073, t0.V9074, t0.V9075, t0.V9076, t0.V9077, t0.V9078, t0.V9079,
t0.V9080, t0.V9081, t0.V9082, t0.V9083, t0.V9084, t0.V9085, t0.V9861, t0.V9862, t0.V9087,
t0.V90871, t0.V908721, t0.V908722, t0.V908723, t0.V908724, t0.V908725, t0.V908726, t0.V90873,
t0.V90874, t0.V9088, t0.V90881, t0.V90882, t0.V908831, t0.V908832, t0.V908833, t0.V908834,
t0.V908835, t0.V908836, t0.V908837, t0.V90884, t0.V908851, t0.V908852, t0.V908853, t0.V908854,
t0.V908855, t0.V908856, t0.V90886, t0.V90887, t0.V908881, t0.V908882, t0.V908883, t0.V908884,
t0.V908885, t0.V908886, t0.V908887, t0.V9891, t0.V9892, t0.V9990, t0.V9991, t0.V9092, t0.V9093,
t0.V9094, t0.V9095, t0.V9096, t0.V9097, t0.V9981, t0.V9982, t0.V9984, t0.V9985, t0.V9987, t0.V9099,
t0.V9100, t0.V9101, t0.V1021, t0.V1022, t0.V1024, t0.V1025, t0.V1027, t0.V1028, t0.V9103, t0.V9104,
t0.V9105, t0.V9106, t0.V9107, t0.V9108, t0.V1091, t0.V1092, t0.V9910, t0.V9911, t0.V9112, t0.V9113,
t0.V9114, t0.V9115, t0.V9116, t0.V9117, t0.V9118, t0.V9119, t0.V9120, t0.V9121, t0.V9921, t0.V9122,
t0.V9123, t0.V9124, t0.V1251, t0.V1252, t0.V1254, t0.V1255, t0.V1257, t0.V1258, t0.V1260, t0.V1261,
t0.V1263, t0.V1264, t0.V1266, t0.V1267, t0.V1269, t0.V1270, t0.V1272, t0.V1273, t0.V9126, t0.V1101,
t0.V1141, t0.V1142, t0.V1151, t0.V1152, t0.V1153, t0.V1154, t0.V1161, t0.V1162, t0.V1163, t0.V1164,
t0.V1107, t0.V1181, t0.V1182, t0.V1109, t0.V1110, t0.V1111, t0.V1112, t0.V1113, t0.V1114, t0.V1115,
t0.V4801, t0.V4802, t0.V4803, t0.V4704, t0.V4805, t0.V4706, t0.V4707, t0.V4808, t0.V4809, t0.V4810,
t0.V4711, t0.V4812, t0.V4713, t0.V4814, t0.V4715, t0.V4816, t0.V4817, t0.V4718, t0.V4719, t0.V4720,
t0.V4721, t0.V4722, t0.V4723, t0.V4724, t0.V4727, t0.V4728, t0.V4729, t0.V4732, t0.V4735, t0.V4838,
t0.V6502, t0.V4741, t0.V4742, t0.V4743, t0.V4745, t0.V4746, t0.V4747, t0.V4748, t0.V4749, t0.V4750,
t0.V38011, t0.V38012, t0.V3802, t0.V3803, t0.V3804, t0.V3805, t0.V3806, t0.V3807, t0.V3808,
t0.V3809, t0.V37001, t0.V37002, t0.V3701, t0.V3702, t0.V3703, t0.V3704, t0.V3705, t0.V3706,
t0.V37071, t0.V37072, t0.V37073, t0.V37074, t0.V37075, t0.V37091, t0.V37092, t0.V37093, t0.V37094,
t0.V37095, t0.V37096, t0.V37097, t0.V37098, t0.V3719, t0.V3720, t0.V36001, t0.V36002, t0.V3601,
t0.V3602, t0.V3603, t0.V3604, t0.V3605, t0.V3606, t0.V3607, t0.V3608, t0.V3609, t0.V3610, t0.V3611,
t0.V3612, t0.V3613, t0.V3614, t0.V3615, t0.V3616, t0.V3617, t0.V3618, t0.V3619, t0.V3620, t0.V3621,
t0.V3622, t0.V3623, t0.V3624, t0.V3625, t0.V3626, t0.V3627, t0.V3628, t0.V3629, t0.V3630, t0.V3631,
t0.V3632, t0.V3633, t0.V3634, t0.V3637, t0.V3638, t0.V9993, t0.V0104, t0.V0105, t0.V0106, t0.V0201,
t0.V0202, t0.V0203, t0.V0204, t0.V0205, t0.V0206, t0.V0207, t0.V0208, t0.V0209, t0.V0210, t0.V0211,
```

```

t0.V0212, t0.V0213, t0.V0214, t0.V0215, t0.V0216, t0.V2016, t0.V0217, t0.V0218, t0.V0219, t0.V0220,
t0.V2020, t0.V0221, t0.V0222, t0.V0223, t0.V0224, t0.V0225, t0.V0226, t0.V0227, t0.V02270,
t0.V02271, t0.V02272, t0.V02273, t0.V02274, t0.V2027, t0.V0228, t0.V0229, t0.V0230, t0.V0231,
t0.V0232, t0.V02321, t0.V02322, t0.V02323, t0.V02324, t0.V02325, t0.V02326, t0.V02327, t0.V02424,
t0.V02425, t0.V02426, t0.V2032, t0.V4105, t0.V4107, t0.V4600, t0.V4601, t0.V4602, t0.V4604,
t0.V4605, t0.V4606, t0.V4607, t0.V4608, t0.V4609, t0.V4610, t0.V4611, t0.V4614, t0.UPA, t0.V4617,
t0.V4618, t0.V4620, t0.V4621, t0.V4622, t0.V4624, t0.V4628, t0.V4629, t0.V4630, t0.V4632, t0.V4633,
t0.V9992, t0.V1_Regiao, t0.P8_Filhos_tot, t0.P8_Filhos_dom, t0.P8_Filhos, t0.P7_chefe_jovem,
t0.Nao_migrou, t0.Permaneceu, t0.Migrou, t0.P1_Regiao1, t0.P2_Sexo, t0.P3_Faixa_etaria,
t0.P4_Pessoa_referencia, t0.P5_Cor, t0.P6_Vivejunto, t0.P10_Anos_Estudo3, t0.P10_Anos_Estudo2,
t0.P11_idade_trabalho4, t0.P11_renda5, t0.P11_renda6, t0.P14_Condicao_ativ, t0.P15_Condicao_ocu,
t0.P15_Agricola, t0.P21_N_trabalhos3, t0.P21_horas_semana, t0.P21_Afazeres_domesticos2,
t0.P16_Posicao_ocupacao5, t0.P22_Previdencia, t0.P34_comodos, t0.P34_densidade_dom,
t0.P34_densidade_dom3, t0.P34_oucp_dom, t0.teste, t0.P34_terreno_proprio, t0.P35_agua_canalizada,
t0.P35_tipo_agua, t0.P36_banheiro, t0.P36_escoadouro, t0.P37_lixo, t0.P40_celular, t0.P43_tv_fina,
t0.P41_Tem_filtro_agua2, t0.P42_Tem_radio2, t0.P44_Tem_geladeira2, t0.P45_Tem_freezer2,
t0.P48_Tem_maqlavar2, t0.P49_Tem_computador2, t0.P51_Tem_internet2, t0.P52_Tem_carromoto2,
t0.PRE_1, t0.PGR_1, t0.P8_Filhos_mulher, t1.P8_Filhos_mulher_sum
/FROM * AS t0
/JOIN 'base_filhos_dom' AS t1
  ON t0.domicilioid=t1.domicilioid
/OUTFILE FILE=*.
IF (MISSING(P8_Filhos_mulher_sum) ) P8_Filhos_mulher_sum=0.
Execute.
IF (P8_Filhos_mulher_sum =0) P8_Filhos =0.
IF (P8_Filhos_tmulher_sum >0) P8_Filhos=1.
Execute.

```

ANEXO**DECRETO Nº 8.736, DE 3 DE MAIO DE 2016**

Institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, com o objetivo de integrar e articular políticas, programas e ações para a promoção da sucessão rural e a garantia dos direitos da juventude do campo, nos termos do Anexo.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural será executado pela União em regime de cooperação, por adesão, com Estados, Distrito Federal, Municípios, organizações da sociedade civil e entidades privadas.

Art. 2º O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural destina-se à população jovem rural da agricultura familiar e de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, nos termos do art. 3º, § 2º, inciso VI, da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Parágrafo único. O Cadastro Único para Programas Sociais- CadÚnico do Governo federal e a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar - Pronaf serão utilizados para identificação do público-alvo do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

Art. 3º Os princípios do Estatuto da Juventude, previstos no art. 2º da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, orientarão a implementação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

Art. 4º São diretrizes do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural:

I - garantia dos direitos sociais e da juventude;

II - garantia de acesso a serviços públicos;

III - garantia de acesso às atividades produtivas com geração de renda e promoção do desenvolvimento sustentável e solidário;

IV - estímulo e fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais;

V - valorização das identidades e das diversidades individual e coletiva da juventude rural; e

VI - atuação transparente, democrática, participativa e integrada.

Art. 5º São objetivos do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural:

I - ampliar o acesso da juventude do campo aos serviços públicos;

II - propiciar o acesso à terra e às oportunidades de trabalho e renda; e

III - ampliar e qualificar a participação da juventude rural nos espaços decisórios.

Art. 6º São eixos de atuação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural:

I - acesso à terra e ao território;

II - garantia de trabalho e renda;

III - acesso à educação do campo;

IV - promoção da qualidade de vida; e

V - ampliação e qualificação da participação.

Art. 7º Fica instituído o Comitê Gestor do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, instância de caráter deliberativo, com a finalidade de orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano.

§ 1º O Comitê Gestor do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural será composto pelos seguintes órgãos:

I - Ministério do Desenvolvimento Agrário, que o coordenará;

II - Ministério da Educação;

III - Ministério da Cultura;

IV - Ministério do Trabalho e Previdência Social;

V - Ministério da Saúde;

VI - Ministério das Comunicações;

VII - Ministério do Meio Ambiente;

VIII - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos;

IX - Conselho Nacional de Juventude do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; e

X - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

§ 2º Os representantes, titular e suplente, serão indicados pelo respectivo Ministro de Estado e designados em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

§ 3º A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Comitê serão prestados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

§ 4º Poderão ser convidados para contribuir com os trabalhos do Comitê Gestor do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural representantes de órgãos e entidades públicos, de instituições privadas, da sociedade civil, dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.

§ 5º Poderão ser constituídos, no âmbito do Comitê Gestor do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, grupos de trabalho temáticos destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos.

Art. 8º A participação no Comitê Gestor do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural será revisado e atualizado por ocasião da elaboração do Plano Plurianual.

Art. 10. Para a execução do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com consórcios públicos e com entidades privadas.

Art. 11. As despesas necessárias ao funcionamento do Comitê Gestor e à execução das ações do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural observarão as dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente nos orçamentos dos órgãos e entidades envolvidos, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Patrus Ananias

Este texto não substitui o publicado no DOU de 4.5.2016

EIXO: ACESSO À TERRA E AO TERRITÓRIO			
Objetivo: Ampliar o acesso de jovens solteiros e famílias de jovens à terra por meio da desapropriação por interesse social, no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário, e demais formas de obtenção de terras			
Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Reforma Agrária	Destinar 30% dos lotes da reforma agrária para a juventude rural, garantida a paridade de gênero.	Percentual de jovens atendidos	INCRA
Reforma Agrária	Possibilitar a priorização da juventude no acesso à terra.	Normativo elaborado	INCRA
Reforma Agrária	Priorizar a destinação dos lotes retomados em assentamentos constituídos para jovens de famílias assentadas.	Normativo elaborado	INCRA
Reforma Agrária	Normatizar a transferência de posse dos lotes da reforma agrária para herdeiros.	Normativo elaborado	INCRA
Crédito Fundiário	Ampliar o acesso da juventude ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, garantindo que 50% dos contratos sejam celebrados por jovens.	Número de jovens atendidos dividido pelo total de beneficiários	MDA
Regularização fundiária	Regularizar as terras de jovens por meio das políticas de regularização fundiária.	Número de lotes regularizados	MDA
Regularização fundiária	Normatizar a transferência de propriedade para herdeiros da agricultura familiar.	Normativo elaborado	MDA

EIXO: GARANTIA DE TRABALHO E RENDA			
Objetivo: Ampliar e qualificar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, promovendo a inovação, a sustentabilidade, a geração e a disseminação de conhecimentos em sistemas de produção agroecológica			
Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Acesso à ATER	Atender 25% de jovens nas Chamadas de ATER e de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES, incluindo as específicas de mulheres e povos e comunidades tradicionais.	Percentual de jovens atendidos por Chamada	MDA e INCRA
Acesso à ATER	Atender 80 mil jovens da agricultura familiar com ATER específica para a juventude rural, garantida a paridade de gênero.	Número de jovens agricultores atendidos	MDA
Qualificar a ATER	Garantir 30% de jovens nas equipes de extensão contratadas nas Chamadas de ATER/ATES.	Percentual de jovens nas equipes de extensão	MDA e INCRA
Qualificar a ATER	Capacitar, no mínimo, um agente de ATER por Estado para o tema do crédito para a juventude, preferencialmente do quadro técnico das empresas públicas de ATER.	Número de agentes capacitados	MDA

Objetivo: Promover a organização produtiva da juventude rural por meio do fortalecimento do associativismo e cooperativismo, da agroindustrialização, do acesso ao crédito (Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP), da inserção em mercados públicos e privados, da diversificação das atividades e da garantia de trabalho decente			
Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Acesso à DAP	Ampliar o número de jovens com DAP, priorizando mulheres e povos e comunidades tradicionais.	Número de jovens com DAP	MDA
Acesso à DAP	Realizar mutirões de emissão de DAP nos territórios rurais, priorizando os jovens.	Número de DAPs emitidas por mutirão para jovens	MDA e MMIRJDH
Acesso à DAP	Promover o acesso da juventude às políticas públicas desenvolvidas no âmbito da DAP.	Portaria alterada	MDA
Agroecologia	Realizar premiação e divulgação de boas práticas da juventude na agroecologia.	Premiação realizada e boas práticas divulgadas	MDA
Agroecologia	Garantir crédito de fomento para juventude no desenvolvimento de atividades produtivas de matriz agroecológica, como a diversificação da produção, os sistemas agroflorestais, os bancos de sementes crioulas, o cultivo fitoterápico, entre outras atividades.	Percentual de créditos de fomento destinados a jovens para atividades agroecológicas	MDA
Acesso aos mercados	Priorizar, no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, a compra de alimentos oriundos de organizações que tenham 50% de jovens em seu quadro social.	Resolução alterada	MDA e FNDE

Acesso aos mercados	Ampliar o acesso da juventude ao PNAE.	Percentual da participação de jovens no PNAE	MDA e FNDE e
Acesso aos mercados	Ampliar o acesso da juventude ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.	Percentual da participação de jovens no PAA	MDA e PAA
Acesso ao crédito	Ampliar a metodologia do Micro Crédito Orientado - MCO para a linha do Pronaf Jovem.	MCO ampliado na linha Pronaf Jovem	MDA
Acesso ao crédito	Beneficiar 280 mil jovens com crédito Pronaf até 2018.	Número de jovens beneficiários do Pronaf	MDA
Diversificação da produção	Apoio à formação de bancos de sementes crioulas pela juventude rural - Programa de Sementes e Mudanças.	Número de bancos de sementes apoiados	MDA
Infraestrutura	Ampliar o apoio para projetos de infraestrutura produtiva e de comercialização para a juventude.	Número de projetos apoiados	MDA, BNDES, FBB e MTPS
Aprendizagem profissional	Fomentar a aprendizagem profissional nos territórios rurais, envolvendo os colegiados territoriais na mobilização e pactuação da oferta de vagas, garantindo que a aprendizagem prática seja exercida nos empreendimentos da agricultura familiar e que a aprendizagem teórica norteie-se pelos princípios da pedagogia da alternância.	Número de jovens atendidos	MTPS
Qualificação Profissional	Ofertar, no âmbito dos programas de qualificação profissional, cursos direcionados para jovens microempreendedores individuais e que trabalham por conta própria.	Número de vagas ofertadas	MTPS

Economia solidária	Apoiar a organização de cooperativas e associações de jovens rurais por meio de edital específico que contemple recursos de custeio e investimento e qualificação para a gestão de empreendimentos coletivos.	Número de associações e cooperativas de jovens rurais apoiadas	MMIRJDH, BNDES e FBB
Economia solidária	Apoiar a estruturação de redes de economia solidária de jovens rurais.	Número de redes de economia solidária de jovens apoiadas	MDA e MTPS e
Economia solidária	Promover a ampliação e divulgação do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar - SIPAF em empreendimentos coletivos da juventude rural.	Número de associações e cooperativas jovens rurais com SIPAF	MDA
Economia solidária	Estimular a participação de jovens nas diretorias das cooperativas e associações acompanhadas pelo Programa Nacional de Cooperativismo e Associativismo da Agricultura Familiar - Cooperaf.	Percentual de jovens nas diretorias das cooperativas e associações acompanhadas pelo Cooperaf	MDA
Economia solidária	Ofertar cursos de capacitação em organização e gestão de associações, cooperativas e elaboração de projetos.	Número de jovens rurais capacitados	MDA e INCRA e

EIXO: ACESSO À EDUCAÇÃO DO CAMPO

Objetivo: Ampliar e qualificar a oferta da educação para a juventude rural nas respectivas comunidades, respeitados os princípios da educação do campo e da pedagogia da alternância, de forma a atender suas especificidades

Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Acesso à educação	Atender 15 mil jovens, por meio de editais do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, em parceria com universidades e escolas técnicas.	Número de jovens atendidos	INCRA
Acesso à educação profissional	Ampliar o número de jovens matriculados no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec Campo.	Número de jovens matriculados no Pronatec Campo	MDA e MEC
Acesso à educação profissional	Reconhecer os Centros Familiares de Formação por Alternância - CEFFAs como ofertantes do Pronatec Campo.	Normativo elaborado	MDA e MEC
Infraestrutura educacional	Lançar edital do Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais - Proinf voltado à reforma e construção dos CEFFAs nos territórios rurais.	Número de CEFFAs reformados por meio do Proinf	MDA

EIXO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA			
Objetivo: Garantir o acesso à habitação rural, à mobilidade e aos meios de comunicação nos espaços da agricultura familiar e da reforma agrária			
Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Acesso aos meios de comunicação	Atender 11 mil áreas de vulnerabilidade digital com acesso à internet pelo Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão - Gesac.	Número de áreas de vulnerabilidade digital atendidas	MiniCom
Objetivo: Promover a equidade em saúde da juventude rural por meio da redução dos riscos e dos agravos à saúde decorrentes dos processos de trabalho			
Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Combate ao uso de agrotóxicos	Promover campanhas continuadas e permanentes sobre os danos à saúde causados pelo uso de agrotóxicos, principalmente nas escolas do campo, tendo o jovem rural como protagonista.	Número de campanhas realizadas	MDA e MMA
Estudos e Pesquisas	Promover estudos e iniciativas voltadas aos jovens do meio rural, visando prevenir doenças causadas pelo uso de produtos químicos de alto risco.	Número de estudos realizados	MTPS
Objetivo: Promover a cultura no meio rural, garantido o acesso e a fruição à cultura, as condições para a produção cultural protagonizada por jovens rurais, como forma de promoção da qualidade de vida e do coletivismo, a partir da abordagem territorial			
Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Infraestrutura de cultura	Apoiar e expandir os Pontos de Cultura nas áreas rurais.	Número de Pontos de Cultura em áreas rurais criados e apoiados	MDA e MinC
Acesso a bens culturais	Ampliação do Programa Arca das Letras.	Número de Arcas das Letras implantadas	MDA
Redes de cultura	Apoiar a estruturação de redes de cultura de jovens rurais.	Número de redes de cultura apoiadas	MDA e MinC

EIXO: AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO			
Objetivo: Promover e valorizar a participação social e política dos jovens rurais na formulação, execução, avaliação, monitoramento e controle social das políticas públicas, a partir da abordagem territorial, garantindo a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento			
Estratégia	Meta	Indicador	Responsável
Participação nos espaços de decisão	Assegurar pelo menos 20% de jovens no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.	Percentual de jovens no CONDRAF	MDA
Participação nos espaços de decisão	Assegurar duas vagas para entidades da juventude rural no CONDRAF.	Número de vagas para entidades da juventude rural no CONDRAF	MDA
Participação nos espaços de decisão	Assegurar pelo menos 20% de jovens nas seções nacionais da Reunião Especializada da Agricultura Familiar no Mercosul - REAF.	Percentual de jovens nas seções nacionais da REAF	MDA
Troca de experiências	Promover e fomentar a realização de intercâmbios entre jovens rurais voltados à troca de experiências e de informações sobre práticas agroecológicas.	Número de intercâmbios realizados	MDA
Troca de experiências	Promover intercâmbios entre grupos de jovens de comunidades diferentes e entre o campo e a cidade, proporcionando a troca de experiências.	Número de intercâmbios realizados	MDA
Troca de experiências	Promover intercâmbios entre jovens rurais latino americanos e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.	Número de intercâmbios realizados	MDA

Organização da Juventude nos Territórios Rurais	Assegurar o funcionamento de Comitês de Juventude Rural, em todos os Colegiados Territoriais, vinculados ao Programa Territórios da Cidadania.	Número de Comitês de Juventude Rural em funcionamento	MDA
Organização da juventude nos territórios rurais	Assegurar pelo menos 20% de jovens em todas as instâncias colegiadas.	Percentual de jovens nos Colegiados Territoriais	MDA
Organização da juventude nos territórios rurais	Fomentar a atuação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDETs com a juventude rural.	Número de NEDETs atuando com a juventude rural	MDA
Organização da juventude nos territórios rurais	Realizar premiação e divulgação de boas práticas da juventude nos territórios.	Premiação realizada e boas práticas divulgadas	MDA
Organização da juventude nos territórios rurais	Realizar primeiro Encontro Nacional da Juventude dos Territórios.	Encontro realizado	MDA
Organização da juventude rural	Realizar primeiro Encontro Nacional de Mulheres Jovens Rurais.	Encontro realizado	MDA e MMIRJDH
Organização da juventude rural	Realizar primeiro Encontro Nacional da Juventude de Povos e Comunidades Tradicionais.	Encontro realizado	MDA e MMIRJDH
Organização da juventude rural	Realizar primeiro Encontro Nacional da Juventude Rural dos Pontos de Cultura.	Encontro realizado	MDA e MinC
Produção e disseminação da informação	Realizar estudo sobre Juventude Rural e Padrões Sucessórios.	Estudo realizado	MDA

Produção e disseminação da informação	Realizar estudo sobre Juventude Rural e Meio Ambiente.	Estudo realizado	MMA
Produção e disseminação da informação	Realizar estudo sobre Juventude Rural LGBT.	Estudo realizado	MDA e MMIRJDH
Produção e disseminação da informação	Construir indicadores sobre juventude rural com foco no diagnóstico, monitoramento e avaliação das proposições deste Plano.	Número de indicadores criados, acompanhados e avaliados	MDA e INCRA
Produção e disseminação da informação	Divulgar informações de políticas, editais e materiais sobre juventude e desenvolvimento rural por meio de aplicativo e de mídias sociais.	Aplicativo criado e informações disseminadas pelas redes sociais	MDA
Produção e disseminação da informação	Produzir cartilhas orientadoras para o acesso às políticas públicas da juventude rural.	Cartilhas publicadas e divulgadas	MDA e MMIRJDH
Produção e disseminação da informação	Elaborar seção de "Perguntas Frequentes" sobre as políticas públicas da juventude rural.	Seção "Perguntas Frequentes" criada, divulgada e atualizada	MDA
Produção e disseminação da informação	Realizar estudos sobre juventude e trabalho assalariado rural prioritariamente entre os setores com maior presença da força de trabalho juvenil.	Estudo realizado	MTPS